



2025

PLANO DE ATIVIDADES

QUAR 2025



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE
LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

Título: **Plano de Atividades de 2025**

Edição: Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. I.P. (CCDR LVT, I.P)

Coordenação: Conselho Diretivo da CCDR LVT, I.P.

Elaboração: CCDR LVT, I.P.

Data de elaboração: 20 de dezembro 2024

Morada: Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa

Telefone: 21 383 71 00

Fax: 21 383 71 92

Endereço Internet: www.ccdr-lvt.pt

Índice

I.	SUMÁRIO EXECUTIVO	5
II.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	6
1.	REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO	6
2.	COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. 9	
2.1.	MISSÃO	9
2.2.	ESTRUTURA ORGÂNICA	10
	CONSELHO DIRETIVO (<i>atual</i>)	10
	UNIDADES ORGÂNICAS: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS.....	10
	ORGANOGRAMA DA CCDD LVT, I.P.	11
3.	AMBIENTE INSTITUCIONAL (INTERNO E EXTERNO)	12
3.1.	CLIENTES E PARTES INTERESSADAS.....	12
4.	METODOLOGIA DE OPERACIONALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL	13
III.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PLURIANUAIS	14
IV.	OPERACIONALIZAÇÃO 2025.....	18
1.	QUAR.....	18
2.	OBJETIVOS OPERACIONAIS	26
3.	ATIVIDADES DE SUPORTE.....	38
4.	ATIVIDADES CORRENTES.....	41
5.	ATIVIDADES EM GRUPOS DE TRABALHO / REPRESENTAÇÕES	46
V.	AFETAÇÃO DE RECURSOS 2025	53
1.	HUMANOS.....	53
2.	FINANCEIROS.....	54
	ORÇAMENTO DA RECEITA	54
	ORÇAMENTO DA DESPESA	57
3.	PATRIMONIAIS	60

4. APLICAÇÕES INFORMÁTICAS.....	61
VII. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL.....	62
VIII. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA.....	62
IX. ASSÉDIO NO LOCAL DE TRABALHO.....	62
X. GESTÃO DA PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	63
XI. IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO.....	64
XII. PLANO INTERNO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	66
XIII. SAÚDE OCUPACIONAL E BEM ESTAR.....	67
XIV. PLANO DE FORMAÇÃO INTERNA 2025	68
XV. QUALIFICA AP DA CCDR LVT, I.P.....	68
XVI. ANEXOS.....	70
A. CONTRATO-PROGRAMA CCDR LVT, I.P.	70
B. QUAR 2025	70
C. MAPA DE PESSOAL 2025	70
1. MAPA DE PESSOAL 2025: RESUMO	70
2. MAPA DE PESSOAL 2025: POSTOS DE TRABALHO.....	70
3. MAPA DE PESSOAL 2025: APROVAÇÃO DOS MAPAS DE PESSOAL DAS CCDR, I.P. PARA 2025	70
D. ORÇAMENTOS PROPOSTOS 2025.....	70
E. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	70
F. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA PROFISSIONAL	70
G. CÓDIGO DE BOA CONDUTA PARA A PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO NO TRABALHO	70
H. PLANO DA PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	70
I. PLANO DE FORMAÇÃO INTERNA 2025	70

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano de Atividades da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo I.P. (CCDR-LVT I.P.) para o ano de 2025 configura-se como um instrumento estratégico essencial, que organiza e orienta a atuação do novo Instituto no cumprimento da sua missão. Este plano reflete as novas competências atribuídas, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, pela Portaria n.º 404/2023, de 5 de dezembro, que aprovou os Estatutos e definiu a organização interna, bem como pela Deliberação n.º 133/2024, de 26 de janeiro, que criou unidades flexíveis e definiu competências específicas e o Decreto-Lei n.º 103/2024, publicado em 6 de dezembro, que trouxe atualizações relevantes à estrutura normativa e organizacional.

Estruturado em torno de uma visão clara, objetivos estratégicos e atribuições legais, o documento estabelece metas operacionais e descreve as atividades a realizar, mobilizando os recursos humanos, económicos e financeiros disponíveis. O plano assume um alinhamento com o aprofundamento do processo de desconcentração administrativa, reforçando a eficiência e a proximidade dos serviços públicos aos cidadãos, bem assim a motivação e identidade dos seus trabalhadores e trabalhadoras.

Como principais referências orientadoras, destacam-se: a Estratégia Portugal 2030, a Estratégia Regional de Lisboa 2030, a Estratégia de Especialização Inteligente Regional de Lisboa (EREIL) 2021-2027, a conclusão do Programa Operacional Regional de Lisboa (PORK) 2014-2020 e o início do novo Programa Regional de Lisboa (PRL2030).

A promoção da cooperação interinstitucional, no plano nacional e internacional, continuará a ser uma prioridade estratégica. Neste contexto, o exercício da Vice-Presidência do Arco Atlântico permite à CCDR-LVT contribuir para o fortalecimento da visibilidade da região e para a implementação da Estratégia Marítima Atlântica e do seu Plano de Ação 2.0. O objetivo é evoluir para a adoção de uma estratégia macrorregional marítima e reforçar a presença da Comissão do Arco Atlântico junto de novos membros e das instituições da União Europeia.

As atividades previstas para 2025 serão ampliadas e enriquecidas pelas novas competências atribuídas às CCDR, abrangendo áreas como Economia, Cultura, Educação, Conservação da Natureza e Florestas, Ordenamento do Território, Agricultura e Pescas, em consonância com a reestruturação orgânica da Administração Central direta e indireta do Estado.

Destacar, em particular, a definição do novo Objetivo Estratégico 8: Estratégia para a Região LVT 2030-2040, que permita afirmar a Região, a Instituição e antecipar mudanças, permitindo que seja mais resiliente e competitiva.

Este plano reafirma, pois, o compromisso da CCDR LVT, I.P. em ser um agente impulsionador do desenvolvimento sustentável e integrado da região, promovendo a coesão territorial, a competitividade e o bem-estar das comunidades.

II. NOTA INTRODUTÓRIA

1. REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO



FIGURA 1 – REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO, NUTS III E MUNICÍPIOS (2024)

Fonte: SIG CCDR LVT, I.P.

O território abrangido pela CCDR LVT, I.P. corresponde à Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), região capital de Portugal que integra 3 NUTS II: Grande Lisboa, Península de Setúbal, e Oeste e Vale do Tejo, as quais se desagregam em 5 NUTS III: Grande Lisboa, Península de Setúbal, Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo com 52 Concelhos e 355 Freguesias.

Com uma área de 12 216 Km², que corresponde a 13,3% do território nacional, este território situa-se na costa oeste da Europa constituindo a sua fronteira mais ocidental, o que lhe concede uma localização geoestratégica privilegiada.

A RLVT caracteriza-se por fortes disparidades demográficas intrarregionais, resultantes de diferentes realidades urbanas e modos de ocupação do território.

Em 2023 a população residente na RLVT foi estimada em 3 832 102 residentes, o que corresponde a 36,02% da população portuguesa.

A Área Metropolitana de Lisboa, fortemente urbanizada e com maior concentração de população (77,27% da RLVT), registou um aumento face a 2014, de 4,98%. Das restantes NUTS III, apenas o Médio Tejo perde população no mesmo período.

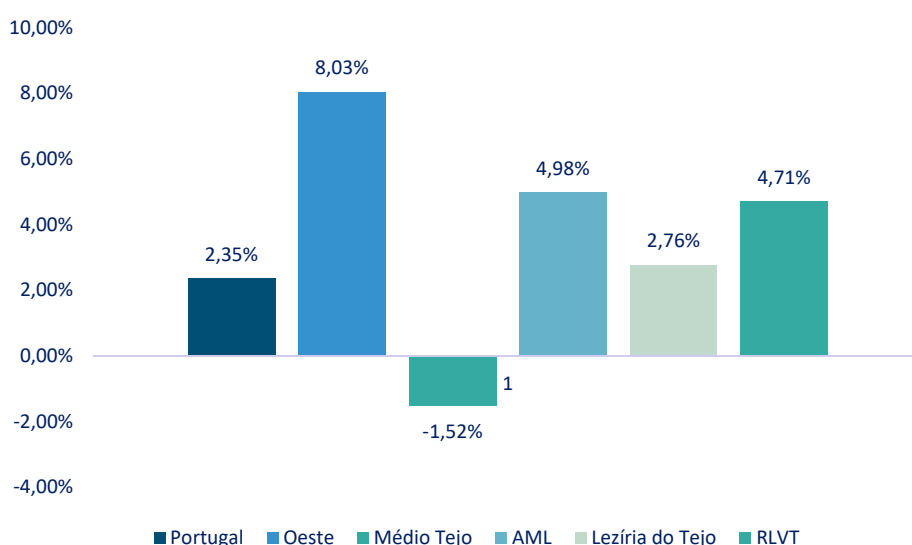


FIGURA 2 – TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE 2014-2023

Fonte: População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente (tratamento ODR), 12/2024

Do total da população residente na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 87% vive em áreas predominantemente urbanas. Existe um sistema macro urbano, regional, que complementa e reforça a polarização exercida pela AML, que se manifesta numa rede de cidades e aglomerados numa rede policêntrica com níveis diferentes de interdependência.

A RLVT gera 48,49% do VAB nacional, 42,54% do PIB, 37,12% do emprego e 32,94% das exportações de bens, 52,73% das importações e 45,4% da despesa aplicada em investigação e desenvolvimento, para o que contribui o facto de nela se concentrarem algumas das principais infraestruturas científicas e tecnológicas, económicas, financeiras e políticas de Portugal.

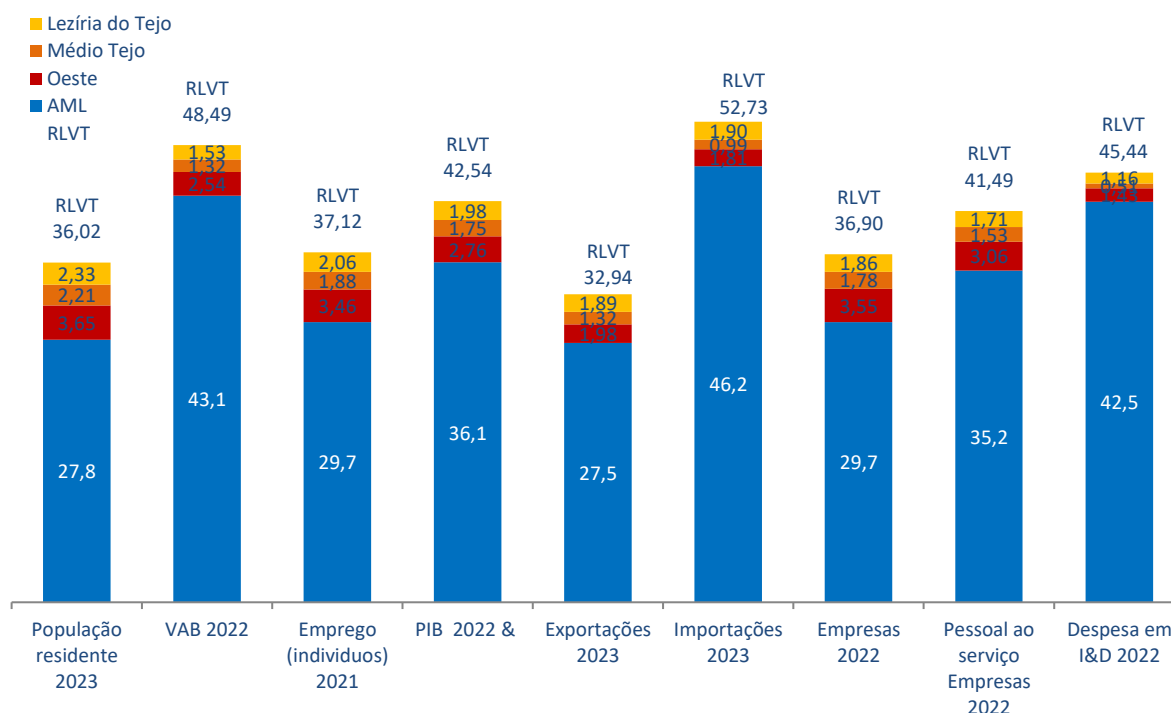


FIGURA 3 - PESO DA RLVT E AS SUAS SUB-REGIÕES NO PAÍS: PRINCIPAIS INDICADORES

Fonte: (dados março2024) População residente (N.º) por Local de residência (resultados preliminares Censos2021) e Sexo; Decenal- INE; Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE; Taxa de emprego (Série 2021 - &-dados provisórios) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual; Produto interno bruto (B.1*g) a preços correntes (Base 2016 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Importações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual - INE; Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Escalão de pessoal ao serviço; Anual - INE; Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Sector de execução; Anual - DGEEC, Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas).

A Região articula uma Macrorregião Atlântica e assume-se como o motor do desenvolvimento nacional, concentrando 36,90 % das empresas do país (em número) e 41,49% do pessoal ao serviço nas mesmas, oferecendo uma diversidade de paisagens, de atividades e de culturas que fazem dela uma região dinâmica e de grande atratividade.

Tendo em conta o peso da RLVT no país, amplamente expresso nos principais indicadores económicos e territoriais, a dimensão estratégica da missão da CCDR LVT I.P., robustecida no quadro da coordenação das diversas políticas públicas que prosseguem estratégias de desenvolvimento integrado do território, adquire ainda mais relevância no contexto do desenvolvimento nacional, o que eleva a importância deste plano de atividades.

2. COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, com efeitos a 1 de junho de 2023, foi realizada a reestruturação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), convertendo-as em institutos públicos de regime especial integrados na administração indireta do Estado, com personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Estas passaram a designar-se Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, I.P. (CCDR, I.P.).

Posteriormente, a Portaria n.º 404/2023, de 5 de dezembro, definiu os estatutos e regulou a organização interna da CCDR LVT, I.P., com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024. Pela Deliberação n.º 133/2024, de 26 de janeiro, foram criadas as unidades flexíveis da CCDR LVT, I.P. e definidas as competências dessas unidades. Além disso, o Decreto-Lei n.º 103/2024, publicado em 6 de dezembro, trouxe atualizações relevantes à estrutura normativa e organizacional.

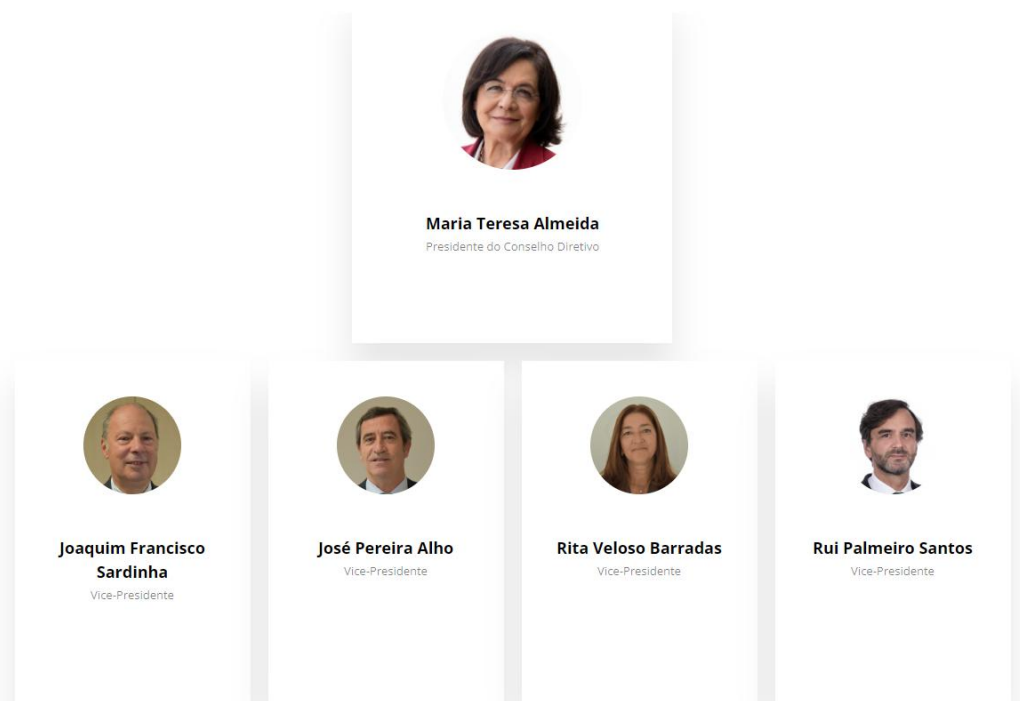
A estrutura orgânica descrita no ponto 2.2. reflete a organização atual da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., que, fortalecida por estas alterações, assume um papel central no planeamento e execução de estratégias de desenvolvimento territorial integrado.

2.1. MISSÃO

- a) Definir e executar as respetivas estratégias de desenvolvimento regional.
- b) Integrar e articular territorialmente políticas públicas indispensáveis à execução das políticas de desenvolvimento regional nos domínios do ambiente, cidades, economia, cultura, educação, ordenamento do território, conservação da natureza, agricultura e pescas, bem como em matéria de administração local e de cooperação territorial europeia.
- c) Assegurar o acompanhamento e monitorização da aplicação de programas comunitários provenientes de fundos da União Europeia destinados a Portugal e de outros instrumentos de financiamento de desenvolvimento regional, de que são exemplo os incentivos do Estado aos meios de comunicação social de nível local e regional instalados, tendo em vista o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios que constituem as respetivas circunscrições.
- d) Gerir o Programa Regional Lisboa 2030, participar na gestão e implementação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), e na implementação do MAR2030.
- e) Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações.
- f) Licenciar e acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações regulamentares e legais em matéria de ordenamento do território, ambiente, cultura e agricultura e pescas.

2.2. ESTRUTURA ORGÂNICA

CONSELHO DIRETIVO *(atual)*



Em 6/12/2023 foi celebrado o Contrato-Programa entre o anterior Governo, representado pelo seu 1.º Ministro, e a CCDR LVT, I.P., representada pela Presidente do Conselho Diretivo, que visa assegurar a articulação entre as medidas de política pública e nacional e a sua operacionalização e concretização a nível regional, estabelecendo os objetivos, indicadores, metas e prioridades a alcançar nas estratégias e nos programas com incidência no desenvolvimento regional, bem como os recursos humanos e financeiro afetos ao cumprimento dos mesmos (ANEXO A).

UNIDADES ORGÂNICAS: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Pela Portaria nº 404/2023, de 5 de dezembro, que define os estatutos, foi regulada a organização interna da CCDR LVT, I.P., com efeitos a 1/01/2024; pela Deliberação n.º 133/2024, Série II de 26/01/2024 foram criadas as unidades flexíveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e definidas as suas competências. Todas as unidades orgânicas deste instituto constam do organograma seguinte:

ORGANOGRAMA DA CCDR LVT, I.P.



3. AMBIENTE INSTITUCIONAL (INTERNO E EXTERNO)

Alinhado aos desafios e oportunidades trazidos pelas novas competências atribuídas, o foco na compreensão do ambiente externo visa ajustar as operações e a organização para responder eficazmente às exigências decorrentes do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio. Esse ajustamento é orientado para colocar o utente/cliente no centro das decisões, promovendo uma abordagem mais próxima e centrada nas suas necessidades.

Para assegurar uma resposta adequada, a cultura organizacional será reforçada com uma orientação voltada para o cliente, para a inovação e para a adaptação às mudanças. Isso envolverá o estímulo a uma comunicação transparente e colaborativa entre serviços, adotando processos mais ágeis e flexíveis.

No sentido de fortalecer a reputação institucional e evidenciar a eficiência e eficácia dos serviços prestados, serão intensificadas as práticas éticas já enraizadas na organização, que há muito contribuem para a criação de um ambiente institucional robusto e digno de orgulho.

3.1. CLIENTES E PARTES INTERESSADAS

Agência de Desenvolvimento e Coesão		Guarda Nacional Republicana	Organismos da Administração Central e Local	Tribunais
Associação Nacional das Regiões de Turismo	Colaboradores da CCDR LVT	Instituições de âmbito cultural	Organizações e Parcerias Internacionais	Universidades e Institutos Politécnicos
Associações Ambientalistas	Confederação de Comércio de Portugal	Instituições de Solidariedade Social	Operadores de expedição postal	Vários Especialistas e Individualidades Sociais
Associações Comerciais Regionais	Confederação Nacional das Organizações Não Governamentais do Ambiente	Instituições e Agências do Estado Central (Ordenamento do Território, Agricultura, Ambiente, Cultura, Desenvolvimento Regional e Financiamento, Justiça)	Organizações Não-governamentais	
Associações de Municípios da Região	Confederações e Organizações de Produtores Agrícolas	Instituições e Agências regionais/descentralizadas	Órgãos de Comunicação Social regional e local	
Associações e Agências de Desenvolvimento Local e Regional	Conselho Económico e Social	Instituições Europeias	Parceiros Comerciais	
Associações Industriais e Empresariais	Entidades do sector empresarial local	Instituições Privadas	PME e Grandes Empresas de Base Tecnológica	
Associações representativas do setor: Comunicação Social regional e local	Entidades do sector empresarial local	Instituições Privadas sem fins lucrativos	Polícia de Segurança Pública	
Autarquias Locais da Região	Entidades intermunicipais	Institutos de Investigação e Centros Tecnológicos e Instituições de Interface	Setor Agroalimentar, Agricultores, Pescadores, Organizações de Produtores	
Autoridade Nacional de Proteção Civil	Escolas Secundárias e Escolas de Formação	Laboratórios do Estado e outros	Sector Financeiro – Banca	
Bibliotecas e Museus	Estrutura de Missão Recuperar Portugal	Operadores de expedição postal	Serviços Municipalizados e Intermunicipalizados	
Cidadãos em Geral	Fornecedores	Ordens e Associações Profissionais	Sindicatos	

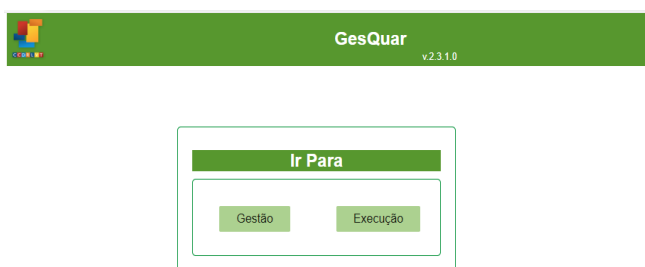
4. METODOLOGIA DE OPERACIONALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

A elaboração do Plano de Atividades parte do pressuposto de atuação – a Qualificação do serviço público, e assenta no princípio da “gestão por objetivos”, organizacional e individual, associando sistematicamente o desempenho da CCDD LVT, I.P. a objetivos e resultados com o maior envolvimento de todas as unidades orgânicas e uma maior responsabilização aos diferentes níveis.

A preparação do Plano de Atividades, enquanto instrumento de gestão, resulta de uma metodologia participativa, envolvendo os dirigentes de topo, responsáveis das Unidades Orgânicas e respetivos trabalhadores e trabalhadoras, articulando os objetivos e atividades das Unidades Orgânicas com a Missão e Contrato-Programa, firmado com este instituto, com o Ciclo Anual de Gestão, com os recursos disponíveis e com o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP). As diversas Unidades Orgânicas definiram os respetivos objetivos operacionais, identificaram os indicadores, metas e formas de cálculo, através do preenchimento de uma ficha de identificação. Os objetivos operacionais e respetivos indicadores são devidamente enquadrados e consolidados nos objetivos estratégicos plurianuais definidos e nos indicadores transacionais e relacional constantes no ANEXO A do Contrato-Programa acima citado.

Cruzando-se os conceitos de eficácia, eficiência e qualidade com os 8 objetivos estratégicos plurianuais da CCDD LVT, I.P., apurou-se a definição dos objetivos operacionais para 2025, vertidos nos instrumentos anuais de gestão: Plano de Atividades e QUAR 2025.

Efetivamente, para um controlo de gestão eficaz, indispensável a um sistema de gestão por objetivos, é essencial operacionalizar um processo de monitorização periódica, assente no reporte regular dos níveis de desempenho alcançados por cada um dos objetivos operacionais propostos por cada Unidade Orgânica. Em 2024 já se deu início à avaliação do desempenho da atividade das Unidades Orgânicas pela plataforma de monitorização GES Quar que será a base dos relatórios periódicos de execução; a plataforma dá a conhecer a concretização dos indicadores fixados e o desempenho de todos os objetivos e atividades de suporte constantes nos Planos de Atividades, mesmo por unidade orgânica.



O processo de monitorização tem muita relevância do ponto de vista estratégico, não só porque dota a gestão de topo da CCDD LVT, I.P. e demais dirigentes de informação de gestão permanentemente atualizada, permitindo definir medidas corretivas quando os resultados fiquem aquém das metas estabelecidas, mas, também, porque potencia a criação ou a melhoria de mecanismos de controlo.

Em resumo, esta monitorização do SIADAP 1 permite:

- ✓ Suportar a decisão da gestão de topo e de toda a cadeia de decisão, acompanhando a evolução da concretização dos objetivos operacionais (além da informação específica de cada objetivo operacional e indicadores são produzidos relatórios da concretização dos objetivos operacionais, ao longo do ciclo anual de gestão e no seu fecho).
- ✓ Detetar disfunções na execução de objetivos e corrigir eventuais desvios.
- ✓ Suportar a monitorização/avaliação do SIADAP 3.
- ✓ Produzir a informação trimestral 03, semestral 06 e trimestral 09 para os Relatórios de Monitorização do QUAR 2025 e outros relatórios de progresso produzidos, internamente ou não, no âmbito do restante Plano de Atividades.
- ✓ Produzir a informação anual 12 para os Relatórios de Atividades/Autoavaliação do Serviço, com os dados reportados a 31 de dezembro de cada ano.

É pressuposto de gestão desta instituição que comunicar a estratégia, os instrumentos de gestão, os meios e os resultados do ciclo anual de gestão é um fator de alinhamento da organização que condiciona o seu sucesso e a motivação dos seus recursos humanos. Com efeito, o processo de elaboração dos instrumentos de gestão do ciclo anual de 2025 foi um processo partilhado entre a gestão de topo e os dirigentes intermédios desta CCDR.

A equipa de monitorização é constituída pelo dirigente intermédio de 1.º nível da Unidade de Gestão Administrativa e Financeira e Recursos Humanos e 1 técnico superior, com competências direcionadas para o planeamento e controlo da gestão; o modelo partilhado e participado de monitorização atravessa toda a instituição, sendo que a comunicação intrainstitucional e o trabalho de monitorização dos objetivos e respetivos reportes dos dirigentes de cada unidade orgânica serão indispensáveis para a monitorização atempada, alinhada e eficaz dos objetivos operacionais da CCDR LVT, I.P..

III. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PLURIANUAIS

À semelhança da ex-CCDR LVT, a atual CCDR LVT, I.P. tem desenvolvido uma metodologia de planeamento hierarquizada, suportada nos objetivos estratégicos plurianuais, que anualmente se desdobram em objetivos operacionais, os quais por sua vez são concretizados através das atividades desenvolvidas pelas diversas unidades orgânicas. Com esta metodologia reforça-se a transversalidade e complementaridade dos objetivos operacionais e das atividades que os suportam.

-
- OE 1.** [AFIRMAÇÃO] Afirmação da Região, a nível nacional e internacional, no contexto do território e das regiões capitais europeias, priorizando a competitividade da economia e a inovação, reforçando a resiliência territorial como elemento vital para a prosperidade e bem-estar, concretamente na sustentabilidade, na salvaguarda ambiental e cultural, na proteção da saúde humana, na coesão social e no desenvolvimento urbano, agrícola e rural e das pescas.
- OE 2.** [PARTICIPAÇÃO] Desenvolvimento de dinâmicas de atores, instituições, associações e empresas, na concretização de políticas públicas (nacionais e europeias), promovendo sinergias e concertação numa lógica de incidência territorial, explorando a intensidade e a riqueza do ecossistema regional.
- OE 3.** [GOVERNANÇA] Coordenação e articulação intersectorial e regional, integrando no processo decisório a participação informada de todos, por forma a acelerar o impacto das políticas públicas no desenvolvimento regional e local alinhado com o Contrato de Gestão celebrado com o governo, contribuindo para a sustentabilidade do crescimento económico social, ambiental e cultural em convergência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

-
- OE 4.** [POLÍTICAS ESTRUTURAIS] Encerramento do PRL 2020, Execução do PRL 2030, concretizando o carácter distintivo que tem tido no contexto da afirmação de uma região de competitividade e, em simultâneo, assegurar a implementação das estratégias e instrumentos regionais fundamentais para o território, como ERL 2030, PROT AML e OVT, RIS3 e intervenção no parque escolar, potenciando o efeito combinado dos instrumentos de política pública e de financiamento (PRL2030, PRR, PDR e PEPAC).
- OE 5.** [COOPERAÇÃO EM REDE] Promoção de parcerias com entidades públicas, científicas e a sociedade civil através do fomento da cooperação em rede ao nível local, regional, nacional, ou internacional no contexto da competitividade, da inovação, cultura, do ambiente e da agricultura e pescas, orientada para a afirmação institucional e para a capacitação interna e dos principais parceiros institucionais, promovendo a Coesão Social e Territorial.
- OE 6.** [EFICIÊNCIA] Gestão orientada para a qualidade do desempenho organizacional, para a gestão do conhecimento e da inovação, que conduza à prestação de um serviço público de excelência aos agentes locais, regionais e cidadãos, suportado em manuais de procedimentos e processos transparentes, orientados para resultados e alinhados com as políticas públicas em matéria de transformação digital e de prevenção de riscos.

OE 7. [CAPITAL HUMANO] Reforço da capacitação, motivação, envolvimento e satisfação dos colaboradores.

[ESTRATÉGIA] Elaboração de uma Estratégia para

OE 8. a Região LVT 2030-2040, que permita definir e planear os desafios da Região nomeadamente em termos de reorganização, inovação perante o sistema de governação multinível, o novo modelo de governação administrativa e o novo ciclo de programação de Fundos Estruturais.

IV. OPERACIONALIZAÇÃO 2025

1. QUAR

(ANEXO 1A e 1B)

Ciclo de Gestão														
2025														
Designação do Serviço Organismo:														
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.														
Missão:														
a) Definir e executar as respetivas estratégias de desenvolvimento regional.														
b) Integrar e articular territorialmente políticas públicas indispensáveis à execução das políticas de desenvolvimento regional nos domínios do ambiente, cidades, economia, cultura, educação, ordenamento do território, conservação da natureza, agricultura e pescas, bem como em matéria de administração local e de cooperação territorial europeia.														
c) Assegurar o acompanhamento e monitorização da aplicação de programas comunitários provenientes de fundos da União Europeia destinados a Portugal e de outros instrumentos de financiamento de desenvolvimento regional, de que são exemplo os incentivos do Estado aos meios de comunicação social de nível local e regional instalados, tendo em vista o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios que constituem as respetivas circunscrições.														
d) Gerir o Programa Regional Lisboa 2030, participar na gestão e implementação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum [PEPAC], e na implementação do MAR2030.														
e) Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações.														
f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações regulamentares e legais em matéria de ordenamento do território, ambiente, cultura e agricultura e pescas.														
Objetivos Estratégicos (OE):														
												Meta	Grau de Concretização	
OE1: [AFIRMAÇÃO] Afirmação da Região, a nível nacional e internacional, no contexto do território e das regiões capitais europeias (...)												100,00%	0,00%	
OE2: [PARTICIPAÇÃO] Desenvolvimento de dinâmicas de atores, instituições, associações e empresas, na concretização de políticas públicas (nacionais e europeias) (...)												100,00%	0,00%	
OE3: [GOVERNANÇA] Coordenação e articulação intersectorial e regional, integrando no processo decisório a participação informada de todos (...)												100,00%	0,00%	
OE4: [POLÍTICAS ESTRUTURAIS] Encerramento do PRL 2020, execução do PRL 2030, concretizando o carácter distintivo que tem tido no contexto da afirmação de uma região de competitividade (...)												100,00%	0,00%	
OE5: [COOPERAÇÃO EM REDE] Promoção de parcerias com entidades públicas, científicas e a sociedade civil, através do fomento da cooperação em rede ao nível local, regional, nacional ou internacional (...)												100,00%	0,00%	
OE6: [EFICIÊNCIA] Gestão orientada para a qualidade do desempenho organizacional, para a gestão do conhecimento e da inovação, que conduza à prestação de um serviço público de excelência aos agentes locais, regionais e												100,00%	0,00%	
OE7: [CAPITAL HUMANO] Reforço da capacitação, motivação, envolvimento e satisfação dos colaboradores.												100,00%	0,00%	
OE8: [ESTRATÉGIA] Elaboração de uma Estratégia para a Região LVT 2030-2040, que permita definir e planear os desafios da Região (...)												100,00%	0,00%	
Objetivos Operacionais (OP):														
EFICÁCIA												PESO:	30,00%	
1 Promover a competitividade da economia e inovação, nomeadamente através do robustecimento do tecido empresarial na Região (...)												PESO:	15,00%	
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind1	Elaboração de relatório de evolução da análise, desenho e implementação dos procedimentos e tecnologias contratadas			230	219	10	157	100,00%	UPDR	Prazo - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%	
2 Acompanhar os planos de gestão das áreas protegidas na RLVT												PESO:	20,00%	
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind2	Trabalhos conducentes à aprovação e acompanhamento dos planos de gestão das áreas protegidas da RLVT e outras iniciativas e ações desenvolvidas na Região			214	203	10	193	100,00%	UACNB	Prazo de entrega - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%	
3 Assegurar a execução do plano anual de fiscalização												PESO:	20,00%	
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind3	Número de ações de fiscalização realizadas sobre o cumprimento de regimes de proteção especiais REN, RN2000, RAN			49	100	5	131	100,00%	UFCT	N.º de fiscalizações realizadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%	
4 Contribuir para a implementação do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas na Região de Lisboa e Vale do Tejo												PESO:	20,00%	
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind4	Prazo de elaboração do Relatório de Acompanhamento da Implementação do Programa Escolas na Região			230	219	10	157	100,00%	UPDR	Prazo de entrega do Relatório em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%	
5 Promover a Cooperação Territorial Europeia												PESO:	25,00%	
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind5	Potenciar o papel da CCDR LVT I.P. na Cooperação Territorial			Novo	6	1	9	100,00%	UPDR	Número de iniciativas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%	
EFICIÊNCIA												PESO:	50,00%	
6 Emitir pareceres técnicos e apoio técnico na área da salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico												PESO:	10,00%	
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind6	Emitir pareceres técnicos e apoio técnico na área da salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico			98,67	98,70	0,02	100	100,00%	UC	Número de pareceres emitidos no prazo legal/número de pareceres emitidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%	
7 Agilizar o desenvolvimento dos Instrumentos de Gestão Territorial à escala municipal												PESO:	15,00%	
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind7	Pareceres e estudos e propostas de PDM emitidos nos prazos estabelecidos em sede de Comissão Consultiva, e no âmbito do envolvimento solicitado pelos municípios			100	100	0	100	100,00%	UOT	Pareceres em prazo / Pareceres totais	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%	

Otimizar a aplicação dos Fundos Estruturais da Região													PESO:	10,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind8	Taxa de execução do PRLisboa 2030			3,07	14,595	1,015	19,51	100,00%	AGPRL 2021-2027	(Total do Valor Executado/Total do Valor Programado para o PRLisboa2030) x 100	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%

Taxa de Realização 0,00%

9 Incrementar a instrução dos procedimentos contraordenacionais													PESO:	10,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind9	Taxa de conclusão dos processos de contraordenação por violação de regimes de proteção especiais, no prazo máximo de 10 meses			74,47	81	4	100	100,00%	USIAAL	N.º de decisões emitidas / n.º de PCO recebidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%

Taxa de Realização 0,00%

10 Garantir a Execução do PDR2020+PEPAC (QUAR OP9)													PESO:	15,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind10	Tempo médio de análise de candidaturas PDR2020/PEPAC			26	24	1	17	50,00%	UIAP	N.º total dias utilizados na análise PA/n.º total de PA analisados	0	0,00%	Não atingiu	
Ind11	Tempo médio de análise de pedidos de pagamento apoios/intervenções/investimento		65	35	33	1	24	50,00%	UIAP	N.º total dias utilizados na análise PP/n.º total de PP analisados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%

Taxa de Realização 0,00%

11 Assegurar a recolha e reporte de informação para os sistemas estatísticos de informação agrícola													PESO:	10,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind12	Taxa de cumprimento do Plano de Reporte Anual dos sistemas estatísticos de informação agrícola (RICA: número de contabilidades entregues; SIMA: número de produtos			Novo	80	4	100	100,00%	UAL	N.º Contribuições enviadas / N.º Contribuições definidas*100	100	0,00%	Não atingiu	-100,00%

Taxa de Realização 0,00%

12 Acompanhar a execução dos investimentos na região RLVT													PESO:	10,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind13	Taxa de análise de candidaturas no âmbito da CTF (cooperação técnica e financeira)			100	100	0	100	100,00%	USIAAL	N.º de análises emitidas / n.º de candidaturas recebidas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%

Taxa de Realização 0,00%

13 Promover a previsibilidade na aplicação dos fundos europeu													PESO:	20,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind14	Otimizar a abertura de avisos do PT2030/ percentagem acumulada do valor no total do PT2030			Novo	72	2	93	50,00%	AGPRL 2021-2027	Percentagem acumulada do valor no total do PT2030 (resultado dado já em %)	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind15	Assegurar que os avisos planeados são concretizados/ percentagem de avisos abertos no total planeado			Novo	82	2	100	25,00%	AGPRL 2021-2027	Percentagem de avisos abertos no total planeado (resultado dado já em %)	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind16	Reduzir o tempo médio de avaliação de candidaturas/ redução do tempo médio face ao ano anterior			Novo	20	1	26	25,00%	AGPRL 2021-2027	Redução do tempo médio face ao ano anterior (resultado dado já em %)	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Taxa de Realização													0,00%	

Taxa de Realização 0,00%

QUALIDADE														PESO:	20,00%
14 Dinamizar e capacitar os instrumentos de suporte à gestão documental e arquivo da CCDR LVT														PESO:	30,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind17	Adotar um sistema de gestão documental (SGD) eletrónico único na CCDR LVT, I.P. para registo e classificação de documentos e processos documentais			Novo	80	4	100	100,00%	UCISTI	Peso relativo das fases concluídas / 100	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
													Taxa de Realização	0,00%	

Taxa de Realização 0,00%

15 Dinamizar, capacitar e aprofundar a integração dos instrumentos de suporte à gestão da informação e do conhecimento da CCDR LVT, I.P.													PESO:	20,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind18	Implementar plataforma de desenvolvimento de software low code, para suporte ao balcão único da CCDR LVT, I.P.			Novo	3	1	5	100,00%	UCISTI	Número de fases concluídas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
														Taxa de Realização

Taxa de Realização 0,00%

16 Promover a Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar													PESO:	20,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind19	Elaborar o Relatório "Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar" (2025).	212	206	0	196	9	206	100,00%	UGAFRH	Nº de dias úteis para a elaboração do relatório	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%

Taxa de Realização 0,00%

17 Operacionalizar a elaboração da estratégia regional LVT - ESTRATÉGIA DA DÉCADA													PESO:	30,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind20	Apresentação da Estratégia regional LVT - ESTRATÉGIA DA DÉCADA			Novo	208	10	149	100,00%	UOT	Dias úteis para apresentação da publicação	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Taxa de Realização													0,00%	

Taxa de Realização 0,00%

Objetivos Estratégicos vs Operacionais] matriz de enquadramento	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	OP6	OP7	OP8	OP9	OP10	OP11	OP12	OP13	OP15	OP16	OP17
Objetivo Estratégico 1 - [AFIRMAÇÃO] Afirmação da Região, a nível nacional e internacional, no contexto do território e das regiões capitais europeias [...]	X					X					X					
Objetivo Estratégico 2 - [PARTICIPAÇÃO] Desenvolvimento de dinâmicas de atores, instituições, associações e empresas, na concretização de políticas públicas (nacionais e europeias) [...]		X					X	X					X			
Objetivo Estratégico 3 - [GOVERNANÇA] Coordenação e articulação intersectorial e regional, integrando no processo decisório a participação informada de todos [...]			X						X							
Objetivo Estratégico 4 - [POLÍTICAS ESTRUTURAIS] Envolvimento do PRL 2020, execução do PRL 2030, concretizando o carácter distintivo que tem tido no contexto da afirmação de uma região de				X						X						
Objetivo Estratégico 5 - [COOPERAÇÃO EM REDE] Promoção de parcerias com entidades públicas, científicas e a sociedade civil, através do fomento da cooperação em rede ao nível local, regional,					X							X				
Objetivo Estratégico 6 - [EFICIÊNCIA] Gestão orientada para a qualidade do desempenho organizacional, para a gestão do conhecimento e da inovação, que conduza à prestação de um														X		
Objetivo Estratégico 7 - [CAPITAL HUMANO] Reforço da capacitação, motivação, envolvimento e satisfação dos colaboradores.															X	
Objetivo Estratégico 8 - [ESTRATEGIA] Elaboração de uma Estratégia para a Região LVT 2030-2040, que permita definir e planejar os desafios da Região [...]																X

OBJETIVOS RELEVANTES] nº 1 do art.18º da Lei 66-B/2007, de 28.12	Peso dos parâmetros na avaliação final	Peso dos objetivos no respetivo parâmetro	Peso de cada objetivo na avaliação final	Grau de realização do objetivo	Grau de realização do objetivo (ponderado)	Classificação	OBJETIVOS MAIS RELEVANTES (nº 1 do art.18º da Lei 66-B/2007, de 28.12)
GR EFICÁCIA					0,00%		
OP1: Promover a competitividade da economia e inovação, nomeadamente através do robustecimento do tecido empresarial na Região [...]	30,00%	15,00%	4,50%	0,00%	0,00%	Não atingiu	
OP2: Acompanhar os planos de cogestão das áreas protegidas na RLVT		20,00%	6,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	RELEVANTE
OP3: Assegurar a execução do plano anual de fiscalização		20,00%	6,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	RELEVANTE
OP4: Contribuir para a implementação do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas na Região de Lisboa e Vale do Tejo		20,00%	6,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	RELEVANTE
OP5: Promover a Cooperação Territorial Europeia		25,00%	7,50%	0,00%	0,00%	Não atingiu	RELEVANTE
GR EFICIÊNCIA					0,00%		
OP6: Emitir pareceres técnicos e apoio técnico na área da salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico	50,00%	10,00%	5,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	
OP7: Agilizar o desenvolvimento dos Instrumentos de Gestão Territorial à escala municipal		15,00%	7,50%	0,00%	0,00%	Não atingiu	RELEVANTE
OP8: Otimizar a aplicação dos Fundos Estruturais da Região		10,00%	5,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	
OP9: Incrementar a instrução dos procedimentos contraordenacionais		10,00%	5,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	
OP10: Garantir a Execução do PDR2020+PEPAC (QUAR OP9)		15,00%	7,50%	0,00%	0,00%	Não atingiu	RELEVANTE
OP11: Assegurar a recolha e reporte de informação para os sistemas estatísticos de informação agrícola		10,00%	5,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	
OP12: Acompanhar a execução dos investimentos na região RLVT		10,00%	5,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	
OP13: Promover a previsibilidade na aplicação dos fundos europeu		20,00%	10,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	RELEVANTE
GR QUALIDADE					0,00%		
OP14: Dinamizar e capacitar os instrumentos de suporte à gestão documental e arquivo da CCDR LVT	20,00%	30,00%	6,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	RELEVANTE
OP15: Dinamizar, capacitar e aprofundar a integração dos instrumentos de suporte à gestão da informação e do conhecimento da CCDR LVT, I.P.		20,00%	4,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	
OP16: Promover a Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar		20,00%	4,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	
OP17: Operacionalizar a elaboração da estratégia regional LVT - ESTRATÉGIA DA DÉCADA		30,00%	6,00%	0,00%	0,00%	Não atingiu	RELEVANTE
Total	100,00%	Soma dos pesos dos objetivos operacionais mais relevantes					62,50%

AVALIAÇÃO FINAL DO QUAR 2025				
Avaliação de acordo com os requisitos constantes no artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro	Âmbito	Eficácia		Qualidade
	Ponderação	30,00%		20,00%
	Resultado	0,00%		0,00%
	Quantitativa	0,00%		
	Qualitativa			
Ref.:	Descritivo	Fonte de Verificação		Justificação do Valor Crítico
Ind 1	Elaboração de relatório de evolução da análise, desenho e implementação dos procedimentos e tecnologias contratadas	Filedoc		209-25% de 209
Ind 2	Trabalhos conducentes à aprovação e acompanhamento dos planos de coestão das áreas protegidas da RLVT e outras iniciativas e ações desenvolvidas na Região	Filedoc		193-25% de 193
Ind 3	Número de ações de fiscalização realizadas sobre o cumprimento de regimes de proteção especiais REN, RN2000, RAN	Filedoc		105*1,25
Ind 4	Prazo de elaboração do Relatório de Acompanhamento da implementação do Programa Escolas na Região	Filedoc		209-25% de 209
Ind 5	Potenciar o papel da CCDR LVT I.P. na Cooperação Territorial	Filedoc		7*1,25
Ind 6	Emitir pareceres técnicos e apoio técnico na área da salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico	Filedoc e Portal SIRJUE		Valor máximo de superação.
Ind 7	Pareceres a estudos e propostas de PDM emitidos nos prazos estabelecidos em sede de Comissão Consultiva, e no âmbito do envolvimento solicitado pelos municípios	Filedoc		Valor máximo de superação
Ind 8	Taxa de execução do PRLisboa 2030	SIPORLisboa 2020		15,61*1,25
Ind 9	Taxa de conclusão dos processos de contraordenação por violação de regimes de proteção especiais, no prazo máximo de 10 meses	Filedoc		Valor de superação
Ind 10	Tempo médio de análise de candidaturas PDR2020/PEPAC	SIPDR/SIPEPAC		25-25% de 25
Ind 11	Tempo médio de análise de pedidos de pagamento apoios/intervenções/investimento	Controlo Administrativo (IDigital)		32-25% de 32
Ind 12	Taxa de cumprimento do Plano de Reporte Anual dos sistemas estatísticos de informação agrícola (RICA: número de contabilidades entregues; SIMA: número de produtos	Report enviado à entidade coordenadora		Valor máximo de superação
Ind 13	Taxa de análise de candidaturas no âmbito da CTF (cooperação técnica e financeira)	Filedoc/ Aplicação CTF/DGAL		Valor máximo de superação
Ind 14	Otimizar a abertura de avisos do PT2030/ percentagem acumulada do valor no total do PT2030	Dashboard do sistema de fundos e AD&C		74*1,25
Ind 15	Assegurar que os avisos planeados são concretizados/ percentagem de avisos abertos no total planeado	Dashboard do sistema de fundos e AD&C		Valor máximo de superação
Ind 16	Reduzir o tempo médio de avaliação de candidaturas/ redução do tempo médio face ao ano anterior	Dashboard do sistema de fundos e AD&C		21*1,25
Ind 17	Adotar um sistema de gestão documental (SGD) eletrónico único na CCDR LVT, I.P. para registo e classificação de documentos e processos documentais	Filedoc		Valor máximo de superação
Ind 18	Implementar plataforma de desenvolvimento de software low code, para suporte ao balcão único da CCDR LVT, I.P.	Intranet		Valor máximo - o projeto tem 5 fases
Ind 19	Elaborar o Relatório "Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar" (2025).	Fildoc / Intranet		Melhor valor dos últimos 3 anos
Ind 20	Apresentação da Estratégia regional LVT - ESTRATÉGIA DA DÉCADA	Filedoc / Intranet		198-25% de 198

NOTAS EXPLICATIVAS

Ind 1	<p>O Decreto-lei nº 36/2023, de 26 de maio, determinou a transição das competências relativas ao Licenciamento Industrial do IAPMEI e das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR, IP). No quadro do Sistema da Indústria Responsável (SIR), as CCDR IP passaram a assumir o papel de entidade coordenadora de licenciamento dos estabelecimentos industriais, até então da competência do IAPMEI e das DRAP, nas atividades indicadas no Anexo III do SIR e para os estabelecimentos industriais classificados nas tipologias 1 e 2. As CCDR IP assumiram igualmente o papel de entidade coordenadora de licenciamento das Zonas Empresariais Responsáveis (ZER). Neste contexto, e considerando ainda o contributo que concorre para os indicadores transacionais e de realização do Contrato Programa que, na área da política económica, remetem para os prazos para a emissão de decisão SIR nos estabelecimentos industriais de tipologia 1, por força dos regimes de ambiente, este objetivo operacional/indicador visa otimizar procedimentos e incorporar tecnologias mais avançadas, na transição digital do licenciamento industrial no quadro do SIR, dando continuidade aos procedimentos e trabalho já desenvolvidos em 2024, com vista à criação/construção/implementação de um “Sistema Integrado para a Coordenação do Licenciamento Industrial, na CCDR LVT IP – SICLI_LVT”. Este, a ser incorporado nas plataformas informáticas da CCDRLVT, terá de garantir a interoperabilidade digital direta com a já existente plataforma SIR, da responsabilidade do IAPMEI e recorrer às tecnologias mais recentes, incluindo IA para a automatização de fluxos e procedimentos, sempre que aplicável. A adoção na CCDR LVT IP de uma estrutura de funcionamento desta natureza, em coerência e respeito pelo enquadramento legal em vigor, adaptada ao edifício organizacional pré-existente e que preveja as interdependências relacionais internas e externas (entidades consultadas e operadores/industrial), implicadas por força dos procedimentos a cumprir, permitirá otimizar fluxos de serviço, promover a transparência e conduzir a ganhos de eficiência e eficácia necessários.</p>
Ind 2	<p>Com a publicação da Deliberação n.º 133/2024, de 26 de janeiro, a CCDRLVT, I.P. passou a integrar competências na área da política de conservação da natureza, nomeadamente no que se refere à gestão de áreas protegidas e à sensibilização ambiental. As competências das CCDR, I.P. no que se refere à gestão de áreas protegidas, passaram a estar também contempladas na alteração ao Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, operada pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, resultante do qual as CCDR passam a integrar as comissões de gestão de área protegida.</p> <p>Quer no que respeita às novas competências adquiridas em matéria de gestão de áreas protegidas, quer no que respeita à sensibilização ambiental, a CCDRLVT, I.P. configura-se como entidade participativa, não se constituindo como entidade coordenadora das mesmas.</p> <p>Face ao enquadramento efetuado, e por forma a dar resposta aos indicadores transacionais e relacional da área de política de conservação da natureza, pretende-se elaborar um relatório que explique as atividades que vierem a ocorrer durante o ano de 2025, sintetizando a participação e os contributos da CCDRLVT, I.P. para estes domínios. Assim:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Até final do 1º semestre irá ser delineada/definida a estrutura do relatório, tendo em conta as ações até lá desenvolvidas e as que se perspetivam desenvolver; - Até setembro de 2024 está previsto que a elaboração do relatório já se tenha iniciado com a descrição e enquadramento de todas as ações desenvolvidas; - Até ao final do 3º semestre (em respeito com a/s meta/s estabelecida/s) será concluído o relatório.
Ind 3	<p>Realização de ações de fiscalização, enquadrando as diligências aplicáveis conforme os resultados, sobre ocupações de território em violação dos regimes legais aprovados pelos Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação atual, referente à Reserva Ecológica Nacional; Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na redação atual, referente à Reserva Agrícola Nacional, bem como, no tocante à Rede Natura 2000, salvaguardar o cumprimento da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves), revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro, e da Diretiva92/43/CEE (Diretiva Habitats).</p>
Ind 4	<p>No âmbito do art.º 50.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e as entidades intermunicipais no domínio da educação, foi assinado, em 22 de julho de 2022, o Acordo Setorial entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) para criação de um programa de reabilitação de escolas, em que o Governo assumiu o compromisso de assegurar o financiamento de investimentos de recuperação/reabilitação de escolas públicas dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário, que foram identificadas como prioritárias para intervenção de acordo com o seu estado de conservação, bem como da construção de novas escolas. Em 21 de julho de 2023, foi celebrado o Acordo Setorial na área da Educação entre o Governo e a ANMP, o qual vem identificar as fontes e os instrumentos de financiamento do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas (Programa Escolas), bem como o seu calendário de realização. A RCM nº 178/2023, de 22 de dezembro, estabelece os compromissos em matéria de financiamento do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas, previsto no Acordo, nomeadamente, no que respeita às respetivas fontes de financiamento, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), FEDER, Empréstimo-Quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI), Empréstimo Global BEI-Escolas e Orçamento do Estado. Em 2 de janeiro de 2024, foi publicado o Aviso de Concurso do Plano de Recuperação e Resiliência N.º 01/CO6-IO9/2023 – Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas (Aviso), republicado em 24 de janeiro de 2024 e em 01 de março de 2024 pelas cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, IP (CCDR, IP) e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP). Este Aviso integra a Componente 6- Qualificações e Competências do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o Investimento RE – CO6-IO9 – Escolas Novas ou Renovadas, aprovados pelo Conselho da União Europeia através da Decisão de Execução do Conselho n.º 13351/23, de 17/10/2023, na qual ficaram estabelecidos os novos investimentos a concretizar no PRR.</p> <p>Visa-se assegurar, a nível nacional, o financiamento da construção ou reabilitação de 75 escolas públicas dos 2º e 3º ciclos e do ensino secundário necessitando de intervenção prioritária, constituindo, assim, o financiamento através do PRR uma 1ª fase do Programa Escolas. As CCDR são constituídas Beneficiários Intermediários sendo, nessa medida, as entidades responsáveis pela seleção e aprovação dos estabelecimentos a apoiar e pela implementação dos investimentos, em articulação com os municípios, Beneficiários Finais, que os concretizam. O Aviso estabeleceu uma dotação global de 450 milhões de euros, com a afetação de 125 milhões de euros para a Região de Lisboa e Vale do Tejo. A publicação do Despacho n.º 9168/2024, de 13 de agosto, do Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial veio dotar as CCDR, IP de uma verba adicional financiada pelo Banco Europeu de Investimento, com vista a assegurar o cumprimento da meta A6.29 – Escolas Novas ou Renovadas do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas – PRR Componente 6, ainda no âmbito do Aviso de Concurso nº. 01/CO6-IO9/2023 e, no caso da CCDR LVT, IP, com o montante adicional de 50 milhões de euros. Assim, em resultado deste processo, foram selecionados 24 estabelecimentos a ser executados por 16 municípios na Região de Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito do Programa Escolas, e para os quais foi atribuído um montante global de financiamento de 173.920.806,83€. O Relatório de Acompanhamento da implementação do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas na Região de Lisboa e Vale do Tejo, que corporiza o indicador deste objetivo, apresentará o trabalho desenvolvido pela CCDR LVT, IP durante o ano de 2025, com vista à execução dos investimentos do Programa Escolas, apresentados pelos Municípios da Região.</p>
Ind 5	<p>No que concerne ao projeto piloto da Orçamentação por Programas para 2025 foram delineados um conjunto de objetivos e indicadores de nível estratégico e operacional, tendo os mesmos sido afetos às entidades tuteladas por esta Área Governativa. Neste sentido, os objetivos e indicadores ao nível das AÇÕES deverão ser integrados nos respetivos instrumentos de gestão (PA e QUAR) uma vez que os mesmos traduzem as prioridades estratégicas definidas para esta Área Governativa e o seu posicionamento para 2025, concretizando verdadeiramente o alinhamento que se pretende. No Mapeamento dos objetivos e indicadores por AÇÕES que foram contemplados ações transversalmente pelo conjunto das CCDR.</p>
Ind 6	<p>Nos termos do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda, na sua redação atual, estão sujeitas a parecer prévio vinculativo da CCDR LVT, na circunscrição territorial competente, as operações urbanísticas relativas a obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, conservação ou demolição sujeitas ao procedimento de licença nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), exceto nas áreas abrangidas pelas servidões administrativas de imóveis afetos ao Património Cultural, I.P. e à Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E., nos termos da alínea d) do n.º 1 e da alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 404/2023, de 5 de dezembro. O prazo legal de emissão de parecer determinado pelo RJUE, no seu artigo 13.º - Disposições gerais sobre a consulta a entidades externas – é de 20 dias, considerando-se haver concordância com a pretensão formulada se os respetivos pareceres, autorizações ou aprovações não forem recebidos dentro do prazo (n.º 5 e n.º 6 do referido artigo). O SIRJUE é o Sistema de Informação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, disponibilizado no Portal Autárquico, por onde tramita o processo de licenciamento urbano e o procedimento de consultas externas às entidades.</p>
Ind 7	<p>Os Planos Diretores Municipais da Região de Lisboa e Vale do Tejo já se encontram ou adaptados ao novo RIJGT ou em fase de adequação, ou seja, já tiveram lugar as reuniões finais das Comissões Consultivas. Neste momento encontramos-nos numa fase da responsabilidade dos municípios e que se prende com a necessidade de assegurarem a resposta aos pareceres emitidos pelas entidades. De modo a contribuir para uma atualização célere dos Planos Diretores Municipais, importa assumir compromissos e prazos adequados à concretização destes objetivos contribuindo para um referencial atualizado em matéria de ordenamento do território.</p>
Ind 8	<p>O indicador da taxa de execução do PR Lisboa 2030 refere-se aos montantes de fundo executado e pago pelos beneficiários, obtido pelo investimento elegível validado em pedidos de pagamento mediante aplicação da taxa de cofinanciamento em vigor na operação. Na fórmula de cálculo o valor executado apurado corresponde ao fundo acumulado executado. O valor programado refere-se à dotação fundo do Programa.</p>
Ind 9	<p>Estão em causa processos de contraordenação abertos com base em autos de notícia levantados por infração ao Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RUREN). As áreas de Reserva Ecológica Nacional são sujeitas a um regime de restrição de utilidade pública que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando o seu regime jurídico os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas. Todas as ações em violação ao disposto no RUREN estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, que se encontram expressamente previstas no artigo 20.º do citado diploma legal e relativamente às quais são elaborados os respetivos autos de notícia, dão origem aos correspondentes processos de contraordenação que irão ser contabilizados no indicador em apreço.</p>
Ind 10	<p>Pretende-se assegurar a execução do PDR2020 e PEPAC, através da análise dos Pedidos de Apoio formalizados que reúnam condições de análise (completos). Garantir a execução do PDR2020 e PEPAC, através da análise dos Pedidos de Apoio formalizados que reúnam condições de análise (completos).</p>
Ind 11	<p>Pretende-se garantir a execução do PDR2020, através da análise dos Pedidos de Pagamento formalizados e completos (que reúnam condições de análise). Relativo a medidas 3 e 8 do PDR ou as equivalentes do PEPAC. Após aprovação dos Pedidos de Apoio a fundos comunitários o beneficiário pode submeter o/s Pedidos de Pagamento das despesas elegíveis referentes aos projetos, competindo aos técnicos das CCDR a sua análise e acompanhamento da sua execução. Excluem-se da base de cálculo os PP dos Grupos Operacionais, considerando que o volume, complexidade e demora na análise, face aos recursos que é possível alocar à atividade, torna impraticável o esforço de cumprimento exigido pelas metas definidas.</p>
Ind 12	<p>A Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA) foi estabelecida a nível comunitário para que cada Estado Membro recolha, anualmente, informação contabilística e técnica a partir de uma amostra de explorações agrícolas que, pela sua dimensão, podem ser consideradas comerciais e que sejam representativas da região, da dimensão económica e tipo de orientação técnico-económica. Esta rede comunitária de informação tem como principais objetivos avaliar os níveis de rendimento dos principais tipos de exploração agrícola bem como disponibilizar informação para preparação e acompanhamento das medidas de política agrícola e de desenvolvimento rural, permitindo assim avaliar o impacto das medidas da Política Agrícola Comum.</p> <p>O Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) tem por objetivo acompanhar os mercados de produtos agrícolas, numa ótica de fileira, recolhendo dados que permitam informar os decisores políticos, que têm a missão de acompanhar as políticas de mercado (nacionais ou comunitárias); e o próprio mercado e os seus agentes, prestando um serviço público de ajuda à transparência de mercado.</p> <p>O Valor da Produção Padrão (VPP) de uma atividade agrícola (vegetal e animal) é o valor de produção correspondente à situação média da cada atividade agrícola numa dada região. São calculados procedendo-se à sua agregação por NUTS II e por Região Agrária.</p> <p>O Estado das Culturas e Previsão das Colheitas (ECP) e Quadros de Produção Vegetal (QPV) são um projeto mensal que visa a recolha e disponibilização de informação de carácter previsional, relativamente a áreas, rendimentos e produções das principais culturas.</p>
Ind 13	<p>Os apoios atribuídos pelo Estado através da cooperação técnica e financeira, são suportados pela dotação da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), sendo da responsabilidade da CCDRLVT, IP, a receção de candidaturas e a sua análise, bem como o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos, atribuição cometida à USJIA/LDAL. Este sistema de apoio financeiro encontra-se orientado para investimentos públicos de âmbito municipal e supramunicipal, no quadro dos objetivos de política de desenvolvimento local, regional e setorial. O Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, define as áreas de investimento elegíveis e as condições para a participação do Estado no financiamento de projetos de investimento da responsabilidade dos diferentes níveis da Administração Pública, através da celebração de contratos-programa e de acordos de colaboração, estabelecendo o seu regime. As entidades que podem celebrar contratos-programa ou acordo de colaboração com a Administração Central são os municípios, as comunidades intermunicipais, as áreas metropolitanas e as empresas do setor empresarial local. Neste âmbito, o Governo pode determinar áreas de investimento específicas a considerar na dotação da CTF, cujas regras de candidatura e financiamento são regulamentadas por diploma próprio. As candidaturas podem ocorrer em qualquer altura do ano e a CCDR tem um prazo máximo de 30 dias para se pronunciar.</p>
Ind 14	<p>No que concerne ao projeto piloto da Orçamentação por Programas para 2025 foram delineados um conjunto de objetivos e indicadores de nível estratégico e operacional, tendo os mesmos sido afetos às entidades tuteladas por esta Área Governativa. Neste sentido, os objetivos e indicadores ao nível das AÇÕES deverão ser integrados nos respetivos instrumentos de gestão (PA e QUAR) uma vez que os mesmos traduzem as prioridades estratégicas definidas para esta Área Governativa e o seu posicionamento para 2025, concretizando verdadeiramente o alinhamento que se pretende. No Mapeamento dos objetivos e indicadores por AÇÕES que foram contemplados ações transversalmente pelo conjunto das CCDR.</p>
Ind 15	<p>No que concerne ao projeto piloto da Orçamentação por Programas para 2025 foram delineados um conjunto de objetivos e indicadores de nível estratégico e operacional, tendo os mesmos sido afetos às entidades tuteladas por esta Área Governativa. Neste sentido, os objetivos e indicadores ao nível das AÇÕES deverão ser integrados nos respetivos instrumentos de gestão (PA e QUAR) uma vez que os mesmos traduzem as prioridades estratégicas definidas para esta Área Governativa e o seu posicionamento para 2025, concretizando verdadeiramente o alinhamento que se pretende. No Mapeamento dos objetivos e indicadores por AÇÕES que foram contemplados ações transversalmente pelo conjunto das CCDR.</p>

NOTAS EXPLICATIVAS	
Ind 16	No que concerne ao projeto piloto da Orçamentação por Programas para 2025 foram delineados um conjunto de objetivos e indicadores de nível estratégico e operacional, tendo os mesmos sido afetos às entidades tuteladas por esta Área Governativa. Neste sentido, os objetivos e indicadores ao nível das AÇÕES deverão ser integrados nos respetivos instrumentos de gestão (PA e QUAR) uma vez que os mesmos traduzem as prioridades estratégicas definidas para esta Área Governativa e o seu posicionamento para 2025, concretizando verdadeiramente o alinhamento que se pretende. No Mapeamento dos objetivos e indicadores por AÇÕES que foram contemplados ações transversalmente pelo conjunto das CCDR.
Ind 17	Com a publicação do DL n.º 36/2023, de 26 de maio, que procede à conversão das CCDR em Institutos Públicos, passaram a estar disponíveis dois sistemas de gestão documental eletrónica no Instituto: Filedoc – sistema de gestão documental eletrónica utilizado na ex-CCDR LVT. SimpleFlow – sistema de gestão documental eletrónica utilizado na ex-DRAP LVT. Neste contexto, o presente objetivo pretende definir uma metodologia que sustente a adoção de um único sistema de gestão documental eletrónico, de entre as duas opções disponíveis, salvaguardando a uniformização dos procedimentos de gestão documental, facilitando a consistência e a interoperabilidade entre unidades orgânicas e minimizando a redundância e inconsistência no registo de documentos e processos documentais. Para o efeito, distinguem-se as seguintes fases: Fase 1 – peso 20% – Definir os objetivos e critérios de decisão que a CCDR LVT, I.P., pretende alcançar com a adoção de um único SGD; Fase 2 – peso 30% – Definir uma matriz de decisão com os critérios definidos na Fase 1; Fase 3 – peso 20% – Envolver partes interessadas, aplicar a matriz construída na Fase 2, e avaliar os riscos relativamente ao SGD escolhido; Fase 4 – peso 20% – Conceber proposta e plano de adoção do SGD escolhido; Fase 5 – peso 10% – Tomar decisão (deliberação CD).
Ind 18	A implementação de uma plataforma de desenvolvimento de software low-code, enquanto instrumento de suporte na gestão dos processos que concorrer para um balcão único dos pedidos em matérias de licenciamentos, autorizações, aprovações, pronúncias em sede de comunicação prévia com prazo, ou emissão de pareceres, cuja decisão seja da competência da CCDR LVT, I.P., o da competência de outras entidades do Estado, tem a capacidade de acelerar a transformação digital e otimizar as operações desenvolvidas no âmbito das várias tipologias de processo. A implementação de uma plataforma com estas características, está ligada aos seguintes benefícios estratégicos e operacionais para o Instituto: • Agilidade no desenvolvimento de soluções de software, facilmente ajustáveis e de rápida adaptação a mudanças nos processos ou requisitos. • Empoderamento das equipas responsáveis por cada tipologia de processo, através da possibilidade de desenvolverem fluxos de trabalho personalizados, alinhados com as necessidades específicas de cada área. • Automação facilitada de tarefas repetitivas, através da integração de ferramentas que reduzem erros e melhoram a produtividade. • Integração com sistemas internos já existentes e com sistemas do universo da Administração Pública. • Monitorização centralizada da gestão e controlo de fluxos de trabalho e dados, ajudando a manter a conformidade com a legislação, regulamentos e normas. Pretende-se a introdução de um instrumento transformador da forma como a CCDR LVT, I.P., modela, executa e melhora os seus fluxos de trabalho e que combine a simplicidade e agilidade necessárias à otimização dos seus processos e ao aumento da sua capacidade de inovação. Para o efeito, distinguem-se as seguintes fases: Fase 1 - Setup da Infraestrutura: Configurar o ambiente físico e lógico necessário para alojar e operar a plataforma de desenvolvimento low code na infraestrutura local da CCDR LVT, I.P. Inclui preparação de servidores front-end (responsável por processar os pedidos de utilizadores e executar aplicações), servidor de controlador (responsável pela publicação de módulos de software, integrações e monitorização do ambiente), servidor de base de dados (responsável por armazenar dados, logs e metadados da plataforma), configurações de rede, configurações de segurança (acessos, segurança de dados, monitorização de logs) e instalação e configuração da plataforma. Fase 2 – Setup DevOps: Configurar e implementar práticas, ferramentas e processo que permitam a automação, integração contínua e entrega contínua no ciclo de desenvolvimento e entrega de aplicações. Projetar as necessidades específicas para o desenvolvimento low code. Fase 3 – Autenticação gov.pt: Integrar na plataforma os mecanismos de autenticação Gov.pt, de forma a possibilitar a autenticação por meio de métodos como o Cartão de Cidadão ou a Chave Móvel Digital (CMD). Fase 4 – Assinatura Digital: Integrar na plataforma os mecanismos que permitam a assinatura digital de documentos e transações, com recurso ao Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital (CMD). Fase 5 – Backoffice: Criar e configurar uma área de backoffice para gestão de dados, processos e utilizadores, permitindo centralizar o controlo e a operação de funcionalidades internas do sistema (gestão de utilizadores, permissões, configurações e operações específicas relacionadas com processos a suportar na plataforma).
Ind 19	Em 21 de maio de 2018, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/PCM/2018 que aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual 2018-2030 que se concretizou, numa primeira fase, na execução de 3 Planos nacionais de ação com medidas a 4 anos (2018-2021). Sob este enquadramento, a então CCDR elaborou, em 2018, o Plano de Ação CCDR LVT: Igualdade e Não discriminação 2018-2021 (ações internas). Terminado o primeiro período de vigência dos Planos Nacionais de Ação (2018-2021), acima mencionados, procedeu-se à sua revisão para o período 2022-2025. A revisão dos Planos Nacionais de Ação esteve em consulta pública, entre 17/01/2022 e 7/02/2022 e, em 14/08/2023, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023 que aprova os Planos de Ação no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual, para o período de 2023-2026. Considerando o acima exposto e sob a égide dos Planos de Igualdade e Não Discriminação tem sido elaborado um relatório anual "Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar". Face à reestruturação do novo instituto público e à transição de um número vasto de recursos humanos, é pertinente este instituto continuar a promover, junto do seu capital humano, a temática da "Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar", evidenciando-a neste instrumento de gestão.
Ind 20	A CCDR LVT, I.P. tem um desafio institucional, de reorganização, de otimização, de afirmação e de eficácia num ecossistema público e privado em mudança. Repensar a organização e o seu modelo de funcionamento é assim uma oportunidade de aproximar pessoas e soluções, beneficiando da sua experiência e capacidade de inovação. Permite consolidar e renovar uma identidade corporativa, englobando alterações recentes. A proposta de uma estratégia assenta em 3 ideias: AFIRMAÇÃO DA REGIÃO, AFIRMAÇÃO DA INSTITUIÇÃO, ANTECIPAÇÃO E MUDANÇA. FASES DE IMPLEMENTAÇÃO: FASE 1, janeiro a março: DIAGNÓSTICO; FASE 2, abril a junho: REFLEXÃO E CONTRIBUTOS; FASE 3 julho a setembro: ESTRATÉGIA. FASE 4, até 28 de outubro (10 dias tolerância): APRESENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL PARA O INSTITUTO PÚBLICO, CCDR LVT, I.P..

RECURSOS HUMANOS								Dias úteis Planeados 2025	226	Dias úteis Executados 2025	0
DESIGNAÇÃO	Pontuação (Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços)1	Pontuação efetivos Planeados para 2025			Pontuação efetivos Executados para 2025			Desvio (em n.º)		Pontuação Executada / Pontuação Planeada	UERHE / UERHP
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação Planeada	N.º de efetivos a 31.dez (Balanço Social)	UERHE	Pontuação Executada				
Dirigentes - Direção Superior	20	11	2 486	220		0	0	-11		0,00%	0,00%
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16	36	8 136	576		0	0	-36		0,00%	0,00%
Técnico Superior	12	266	60 116	3 192		0	0	-266		0,00%	0,00%
Coordenador Técnico	9	1	226	9		0	0	-1		0,00%	0,00%
Especialista de Informática	12	3	678	36		0	0	-3		0,00%	0,00%
Técnicos de Informática	8	10	2 260	80		0	0	-10		0,00%	0,00%
Assistente Técnico	8	99	22 374	792		0	0	-99		0,00%	0,00%
Assistente Operacional	5	16	3 616	80		0	0	-16		0,00%	0,00%
		442	99 892	4 985	0	0	0	-442		0,00%	0,00%

RECURSOS FINANCEIROS										
DESIGNAÇÃO	Planeado	Corrigido	Disponível	Execução (31.mar.2025)	Execução (30.jun.2025)	Execução (30.set.2025)	Execução (31.dez.2025)	Desvio Executado / Disponível	Taxa de Execução (face ao planeado)	Taxa de Execução (face ao disponível)
Orçamento de Funcionamento (OF)	24 113 362,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Despesas c/Pessoal	16 704 924,00 €									
Aquisições de Bens e Serviços	4 390 821,00 €									
Outras despesas correntes	380 424,00 €									
Despesas de Capital	2 637 193,00 €									
Orçamento de Investimento (OI)	56 336 087,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Despesas c/Pessoal	1 359 411,00 €									
Aquisições de Bens e Serviços	2 923 323,00 €									
Outras despesas correntes	51 169 109,00 €									
Despesas de Capital	884 244,00 €									
Outros Valores										
Total (OF+OI+OV)	80 449 449,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €	0,00 €		

Memória descritiva dos Objetivos Operacionais / Indicadores 2025		
Objetivo Operacional	Indicador	Descrição
OOP1: Promover o desenvolvimento empresarial na Região tendo em vista a competitividade da economia através do investimento na continuidade da transição digital no quadro do Sistema de Indústria Responsável	Ind1 Elaboração de relatório de evolução da análise, desenho e implementação dos procedimentos e tecnologias contratadas	O Decreto-lei nº 36/2023, de 26 de maio, determinou a transição das competências relativas ao Licenciamento Industrial do IAPMEI e das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR, IP). No quadro do Sistema da Indústria Responsável (SIR), as CCDR IP passaram a assumir o papel de entidade coordenadora de licenciamento dos estabelecimentos industriais, até então da competência do IAPMEI e das DRAP, nas atividades indicadas no Anexo III do SIR e para os estabelecimentos industriais classificados nas tipologias 1 e 2. As CCDR IP assumiram igualmente o papel de entidade coordenadora de licenciamento das Zonas Empresariais Responsáveis (ZER). Neste contexto, e considerando ainda o contributo que concorre para os indicadores transacionais e de realização do Contrato Programa que, na área da política económica, remetem para os prazos para a emissão de decisão SIR nos estabelecimentos industriais de tipologia 1, por força dos regimes de ambiente, este objetivo operacional/indicador visa otimizar procedimentos e incorporar tecnologias mais avançadas, na transição digital do licenciamento industrial no quadro do SIR, dando continuidade aos procedimentos e trabalho já desenvolvidos em 2024, com vista à criação/construção/implementação de um “Sistema Integrado para a Coordenação do Licenciamento Industrial, na CCDR LVT IP – SICLI_LVT”. Este, a ser incorporado nas plataformas informáticas da CCDRLVT, terá de garantir a interoperabilidade digital direta com a já existente plataforma SIR, da responsabilidade do IAPMEI e recorrer às tecnologias mais recentes, incluindo IA para a automatização de fluxos e procedimentos, sempre que aplicável. A adoção na CCDR LVT IP de uma estrutura de funcionamento desta natureza, em coerência e respeito pelo enquadramento legal em vigor, adaptada ao edificado organizacional pré-existente e que preveja as interdependências relacionais internas e externas (entidades consultadas e operadores/indústria), implicadas por força dos procedimentos a cumprir, permitirá otimizar fluxos de serviço, promover a transparência e conduzir a ganhos de eficiência e eficácia necessários.
OOP2: Acompanhar os planos de cogestão das áreas protegidas na RLVT	Ind2 Trabalhos conducentes à aprovação e acompanhamento dos planos de cogestão das áreas protegidas da RLVT e outras iniciativas e ações desenvolvidas na Região	Com a publicação da Deliberação n.º 133/2024, de 26 de janeiro, a CCDRLVT, I.P. passou a integrar competências na área da política de conservação da natureza, nomeadamente no que se refere à cogestão de áreas protegidas e à sensibilização ambiental. As competências das CCDR, I.P. no que se refere à cogestão de áreas protegidas, passaram a estar também contempladas na alteração ao Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, operada pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, resultante do qual as CCDR passam a integrar as comissões de cogestão de área protegida. Quer no que respeita às novas competências adquiridas em matéria de cogestão de áreas protegidas, quer no que respeita à sensibilização ambiental, a CCDRLVT, I.P. configura-se como entidade participativa, não se constituindo como entidade coordenadora das mesmas. Face ao enquadramento efetuado, e por forma a dar resposta aos indicadores transacionais e relacional da área de política de conservação da natureza, pretende-se elaborar um relatório que explane as atividades que vierem a ocorrer durante o ano de 2025, sintetizando a participação e os contributos da CCDRLVT, I.P. para estes domínios. Assim: - Até final do 1º semestre irá ser delineada/definida a estrutura do relatório, tendo em conta as ações até lá desenvolvidas e as que se perspetivam desenvolver; - Até setembro de 2024 está previsto que a elaboração do relatório já se tenha iniciado com a descrição e enquadramento de todas as ações desenvolvidas; - Até ao final do 3º semestre (em respeito com a/s meta/s estabelecida/s) será concluído o relatório.
OOP3: Assegurar a execução do plano anual de fiscalização	Ind3 Número de ações de fiscalização realizadas sobre o cumprimento de regimes de proteção especiais REN, RN2000, RAN	Realização de ações de fiscalização, enquadrando as diligências aplicáveis conforme os resultados, sobre ocupações de território em violação dos regimes legais aprovados pelos Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação atual, referente à Reserva Ecológica Nacional; Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na redação atual, referente à Reserva Agrícola Nacional, bem como, no tocante à Rede Natura 2000, salvaguardar o cumprimento da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves), revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro, e da Diretiva92/43/CEE (Diretiva Habitats).
OOP4 Contribuir para a implementação do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas na Região de Lisboa e Vale do Tejo	Ind 4 Prazo de elaboração do Relatório de Acompanhamento da implementação do Programa Escolas na Região	No âmbito do art.º 50.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e as entidades intermunicipais no domínio da educação, foi assinado, em 22 de julho de 2022, o Acordo Setorial entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) para criação de um programa de reabilitação de escolas, em que o Governo assumiu o compromisso de assegurar o financiamento de investimentos de recuperação/reabilitação de escolas públicas dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário, que foram identificadas como prioritárias para intervenção de acordo com o seu estado de conservação, bem como da construção de novas escolas. Em 21 de julho de 2023, foi celebrado o Acordo Setorial na área da Educação entre o Governo e a ANMP, o qual vem identificar as fontes e os instrumentos de financiamento do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas (Programa Escolas), bem como o seu calendário de realização. A RCM nº 178/2023, de 22 de dezembro, estabelece os compromissos em matéria de financiamento do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas, previsto no Acordo, nomeadamente, no que respeita às respetivas fontes de financiamento, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), FEDER, Empréstimo-Quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI), Empréstimo Global BEI-Escolas e Orçamento do Estado. Em 2 de janeiro de 2024, foi publicado o Aviso de Concurso do Plano de Recuperação e Resiliência N.º 01/C06-i09/2023 – Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas (Aviso), republicado em 24 de janeiro de 2024 e em 01 de março de 2024 pelas cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, IP (CCDR, IP) e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP). Este Aviso integra a Componente 6 - Qualificações e Competências do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o Investimento RE – C06-i09 – Escolas Novas ou Renovadas, aprovados pelo Conselho da União Europeia através da Decisão de Execução do Conselho n.º 13351/23, de 17/10/2023, na qual ficaram estabelecidos os novos investimentos a concretizar no PRR. Visa-se assegurar, a nível nacional, o financiamento da construção ou reabilitação de 75 escolas públicas dos 2º e 3º ciclos e do ensino secundário necessitando de intervenção prioritária, constituindo, assim, o financiamento através do PRR uma 1ª fase do Programa Escolas. As CCDR são constituídas Beneficiários Intermediários sendo, nessa medida, as entidades responsáveis pela seleção e aprovação dos estabelecimentos a apoiar e pela implementação dos investimentos, em articulação com os municípios, Beneficiários Finais, que os concretizam. O Aviso estabeleceu uma dotação global de 450 milhões de euros, com a afetação de 125 milhões de euros para a Região de Lisboa e Vale do Tejo. A publicação do Despacho n.º 9168/2024, de 13 de agosto, do Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial veio dotar as CCDR, IP de uma verba adicional financiada pelo Banco Europeu de Investimento, com vista a assegurar o cumprimento da meta A6.29 – Escolas Novas ou Renovadas do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas – PRR Componente 6, ainda no âmbito do Aviso de Concurso nº. 01/C06-i09/2023 e, no caso da CCDR LVT, IP, com o montante adicional de 50 milhões de euros. Assim, em resultado deste processo, foram selecionados 24 estabelecimentos a ser executados por 16 municípios na Região de Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito do Programa Escolas, e para os quais foi atribuído um montante global de financiamento de 173.920.806,83€. O Relatório de Acompanhamento da implementação do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas na Região de Lisboa e Vale do Tejo, que corporiza o indicador deste objetivo, apresentará o trabalho desenvolvido pela CCDR LVT, IP durante o ano de 2025, com vista à execução dos investimentos do Programa Escolas, apresentados pelos Municípios da Região.

Memória descritiva dos Objetivos Operacionais / Indicadores 2025		
Objetivo Operacional	Indicador	Descrição
OOP5 Promover a Cooperação Territorial Europeia	Ind5 Potenciar o papel da CCDR LVT I.P. na Cooperação Territorial	No que concerne ao projeto piloto da Orçamentação por Programas para 2025 foram delineados um conjunto de objetivos e indicadores de nível estratégico e operacional, tendo os mesmos sido afetos às entidades tuteladas por esta Área Governativa. Neste sentido, os objetivos e indicadores ao nível das AÇÕES deverão ser integrados nos respetivos instrumentos de gestão (PA e QUAR) uma vez que os mesmos traduzem as prioridades estratégicas definidas para esta Área Governativa e o seu posicionamento para 2025, concretizando verdadeiramente o alinhamento que se pretende. No Mapeamento dos objetivos e indicadores por AÇÕES que foram contemplados ações transversalmente pelo conjunto das CCDR.
OOP6: Incrementar a instrução de pareceres técnicos e apoio técnico na área da salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico	Ind6 Taxa de pareceres sobre pedidos submetidos no Portal SIRJUE e emitidos no prazo legal (Número de pareceres emitidos no prazo legal / Número de pareceres emitidos)	Nos termos do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda, na sua redação atual, estão sujeitas a parecer prévio vinculativo da CCDR LVT, na circunscrição territorial competente, as operações urbanísticas relativas a obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, conservação ou demolição sujeitas ao procedimento de licença nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), exceto nas áreas abrangidas pelas servidões administrativas de imóveis afetos ao Património Cultural, I.P. e à Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E., nos termos da alínea d) do n.º 1 e da alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 404/2023, de 5 de dezembro. O prazo legal de emissão de parecer determinado pelo RJUE, no seu artigo 13.º - Disposições gerais sobre a consulta a entidades externas – é de 20 dias, considerando-se haver concordância com a pretensão formulada se os respetivos pareceres, autorizações ou aprovações não forem recebidos dentro do prazo (n.º 5 e n.º 6 do referido artigo). O SIRJUE é o Sistema de Informação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, disponibilizado no Portal Autárquico, por onde tramita o processo de licenciamento urbano e o procedimento de consultas externas às entidades.
OOP7: Acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos Instrumentos de Gestão Territorial à escala municipal	Ind7 Pareceres a estudos e propostas emitidos nos prazos estabelecidos em sede de Comissão Consultiva, e no âmbito dos procedimentos de concertação (Pareceres em prazo / Pareceres totais)	Constituindo a agilização dos procedimentos de revisão dos PDM para adequação ao novo RJIGT uma prioridade e considerando que na Região de Lisboa e Vale do Tejo todos os Planos Diretores Municipais foram já objeto de parecer em sede de Comissão Consultiva (o de Óbidos ocorrerá em Setembro de 2024), o esforço possível desta CCDR concentra-se na resposta no prazo estabelecido às solicitações de análise remetidas pelas Câmaras Municipais no sentido de responderem aos condicionamentos apostos no parecer final.
OOP8: Otimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região	Ind8 Taxa de execução do PRLisboa 2030	O indicador da taxa de execução do PR Lisboa 2030 refere-se aos montantes de fundo executado e pago pelos beneficiários, obtido pelo investimento elegível validado em pedidos de pagamento mediante aplicação da taxa de cofinanciamento em vigor na operação. Na fórmula de cálculo o valor executado apurado corresponde ao fundo acumulado executado. O valor programado refere-se à dotação fundo do Programa.
OOP9: Incrementar a instrução dos procedimentos contraordenacionais	Ind9 Taxa de conclusão dos processos de contraordenação por violação de regimes de proteção especiais, no prazo máximo de 10 meses	Estão em causa processos de contraordenação abertos com base em autos de notícia levantados por infração ao Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN). As áreas de Reserva Ecológica Nacional são sujeitas a um regime de restrição de utilidade pública que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando o seu regime jurídico os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas. Todas as ações em violação ao disposto no RJREN estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, que se encontram expressamente previstas no artigo 20.º do citado diploma legal e relativamente às quais são elaborados os respetivos autos de notícia, dão origem aos correspondentes processos de contraordenação que irão ser contabilizados no indicador em apreço.
OOP10: Garantir a Execução do PDR2020+PEPAC	Ind10 Tempo médio de análise de candidaturas PDR2020/PEPAC (N.º total dias utilizados na análise PA/n.º total de PA analisados)	Pretende-se assegurar a execução do PDR2020 e PEPAC, através da análise dos Pedidos de Apoio formalizados que reúnam condições de análise (completos)
	Ind11 Tempo médio de análise de pedidos de pagamento apoios/intervenções/investimento (N.º total dias utilizados na análise PP/n.º total de PP analisados)	Relativo a medidas 3 e 8 do PDR ou as equivalentes do PEPAC. Após aprovação dos Pedidos de Apoio a fundos comunitários o beneficiário pode submeter o/os Pedidos de Pagamento das despesas elegíveis referentes aos projetos, competindo aos técnicos das CCDR a sua análise e acompanhamento da sua execução. Excluem-se da base de cálculo os PP dos Grupos Operacionais, considerando que o volume, complexidade e demora na análise, face aos recursos que é possível alocar à atividade, torna impraticável o esforço de cumprimento exigido pelas metas definidas.
OOP11: Assegurar a recolha e reporte de informação para os sistemas estatísticos de informação agrícola	Ind12 Taxa de cumprimento do Plano de Reporte Anual dos sistemas estatísticos de informação agrícola (RICA: número de contabilidades entregues; SIMA: número de produtos acompanhados semanalmente [preços e conjuntura de mercado]; VPP: número de linhas da matriz VPP anual preenchidas; ECPC/QPV: número de reportes mensais).	Taxa de cumprimento das contribuições obrigatórias para o Observatório Rural e Estatísticas Agrícolas. A Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA) foi estabelecida a nível comunitário para que cada Estado Membro recolha, anualmente, informação contabilística e técnica a partir de uma amostra de explorações agrícolas que, pela sua dimensão, podem ser consideradas comerciais e que sejam representativas da região, da dimensão económica e tipo de orientação técnico-económica. Esta rede comunitária de informação tem como principais objetivos avaliar os níveis de rendimento dos principais tipos de exploração agrícola bem como disponibilizar informação para preparação e acompanhamento das medidas de política agrícola e de desenvolvimento rural, permitindo assim avaliar o impacto das medidas da Política Agrícola Comum. O Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) tem por objetivo acompanhar os mercados de produtos agrícolas, numa ótica de fileira, recolhendo dados que permitam informar os decisores políticos, que têm a missão de acompanhar as políticas de mercado (nacionais ou comunitárias); e o próprio mercado e os seus agentes, prestando um serviço público de ajuda à transparência de mercado. O Valor da Produção Padrão (VPP) de uma atividade agrícola (vegetal e animal) é o valor de produção correspondente à situação média da cada atividade agrícola numa dada região. São calculados procedendo-se à sua agregação por NUTS II e por Região Agrária. O Estado das Culturas e Previsão das Colheitas (ECPC) e Quadros de Produção Vegetal (QPV) são um projeto mensal que visa a recolha e disponibilização de informação de carácter previsional, relativamente a áreas, rendimentos e produções das principais culturas.
OOP12 Acompanhar a execução dos investimentos na região RLVT	Ind13 Taxa de análise de candidaturas no âmbito da CTF (cooperação técnica e financeira) (N.º de análises emitidas / n.º de candidaturas recebidas)	Os apoios atribuídos pelo Estado através da cooperação técnica e financeira, são suportados pela dotação da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), sendo da responsabilidade da CCDR LVT, I.P., a receção de candidaturas e a sua análise, bem como o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos, atribuição cometida à USJAAL/DAL. Este sistema de incentivos encontra-se orientado para investimentos públicos de âmbito municipal e supramunicipal, no quadro dos objetivos de política de desenvolvimento local, regional e setorial. O Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, define as áreas de investimento elegíveis e as condições para a participação do Estado no financiamento de projetos de investimento da responsabilidade dos diferentes níveis da Administração Pública, através da celebração de contratos-programa e de acordos de colaboração, estabelecendo o seu regime. As entidades que podem celebrar contratos-programa ou acordo de colaboração com a Administração Central são os municípios, as comunidades intermunicipais, as áreas metropolitanas e as empresas do setor empresarial local. Neste âmbito, o Governo pode determinar áreas de investimento específicas a considerar na dotação da CTF, cujas regras de candidatura e financiamento são regulamentadas por diploma próprio. As candidaturas podem ocorrer em qualquer altura do ano e a CCDR tem um prazo máximo de 30 dias para se pronunciar.
OOP13: Promover a previsibilidade na aplicação dos fundos europeu	Ind14 Otimizar a abertura de avisos do PT2030	No que concerne ao projeto piloto da Orçamentação por Programas para 2025 foram delineados um conjunto de objetivos e indicadores de nível estratégico e operacional, tendo os mesmos sido afetos às entidades tuteladas por esta Área Governativa. Neste sentido, os objetivos e indicadores ao nível das AÇÕES deverão ser integrados nos respetivos instrumentos de gestão (PA e QUAR) uma vez que os mesmos traduzem as prioridades estratégicas definidas para esta Área Governativa e o seu posicionamento para 2025, concretizando verdadeiramente o alinhamento que se pretende. No Mapeamento dos objetivos e indicadores por AÇÕES que foram contemplados ações transversalmente pelo conjunto das CCDR.
	Ind15 Assegurar que os avisos planeados são concretizados	
	Ind16 Reduzir o tempo médio de avaliação de candidaturas	

Memória descritiva dos Objetivos Operacionais / Indicadores 2025

Objetivo Operacional	Indicador	Descrição
OOP14 Dinamizar e capacitar os instrumentos de suporte à gestão documental e arquivo da CCDR LVT	Ind17 Adotar um sistema de gestão documental (SGD) eletrónico único na CCDR LVT, I.P. para registo e classificação de documentos e processos documentais	Com a publicação do DL n.º 36/2023, de 26 de maio, que procede à conversão das CCDR em Institutos Públicos, passaram a estar disponíveis dois sistemas de gestão documental eletrónica no Instituto: • Filedoc – sistema de gestão documental eletrónica utilizado na ex-CCDR LVT. • SimpleFlow – sistema de gestão documental eletrónica utilizado na ex-DRAP LVT. Neste contexto, o presente objetivo pretende definir uma metodologia que sustente a adoção de um único sistema de gestão documental eletrónico, de entre as duas opções disponíveis, salvaguardando a uniformização dos procedimentos de gestão documental, facilitando a consistência e a interoperabilidade entre unidades orgânicas e minimizando a redundância e inconsistência no registo de documentos e processos documentais. Para o efeito, distinguem-se as seguintes fases: Fase 1 – peso 20% – Definir os objetivos e critérios de decisão que a CCDR LVT, I.P., pretende alcançar com a adoção de um único SGD; Fase 2 – peso 30% – Definir uma matriz de decisão com os critérios definidos na Fase 1; Fase 3 – peso 20% – Envolver partes interessadas, aplicar a matriz construída na Fase 2, e avaliar os riscos relativamente ao SGD escolhido; Fase 4 – peso 20 % – Conceber proposta e plano de adoção do SGD escolhido; Fase 5 – peso 10% – Tomar decisão (deliberação CD).
OOP15: 15 Dinamizar, capacitar e aprofundar a integração dos instrumentos de suporte à gestão da informação e do conhecimento da CCDR LVT, I.P.	Ind18 Implementar plataforma de desenvolvimento de software low code, para suporte ao balcão único da CCDR LVT, I.P.	A implementação de uma plataforma de desenvolvimento de software low-code, enquanto instrumento de suporte na gestão dos processos que concorrer para um balcão único dos pedidos em matérias de licenciamentos, autorizações, aprovações, pronúncias em sede de comunicação prévia com prazo, ou emissão de pareceres, cuja decisão seja da competência da CCDR LVT, I.P., o da competência de outras entidades do Estado, tem a capacidade de acelerar a transformação digital e otimizar as operações desenvolvidas no âmbito das várias tipologias de processo. A implementação de uma plataforma com estas características, está ligada aos seguintes benefícios estratégicos e operacionais para o Instituto: • Agilidade no desenvolvimento de soluções de software, facilmente ajustáveis e de rápida adaptação a mudanças nos processos ou requisitos. • Empoderamento das equipas responsáveis por cada tipologia de processo, através da possibilidade de desenvolverem fluxos de trabalho personalizados, alinhados com as necessidades específicas de cada área. • Automação facilitada de tarefas repetitivas, através da integração de ferramentas que reduzem erros e melhorem a produtividade. • Integração com sistemas internos já existentes e com sistemas do universo da Administração Pública. • Monitorização centralizada da gestão e controlo de fluxos de trabalho e dados, ajudando a manter a conformidade com a legislação, regulamentos e normas. Pretende-se a introdução de um instrumento transformador da forma como a CCDR LVT, I.P. modela, executa e melhora os seus fluxos de trabalho e que combine a simplicidade e agilidade necessárias à otimização dos seus processos e ao aumento da sua capacidade de inovação. Para o efeito, distinguem-se as seguintes fases: Fase 1 - Setup da Infraestrutura: Configurar o ambiente físico e lógico necessário para alojar e operar a plataforma de desenvolvimento low code na infraestrutura local da CCDR LVT, I.P. Inclui preparação de servidores front-end (responsável por processar os pedidos de utilizadores e executar aplicações), servidor de controlador (responsável pela publicação de módulos de software, integrações e monitorização do ambiente), servidor de base de dados (responsável por armazenar dados, logs e metadados da plataforma), configurações de rede, configurações de segurança (acessos, segurança de dados, monitorização de logs) e instalação e configuração da plataforma. Fase 2 – Setup DevOps: Configurar e implementar práticas, ferramentas e processo que permitam a automação, integração contínua e entrega contínua no ciclo de desenvolvimento e entrega de aplicações. Projetar as necessidades específicas para o desenvolvimento low code. Fase 3 – Autenticação gov.pt: Integrar na plataforma os mecanismos de autenticação Gov.pt, de forma a possibilitar a autenticação por meio de métodos como o Cartão de Cidadão ou a Chave Integrar na plataforma os mecanismos que permitam a assinatura digital de documentos e transações, com recurso ao Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital (CMD). Fase 5 – Backoffice: Criar e configurar uma área de backoffice para gestão de dados, processos e utilizadores, permitindo centralizar o controlo e a operação de funcionalidades internas do sistema (gestão de utilizadores, permissões, configurações e operações específicas relacionadas com os processos a suportar na plataforma).
OOP16 Promover a Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar	Ind19 Elaborar o Relatório “Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar” (2025).	Em 21 de maio de 2018, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/PCM/2018 que aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual 2018-2030 que se concretizou, numa primeira fase, na execução de 3 Planos nacionais de ação com medidas a 4 anos (2018-2021). Sob este enquadramento, a então CCDR elaborou, em 2018, o Plano de Ação CCDR LVT: Igualdade e Não-discriminação 2018-2021 (ações internas). Terminado o primeiro período de vigência dos Planos Nacionais de Ação (2018-2021), acima mencionados, procedeu-se à sua revisão para o período 2022-2025. A revisão dos Planos Nacionais de Ação esteve em consulta pública, entre 17/01/2022 e 7/02/2022 e, em 14/08/2023, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023 que aprova os Planos de Ação no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual, para o período de 2023-2026. Considerando o acima exposto e sob a égide dos Planos de Igualdade e Não Discriminação tem sido elaborado um relatório anual “Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar”. Face à reestruturação do novo instituto público e à transição de um número vasto de recursos humanos, é pertinente este instituto continuar a promover, junto do seu capital humano, a temática da “Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar”, evidenciando-a neste instrumento de gestão.
OOP17 Operacionalizar a elaboração da estratégia regional LVT - ESTRATÉGIA DA DÉCADA	Ind20 Apresentação da Estratégia regional LVT - ESTRATÉGIA DA DÉCADA	A CCDR LVT, I.P. tem um desafio institucional, de reorganização, de otimização, de afirmação e de eficácia num ecossistema público e privado em mudança. Repensar a organização e o seu modelo de funcionamento é assim uma oportunidade de aproximar pessoas e soluções, beneficiando da sua experiência e capacidade de inovação. Permite consolidar e renovar uma identidade corporativa, englobando alterações recentes. A proposta de uma estratégia assenta em 3 ideias: AFIRMAÇÃO DA REGIÃO, AFIRMAÇÃO DA INSTITUIÇÃO, ANTECIPAÇÃO E MUDANÇA. FASES DE IMPLEMENTAÇÃO: FASE 1, janeiro a março: DIAGNÓSTICO; FASE 2, abril a junho: REFLEXÃO E CONTRIBUTOS; FASE 3 julho a setembro: ESTRATÉGIA. FASE 4, até 28 de outubro (10 dias tolerância): APRESENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA REGIONALLVT - ESTRATÉGIA DA DÉCADA.

2. OBJETIVOS OPERACIONAIS

Objetivo Estratégico (OE) 1

[AFIRMAÇÃO] Afirmação da Região, a nível nacional e internacional, no contexto do território e das regiões capitais europeias, priorizando a competitividade da economia e a inovação, reforçando a resiliência territorial como elemento vital para a prosperidade e bem-estar, concretamente na sustentabilidade, na salvaguarda ambiental e cultural, na proteção da saúde humana, na coesão social e no desenvolvimento urbano, agrícola e rural e das pescas.

101 Licenciar e participar no processo de licenciamento de atividades de gestão de resíduos													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1011	Licenciar operações de gestão de resíduos	122			80	10	122	70,00%	UACNB	Nº de pareceres emitidos nos prazos estabelecidos / Nº de requerimentos de licença recebidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.1012	Licenciar operações de descontaminação/remediação de solos		95		70	15	95	30,00%	UACNB	Nº de pareceres emitidos nos prazos estabelecidos / Nº de requerimentos de licença recebidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
102 Participar no processo de licenciamento das exploração de massas minerais													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1021	Emitir pareceres vinculativos sobre os Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística remetidos pela entidade licenciadora da atividade			Novo	70	20	100	100,00%	UACNB	Nº de pareceres emitidos nos prazos estabelecidos / Nº de requerimentos recebidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
103 Emitir decisão sobre fontes fixas de emissão para o ar													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1013	Decisões emitidas no âmbito do Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho (regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar)			Novo	70	15	100	100,00%	UACNB	N.º de decisões emitidas nos prazos estabelecidos/N.º de requerimentos recebidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
104 Avaliar a qualidade do ar na RLVT													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1041	Produção de informação relativa à qualidade do ar para divulgação ao público através da elaboração de Relatório da Qualidade do Ar, referente ao ano 2024	177	176	184	201	10	177	50,00%	UACNB	Data de entrega - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.1042	Monitorização das medidas para a melhoria da qualidade do ar na AML			223	241	10	223	50,00%	UACNB	Data de entrega - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
105 Desenvolver ações de avaliação ambiental na RLVT													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1051	Rácio do cumprimento dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental	93	100	97	85	10	100	70,00%	UACNB	Nº de DIA (ou DCAPE ou DDA) emitidas nos prazos estabelecidos/Nº de procedimentos realizados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.1052	Rácio do cumprimento dos procedimentos de Pós-Avaliação de Impacte Ambiental			Novo	70	10	100	30,00%	UACNB	Nº de verificações de Pós-avaliação emitidas nos prazos estabelecidos/Nº de procedimentos realizados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
106 Assegurar a recolha e reporte de informação para os sistemas estatísticos de informação agrícola													PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1061	Taxa de cumprimento do Plano de Reporte Anual dos sistemas estatísticos de informação agrícola			Novo	80	4	100	100,00%	UAL	N.º Contribuições enviadas / N.º Contribuições definidas*100	100	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
107 Lançar, executar e acompanhar a execução do Programa "LVT+Cultura" - Programa de apoio ao setor cultural não profissionalizado da Região de Lisboa e Vale do Tejo													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1071	Revisão do Regulamento do Programa LVT+Cultura			Novo	63	15	36	60,00%	UC	Publicação do Regulamento	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.1072	Elaboração de Relatório Anual de 2024, comprovando o cumprimento da execução do Programa "LVT+Cultura"			Novo (2024)	240	10	172	40,00%	UC	Prazo de entrega do Relatório	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
108 Lançar e executar Programa de Capacitação de Agentes e Instituições Culturais da Região de Lisboa e Vale do Tejo													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1081	Elaboração de Plano de Capacitação com três áreas temáticas			Novo	63	15	36	60,00%	UC	Prazo de apresentação do Plano	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.1082	Elaboração de Relatório Anual de 2024, comprovando o cumprimento da execução do Programa			Novo	240	10	172	40,00%	UC	Prazo de entrega do Relatório	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
109 Lançar e executar Concurso ao Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1091	Elaboração de Relatório Anual de 2024, comprovando o cumprimento da execução dos Regimes			Outra programação efetuada	242	10	174	100,00%	UC	Prazo de entrega do Relatório	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
110 Emitir pareceres técnicos e apoio técnico na área da salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico													PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1101	Taxa de pareceres sobre pedidos submetidos no Portal SIRIUE e emitidos no prazo legal			98,67	98,7	0,02	100	60,00%	UC	Número de pareceres emitidos no prazo legal/número de pareceres emitidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.1102	Taxa de pareceres sobre pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos emitidos no prazo legal			Novo (2024)	80	10	100	40,00%	UC	Número de pareceres emitidos no prazo legal/número de pareceres emitidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%

Objetivo Estratégico (OE) 1

[AFIRMAÇÃO] Afirmação da Região, a nível nacional e internacional, no contexto do território e das regiões capitais europeias, priorizando a competitividade da economia e a inovação, reforçando a resiliência territorial como elemento vital para a prosperidade e bem-estar, concretamente na sustentabilidade, na salvaguarda ambiental e cultural, na proteção da saúde humana, na coesão social e no desenvolvimento urbano, agrícola e rural e das pescas.

111 Acompanhar e fiscalizar a execução de trabalhos arqueológicos													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1111	Realização de ações de fiscalização			Novo em 2024	40	10	63	100,00%	UC	Número de ações realizadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
112 Implementar a instrução de processos de classificação de bens culturais imóveis e imateriais													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1121	Elaboração de base de dados do património classificado LVT (interesse público e nacional)			Novo	63	15	36	70,00%	UC	Prazo de apresentação da Base de dados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.1122	Proposta de revisão do património classificado LVT			Novo	240	10	172	30,00%	UC	Prazo de apresentação de proposta	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
113 Lançar o Programa Educação para o Património													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1131	Elaboração de proposta de Regulamento			Novo	83	15	51	60,00%	UC	Prazo de apresentação de proposta	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.1132	Lançamento de concurso			Novo	123	15	81	40,00%	UC	Prazo de lançamento do concurso	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
114 Preparação de um território em mudança													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1141	Elaboração do PROT-LOVT: Relatório de Cenarização e Pré-Modelo Territorial			Novo	237	15	166	25,00%	UOT	Entrega do Relatório de Cenarização e Pré-Modelo Territorial	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.1142	Elaboração do PROT-LOVT: Relatório dos Riscos Naturais e Antrópicos			Novo	146	10	102	25,00%	UOT	Entrega do Relatório dos Riscos Naturais e Antrópicos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.1143	Elaboração do PROT-LOVT: Relatório da Aptidão do Solo			Novo	143	10	100	25,00%	UOT	Entrega do Relatório da Aptidão do Solo	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.1144	Ação Climática em Lisboa e Vale do Tejo			Novo	237	15	166	25,00%	UOT	Entrega do Relatório sintetizando a ação climática em LVT	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
115 Afirmação Internacional da Região e da Instituição à escala global, em particular na União Europeia (...)													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1151	Elaboração de Relatório das ações que contribuem para o selo RIV e da participação nas atividades da CRPM/CAA e outras Redes Internacionais que a CCDR LVT IP intee			Novo	241	10	173	100,00%	UPDR	Prazo - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
116 Promover a competitividade da economia e inovação, nomeadamente através do robustecimento do tecido empresarial na Região, com a redução de custos de contexto (...)													PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1161	Elaboração de relatório de evolução da análise, desenho e implementação dos procedimentos e tecnologias contratadas			230	219	10	157	100,00%	UPDR	Prazo - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
117 Participar na Agenda de reflexão para o futuro da Política de Coesão													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1171	Elaboração de Relatório de Acompanhamento			Novo	241	10	173	100,00%	UPDR	Prazo de entrega do Relatório em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%



Objetivo Estratégico (OE) 2

[PARTICIPAÇÃO] Desenvolvimento de dinâmicas de atores, instituições, associações e empresas, na concretização de políticas públicas (nacionais e europeias), promovendo sinergias e concertação numa lógica de incidência territorial, explorando a intensidade e a riqueza da ecossistema regional.

201 Promover a previsibilidade na aplicação dos fundos europeus													PESO:	2,25%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.2011	Otimizar a abertura de avisos do PT2030/ percentagem acumulada do valor no total do PT2030			Novo	72	2	93	50,00%	AGPRL 2021-2027	Percentagem acumulada do valor no total do PT2030 (resultado dado já em %)	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.2012	Assegurar que os avisos planeados são concretizados/ percentagem de avisos abertos no total planeado			Novo	82	2	100	25,00%	AGPRL 2021-2027	Percentagem de avisos abertos no total planeado (resultado dado já em %)	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.2013	Reduzir o tempo médio de avaliação de candidaturas/ redução do tempo médio face ao ano anterior			Novo	20	1	26	25,00%	AGPRL 2021-2027	Redução do tempo médio face ao ano anterior (resultado dado já em %)	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
202 Conhecer o universo das operações de remediação de solos na RLVT													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.2021	Relatório de acompanhamento das operações de remediação do solo efetuadas na RLVT - 2023-2024			Novo	240	15	169	100,00%	UACNB	Data de entrega - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
203 Acompanhar os planos de cogestão das áreas protegidas na RLVT													PESO:	2,25%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.2031	Trabalhos conducentes à aprovação e acompanhamento dos planos de cogestão das áreas protegidas da RLVT e outras iniciativas e ações desenvolvidas na Região			214	203	10	145	100,00%	UACNB	Data de entrega - dia úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
204 Promover a coesão territorial através da participação no processo de planeamento do sistema alimentar metropolitano													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.2041	Colaborar no Roteiro de Ação da FoodLink para o ciclo 2024-2026			Novo	237	15	166	100,00%	UOT	Entrega do Relatório de atividades desenvolvidas em 2025	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
205 Participar no sistema de gestão integrada de fogos rurais à escala regional													PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.2051	Assegurar o apoio à Comissão Regional do SGIFR			Novo	10	4	5	50,00%	UOT	Prazo de convocatória	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.2052	Revisão do PRA de Lisboa e Vale do Tejo			Novo	211	10	151	50,00%	UOT	Conclusão do documento para aprovação na Comissão Regional	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
206 Agilizar o desenvolvimento dos Instrumentos de Gestão Territorial à escala municipal													PESO:	2,25%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.2061	Pareceres a estudos e propostas de PDM emitidos nos prazos estabelecidos em sede de Comissão Consultiva, e no âmbito do envolvimento solicitado aos municípios			100	100	0	100	50,00%	UOT	Pareceres em prazo / Pareceres totais	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.2062	Pareceres em prazo / Pareceres totais			Novo	90	5	100	50,00%	UOT	Pareceres em prazo / Pareceres totais	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
207 Promoção de ações de dinamização e aceleração da competitividade através da mobilização dos atores do tecido económico e social para o investimento em inovação e ganhos de escala numa lógica de impacto (...)													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.2071	Elaboração de Relatório das ações realizadas, domínios trabalhados e atores envolvidos			Novo	241	10	173	100,00%	UPDR	Prazo de entrega do Relatório em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
208 Contribuir para a concretização dos objetivos da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER)													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.2081	Elaboração do Relatório de acompanhamento da EMER			Novo	241	10	173	100,00%	UPDR	Prazo de entrega do Relatório em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
209 Assegurar a representação institucional da CCDR em entidades nacionais, regionais e locais													PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.2091	Elaboração de Relatório de Acompanhamento			228 dias Úteis (24/11/2023)	241	10	228	100,00%	UPDR	Prazo de entrega do Relatório em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
210 Otimizar a aplicação dos Fundos Estruturais da Região													PESO:	2,25%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.2101	Taxa de execução do PRLisboa 2030			3,07	14,595	1,02	19,51	100,00%	AGPRL 2021-2027	(Total do Valor Executado/Total do Valor Programado para o PRLisboa2030) x 100	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%



Objetivo Estratégico (OE) 3

[GOVERNANÇA] Coordenação e articulação intersectorial e regional, integrando no processo decisório a participação informada de todos, por forma a acelerar o impacto das políticas públicas no desenvolvimento regional e local alinhado com o Contrato-Programa celebrado com o governo, contribuindo para a sustentabilidade do crescimento económico social, ambiental e cultural em convergência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

301 Elaborar e divulgar orientações e pareceres técnico - jurídicos junto das entidades da administração local													PESO:	1,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.3011	Divulgação de Orientações / Pareceres	100	100	100	40	10	100	50,00%	USJAL	N.º de divulgações / N.º de pareceres elaborados validados para divulgação	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.3022	Divulgação Pareceres / Entendimentos / Notas Técnicas no âmbito das finanças locais	257	338	150	80	10	338	50,00%	USJAL	Nº de documentos divulgados / Nº de documentos rececionados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
302 Fomentar o apoio técnico e a proximidade com a administração local													PESO:	0,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.3021	Elaboração/divulgação de newsletter sobre temáticas da administração local	1	2	3	2	1	4	50,00%	USJAL	Nº de newsletter	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.3022	Taxa de resposta a pedidos de parecer das entidades da administração local, no prazo máximo de 30 dias úteis	95	94	89	80	10	95	50,00%	USJAL	N.º de pareceres emitidos em 30 dias úteis / N.º de pedidos de parecer entrados (até 30 de novembro 2024)	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
303 Incrementar a instrução dos procedimentos contraordenacionais													PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.3031	Promover a elaboração e expedição dos mandatos de notificação dos Processos de Contraordenação (PCO) em matéria de ambiente, ordenamento do território, agricultura e pescas	100	107	97	85	5	107	40,00%	USJAL	N.º de Mandados de Notificação expedidos/ N.º de Autos de notícia recebidos até 30 de novembro	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.3032	Taxa de propostas de decisão sobre os processos de contraordenação (PCO) em instrução	171	180	190	60	10	190	30,00%	USJAL	N.º de propostas de decisão elaboradas / n.º de PCO em instrução	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.3033	Taxa de conclusão dos processos de contraordenação por violação de regimes de proteção especiais, no prazo máximo de 10 meses			76,47	81	4	100	30,00%	USJAL	N.º de decisões emitidas / n.º de PCO recebidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
304 Articular com os serviços de ordenamento do território, ambiente, cultura, agricultura e pescas													PESO:	0,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.3041	Participação em reuniões internas e/ou externas	100	100	100	80	5	100	70,00%	USJAL	N.º de solicitações /N.º de participações	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.3042	Promover sessões / divulgações informativas internas	Não atingido apresentada justificação	Não atingido apresentada justificação	2	2	1	4	30,00%	USJAL	N.º de sessões / divulgações realizadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
305 Assegurar a execução do plano anual de fiscalização													PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.3051	Número de ações de fiscalização realizadas sobre o cumprimento de regimes de proteção especiais REN, RN2000, RAN			Novo em 2024	100	5	131	50,00%	UFCT	N.º de fiscalizações realizadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.3052	Número de ações de fiscalização para verificação do cumprimento dos regimes referentes a emissões, resíduos, ruído e massas minerais (PNFIA)			Novo	40	5	56	35,00%	UFCT	N.º de fiscalizações realizadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.3053	Número de ações de fiscalização realizadas no âmbito dos processos de licenciamento REAP e regime de utilização de lamas de depuração em efluentes aeróbios			Novo	10	3	16	10,00%	UFCT	N.º de fiscalizações realizadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.3054	Fiscalização de operações de conservação de cadastro			Novo	5	2	9	5,00%	UFCT	N.º de fiscalizações realizadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%

306 Assegurar os procedimentos de controle administrativo às Organizações de Produtores														PESO:	1,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.3061	Tempo médio de conclusão do controle às OP reconhecidas com Programas Operacionais ativos		92	36,28	90	0	36,28	60,00%	UIAP	N.º médio de dias para a conclusão do controle	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.3062	Tempo médio de conclusão do controle às OP reconhecidas		130	80,8	128	10	80,8	40,00%	UIAP	N.º médio de dias para a conclusão do controle	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
307 Agilizar procedimentos de licenciamento e pareceres														Taxa de Realização	0,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.3071	Taxa de decisão de Processos de licenciamento SIR (Classe 1 e 2) em prazo inferior a 1 ano após receção			Novo	90	5	100	30,00%	UAL	N.º processos SIR (classe 1 e 2) decididos em prazo inferior a 1ano/ N.º total processos SIR (Classe 1 e 2) rececionados * N.º processos NREAP (classe 1 e 2) decididos em prazo inferior a 1ano/ N.º total processos NREAP (Classe 1 e 2)	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.3072	Taxa de decisão de Processos de licenciamento NREAP (Classe 1 e 2) em prazo inferior a 1 ano após receção			Novo	60	10	88	30,00%	UAL		0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.3073	Taxa de decisão de Declaração de Planeamento de Operações (Valorização Agrícola Lamas)			Novo	90	5	100	40,00%	UAL	N.º DPO decididas em prazo inferior a 20 dias/N.º total de DPO recebidas * 100	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
308 Cadastro enquanto instrumento de apoio à territorialização das políticas públicas														Taxa de Realização	0,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.3081	Acompanhamento da fiscalização de Procedimentos de Conservação Cadastral (PCC) executados por Técnicos de Cadastro Predial			Novo	80	10	100	100,00%	UOT	n.º de PCC avaliados/n.º de PCC distribuídos para avaliação pela DGT	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
309 Participar em Processos de Avaliação, nomeadamente Avaliação Ambiental Estratégica														Taxa de Realização	0,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.3091	Relatório sobre os processos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE; Monitorização AAE PRL2030)			228 dias úteis	241	10	228	100,00%	UPDR	Prazo de entrega do Relatório em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
310 Participação, articulação e acompanhamento de programas e instrumentos de política pública com impacto na Região														Taxa de Realização	0,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.3101	Relatório de participação em programas específicos e instrumentos de política pública com impacto na Região, numa lógica de articulação intersectorial			228 dias úteis	241	10	228	100,00%	UPDR	Prazo de entrega do Relatório em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	



Objetivo Estratégico (OE) 4

[POLÍTICAS ESTRUTURAIS] Encerramento do PRL 2020, execução do PRL 2030, concretizando o carácter distintivo que tem tido no contexto da afirmação de uma região de competitividade e, em simultâneo, assegurar a implementação das estratégias e instrumentos regionais fundamentais para o território, como ERL 2030, PROT AML e OVT, RIS3 e intervenção no parque escolar, potenciando o efeito combinado dos instrumentos de política pública e de financiamento (PRL2030, PRR, PDR e PEPAC).

401 Assegurar a execução dos Planos de Controlo às medidas de política													PESO:	1,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.4011	Taxa de cumprimento da amostra de controlo da avaliação da manutenção das condições de reconhecimento		67	100	60	5	100	25,00%	UFCT	$N.º \text{ controlos realizados} / N.º \text{ controlos da amostra}$	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.4012	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo ao Investimento (PDR2020 + PEPAC + MAR2020 + MAR2030)	100	100	100	80	5	100	25,00%	UFCT	$(N.º \text{ Controlos concluídos} / N.º \text{ controlos distribuídos pelo IFAP de 1.out.(n1) a 30.set.(n1)}) * 100$	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.4013	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo ao VITIS	100	100	100	92	5	100	25,00%	UFCT	$(N.º \text{ Controlos concluídos dentro do prazo} / N.º \text{ controlos distribuídos pelo IFAP}) * 100$	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.4014	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Superfícies e Animais	100	100	66,7	96	3	100	25,00%	UFCT	$N.º \text{ Controlos realizados} / N.º \text{ controlos da amostra} * 100$	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
402 Garantir a Execução do PDR2020+PEPAC													PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.4021	Tempo médio de análise de candidaturas PDR2020/PEPAC			26	24	1	17	50,00%	UIAP	$N.º \text{ total dias utilizados na análise PA} / n.º \text{ total de PA analisados}$	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.4022	Tempo médio de análise de pedidos de pagamento apoios/intervenções/investimento		65	35	33	1	24	50,00%	UIAP	$N.º \text{ total dias utilizados na análise PP} / n.º \text{ total de PP analisados}$	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%

403 Garantir a Execução do MAR2030														PESO:	1,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.4031	Taxa de análise dos Pedidos de Apoio	100	100	100	90	5	100	50,00%	UIAP	N.º de Pedidos de Apoio analisados / N.º de Pedidos de Apoio válidos de 1/out (n-1) a 30/set (n)*100	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.4032	Taxa de análise dos Pedidos de Pagamento	100	100	100	90	5	100	50,00%	UIAP	N.º de Pedidos de Pagamento validados / N.º de Pedidos de Pagamento devidamente formalizados de 1/out (n-1) a	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
														Taxa de Realização	0,00%
404 Garantir o cumprimento da OCM Produtos Agrícolas														PESO:	0,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.4041	Taxa de cumprimento do prazo legal na análise dos Programas Operacionais (PO) e das alterações aos PO para o ano seguinte		84	32	85	5	100	50,00%	UIAP	(N.º Pedidos analisados até ao dia 15 de dezembro (n) / N.º Pedidos entrados) *100	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.4042	Taxa de cumprimento do prazo de 30 dias úteis na análise de alterações para o ano em curso de PO aprovados		80	79	80	5	100	50,00%	UIAP	(N.º Pedidos analisados ano prazo de 30 dias úteis após a entrada / N.º Pedidos entrados) *100	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
														Taxa de Realização	0,00%
405 Promover a implementação de projetos de desenvolvimento rural e agroalimentar														PESO:	0,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.4051	N.º iniciativas de divulgação e interação com o setor			34	30	3	34	100,00%	UAL	Somatório das iniciativas realizadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
														Taxa de Realização	0,00%
406 Monitorização do ordenamento do território em LVT														PESO:	1,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.4061	REOT 2024: Inquérito Público			Novo	209	10	149	50,00%	UOT	Inquérito Público	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.4062	REOT 2024: Publicação			Novo	137	15	91	50,00%	UOT	Publicação	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
														Taxa de Realização	0,00%
407 Participação nos processos de implementação da Estratégia Regional de Lisboa (ERL2030) e da Estratégia de Especialização Inteligente de Lisboa (RIS3),														PESO:	0,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.4071	Elaboração de Relatório das candidaturas analisadas			Novo	241	10	173	100,00%	UPDR	Prazo - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
														Taxa de Realização	0,00%
408 Contribuir para a implementação do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas na Região de Lisboa e Vale do Tejo														PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.4081	Prazo de elaboração do Relatório de Acompanhamento da implementação do Programa Escolas na Região			230	219	10	157	100,00%	UPDR	Prazo de entrega do Relatório em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
														Taxa de Realização	0,00%
409 Implementação da RIS3 Lisboa 2030 e dinamização do seu Modelo de Governação														PESO:	1,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.4091	Estudos sectoriais sobre as dinâmicas regionais na RLVT (relatórios de demonstração de evidências e aplicação dos fundos, nomeadamente do PRL 2030, e da RIS3)			170	242	15	170	67,00%	ODR	Prazo de entrega do Relatório em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.4092	Comité de Acompanhamento do PAT2030 - Programa da Assistência Técnica			Novo	242	15	170	33,00%	ODR	Prazo de realização em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
														Taxa de Realização	0,00%
410 Acompanhar e monitorizar Resultados de instrumentos de financiamento na AML (Dinâmicas Regionais)														PESO:	1,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.4101	Elaboração de Documentos sobre o resultados de Instrumentos de Financiamento na AML (Boletins Informativos)			Novo	3	1	5	28,00%	ODR	Nº de boletins elaborados no prazo	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.4102	Sistematização de informação e monitorização do PRL2030 (Relatório de Monitorização e Contexto)	170	169	190	242	15	169	29,00%	ODR	Prazo de entrega do Relatório em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.4103	Op. LISBOA2030-FSE+-00350400 2024 (2024-2025)			Superado (1/10/2023)	50	10	75	43,00%	ODR	Fundo Executado / Fundo Aprovado	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
														Taxa de Realização	0,00%
411 Redes de Articulação funcional														PESO:	0,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.4111	Representação da CCDR na RDR Rede das Dinâmicas Regionais e em eventos similares			Novo	242	15	170	67,00%	ODR	Prazo em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.4112	Representação da CCDR na ENEI2030			Novo	242	16	169	33,00%	ODR	Prazo em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
														Taxa de Realização	0,00%



Objetivo Estratégico (OE) 5

[COOPERAÇÃO EM REDE] Promoção de parcerias com entidades públicas, científicas e a sociedade civil, através do fomento da cooperação em rede ao nível local, regional, nacional ou internacional no contexto da competitividade, da inovação, cultura, do ambiente e da agricultura e pescas, orientada para a afirmação institucional e para a capacitação interna e dos principais parceiros institucionais, promovendo a Coesão Social e Territorial.

501 Acompanhar a execução dos investimentos na região RLVT													PESO:	3,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.5011	Taxa de análise de candidaturas no âmbito da CTF (cooperação técnica e financeira)			100	100	0	100	40,00%	USIAAL	N.º de análises emitidas / n.º de candidaturas recebidas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.5012	Acompanhamento e monitorização dos projetos em execução no âmbito da cooperação técnica e financeira	100	100	100	90	5	100	30,00%	USIAAL	N.º de procedimentos executados/n.º de procedimentos devidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.5013	Análise, acompanhamento e monitorização de candidaturas, de projetos no âmbito do Programa Equipamentos	100	100	100	90	5	100	30,00%	USIAAL	N.º de procedimentos executados/n.º de procedimentos devidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
502 Promover estudos no âmbito da Administração Local													PESO:	1,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.5021	Elaboração e divulgação de estudos de natureza jurídica	2	Não atingido, apresentada justificada	Não atingido (justificado)	2	1	4	50,00%	USIAAL		0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.5022	Elaboração e divulgação de estudos de natureza económico financeira	5	4	3	3	1	5	50,00%	USIAAL	N.º edições aprovadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
503 Incremento da cooperação institucional para diagnóstico, estudo e divulgação dos valores, recursos e agentes culturais e patrimoniais regionais													PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.5031	Número de acordos e/ou parcerias institucionais estabelecidas pela CCOR LVT			Novo 2024	3	1	5	100,00%	UC	Número de acordos/parcerias realizadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
504 Projeto Plann@t - Inovação de base Natural no Planeamento Urbano na Transição para a Sustentabilidade													PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.5041	Relatório das atividades desenvolvidas			Novo	242	10	174	100,00%	UOT	Entrega de Relatório	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
505 Potenciar o papel da CCOR LVT IP na Cooperação Territorial Europeia													PESO:	3,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.5051	Potenciar o papel da CCOR LVT I.P. na Cooperação Territorial			Novo em 2024	6	1	9	100,00%	UPOR	Número de iniciativas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%



Objetivo Estratégico (OE) 6

[EFICIÊNCIA] Gestão orientada para a qualidade do desempenho organizacional, para a gestão do conhecimento e da inovação, que conduza à prestação de um serviço público de excelência aos agentes locais, regionais e cidadãos, suportado em manuais de procedimentos e processos transparentes, orientados para resultados e alinhados com as políticas públicas em matéria de transformação digital e de prevenção de riscos.

601 Promover Ações de Modernização Administrativa e de Eficiência de Recursos													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6011	Definir e implementar as ações do PIMA 2025 - último ano de implementação (Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2014, de 13 de maio)	7	11	6	3	1	11	40,00%	UGAFRH	Nº de ações implementadas no ano	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6012	Elaborar o Relatório de Encerramento do PIMA 2015-2025 (Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2014, de 13 de maio)	238	336	245	239	20	164	20,00%	UGAFRH	Nº de dias úteis para a elaboração do relatório	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6013	Apresentar uma proposta de revisão das ações previstas no Plano de Eficiência ECO. AP 2030 da CCOR LVT, submetido na Plataforma ECO-AP, em 2022			Novo	211	20	158	40,00%	UGAFRH	Nº de dias úteis para a elaboração do documento	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
602 Promover o Programa Qualifica AP no Centro Qualifica AP da CCOR LVT, I.P.													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6021	% de Sessões de apresentação a dirigentes e trabalhadores			100	80	10	100	25,00%	Qualifica	Nº de Sessões de apresentação a dirigentes e trabalhadores executadas/Nº de Sessões de apresentação a	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6022	% de Sessões de orientação e encaminhamento			100	80	10	100	25,00%	Qualifica	Nº de sessões de orientação e encaminhamento executadas/Nº de sessões de orientação e encaminhamento	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6023	Taxa de execução da candidatura PRR			Novo	40	10	62,5	50,00%	Qualifica	Nº de participações emitidas em 2024/ Nº participações aprovadas para 2024 na candidatura PRR	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%

Objetivo Estratégico (OE) 6

[EFICIÊNCIA] Gestão orientada para a qualidade do desempenho organizacional, para a gestão do conhecimento e da inovação, que conduza à prestação de um serviço público de excelência aos agentes locais, regionais e cidadãos, suportado em manuais de procedimentos e processos transparentes, orientados para resultados e alinhados com as políticas públicas em matéria de transformação digital e de prevenção de riscos.

603 Promover a coordenação no domínio jurídico														PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.6031	Promover a realização de reuniões internas	5	9	5	3	1	9	50,00%	USJUAL	N.º de reuniões realizadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6032	Promover a divulgação de orientações /procedimentos decorrentes das reuniões	5	9	5	3	1	9	50,00%	USJUAL	N.º de orientações /N.º procedimentos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
604 Definir procedimentos e partilha de dados ao nível da administração local														PESO:	0,45%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.6041	Elaboração de propostas para melhoria do serviço e simplificação de procedimentos no âmbito da DAL			Novo	3	1	5	50,00%	USJUAL	N.º propostas implementadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6042	Informar juridicamente todos os processos contenciosos da área da RLVT	100	367	100	85	5	367	50,00%	USJUAL	N.º de informações emitidas /N.º de processos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
605 Garantir apoio jurídico aos Serviços da CCDR e JURISAPP														PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.6051	Elaboração de pareceres jurídicos solicitados pelos serviços internos da CCDR	97	100	98	80	10	100	50,00%	USJUAL	N.º de pareceres emitidos / N.º de solicitações	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6052	Informar juridicamente todos os processos contenciosos da área da RLVT	100	367	100	80	5	367	50,00%	USJUAL	N.º de informações emitidas /N.º de processos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
606 Dinamizar e capacitar os instrumentos de suporte à gestão documental e arquivo da CCDR LVT														PESO:	1,05%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.6061	Adotar um sistema de gestão documental (SGD) eletrónico único na CCDR LVT, I.P. para registo e classificação de documentos e processos documentais			Novo	80	4	100	40,00%	UCISTI	Peso relativo das fases concluídas / 100	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6062	Garantir a atualização do SGD Filedoc			Novo	1	0	1,1	15,00%	UCISTI	Número de atualizações	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6063	Rever normas de gestão documental em vigor na CCDR LVT, I.P.			Em curso	1	0	1,1	15,00%	UCISTI	Criação de grupo de trabalho	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6064	Uniformizar os layouts dos templates de documentos em utilização na CCDR LVT, I.P.			Novo	5	1	8	15,00%	UCISTI	Número de templates	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6065	Capacitar os trabalhadores da CCDR LVT, I.P. com princípios de gestão documental e arquivo			Em curso	5	1	8	15,00%	UCISTI	Número de sessões	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
607 Dinamizar, capacitar e aprofundar a integração dos instrumentos de suporte à gestão da informação e do conhecimento da CCDR LVT, I.P.														PESO:	1,05%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.6071	Implementar aplicação informática de gestão do processo de suporte informático prestado pela UCISTI/DSTI			Em curso	1	0	1,1	25,00%	UCISTI	Realizado / não realizado	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6072	Implementar plataforma de desenvolvimento de software low code, para suporte ao balcão único da CCDR LVT, I.P.			Novo	3	1	5	25,00%	UCISTI	Número de fases concluídas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6073	Integração da aplicação Gesquar (ex- DRAP LVT) no domínio de gestão @ccdr-lvt.pt			Novo	1	0	1,1	25,00%	UCISTI	Realizado / não realizado	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6074	Elaborar um manual de procedimentos da UCISTI			Novo	1	0	2	25,00%	UCISTI	Número de processos mapeados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
608 Capacitar, consolidar e monitorizar a infraestrutura tecnológica de suporte ao sistema de informação														PESO:	0,90%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.6081	Reestruturar a rede sem fios da CCDR LVT, I.P.			Novo	7	2	11	20,00%	UCISTI	Número de hotspots reconfigurados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6082	Atualizar o parque informático da CCDR LVT, I.P. através da substituição de equipamentos e periféricos			Novo	50	5	69	20,00%	UCISTI	Número de equipamentos ou periféricos novos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6083	Reestruturar o serviço de impressão disponibilizado na CCDR LVT, I.P.			Novo	8	2	13	20,00%	UCISTI	Número de impressoras reconfiguradas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6084	Reestruturar o switching de core do edifício da rua Alexandre Herculano em Lisboa			Novo	2	1	4	20,00%	UCISTI	Número de novos switches implementados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.6085	Implementar sistema hiperconvergente no data center da Rua Alexandre Herculano, em Lisboa			Novo	1	0	2	20,00%	UCISTI	Número de sistemas hiperconvergentes implementados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	

Objetivo Estratégico (OE) 6

[EFICIÊNCIA] Gestão orientada para a qualidade do desempenho organizacional, para a gestão do conhecimento e da inovação, que conduza à prestação de um serviço público de excelência aos agentes locais, regionais e cidadãos, suportado em manuais de procedimentos e processos transparentes, orientados para resultados e alinhados com as políticas públicas em matéria de transformação digital e de prevenção de riscos.

609 Implementar e manter medidas de segurança para proteger a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados da CCDR LVT, I.P.													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6091	Realização de auditoria de segurança à rede de comunicações interna da CCDR LVT, I.P.			Novo	1	0	2	40,00%	UCISTI	Número de relatórios de auditoria	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6092	Rever documentos que compõem o sistema de gestão de segurança da informação			Novo	3	1	5	30,00%	UCISTI	Número de documentos revistos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6093	Promover a formação e sensibilização dos trabalhadores da CCDR LVT, I.P. para a segurança informática e segurança da informação			Novo	2	1	4	30,00%	UCISTI	Número de iniciativas promovidas no âmbito da segurança da informação	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
610 Dinamizar a comunicação e imagem institucional da CCDR LVT, I.P.													PESO:	0,90%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6101	Lançar campanhas publicitárias de marketing digital para promoção da imagem institucional da CCDR LVT, I.P.			Novo	5	1	8	10,00%	UCISTI	Número de campanhas realizadas nas redes sociais	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6102	Aplicar questionários de satisfação aos participantes dos eventos promovidos pela CCDR LVT, I.P.			Novo	2	1	4	10,00%	UCISTI	Número de questionários aplicados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6103	Promover e organizar eventos da CCDR LVT, I.P.			Novo	3	1	4	40,00%	UCISTI	Número de eventos internos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6104	Produzir e atualizar documentos de comunicação institucional			Novo	3	1	5	10,00%	UCISTI	Número de documento de comunicação atualizados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6105	Traduzir conteúdos digitais a disponibilizar nos canais de comunicação da CCDR LVT, I.P.			Novo	5	2	9	10,00%	UCISTI	Número de conteúdos traduzidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6106	Concretizar a integração das intranets institucionais da ex-CCDR LVT e ex-DRAP LVT no domínio ccdr-lvt.pt			Novo	0	0	-1	10,00%	UCISTI	Número de intranets institucionais da ex-DRAP LVT online	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6107	Conceber e divulgar newsletters no âmbito das atividades da CCDR LVT, I.P. e respetivas UO			Em curso	3	1	5	10,00%	UCISTI	Número de newsletters	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
611 Garantir o cumprimento dos prazos e procedimentos previstos no âmbito da Formação Setorial Agrícola													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6111	Tempo médio utilizado para o encerramento das ações de formação			Novo	80	5	56	50,00%	UIAP	N.º de dias úteis contados seguidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6112	Taxa de acompanhamento da atividade formativa			Novo	6	1	9	50,00%	UIAP	N.º Ações Acompanhadas / N.º Total de Ações	0	0,00%	Não atingiu	
													Taxa de Realização	0,00%
612 Elaboração de manuais de procedimentos													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6121	Elaboração de Manual de Procedimento LVT+Cultura			Novo	104	13	67	50,00%	UC	Prazo de entrega do Manual de Procedimentos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6122	Elaboração de Manual de Procedimentos Salvaguarda do Património Cultural			Novo	104	15	67	50,00%	UC	Prazo de entrega do Manual de Procedimentos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
613 Reforço da transparência nos procedimentos de ordenamento do território													PESO:	0,75%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6131	Atualização das perguntas frequentes			Novo	2	1	4	25,00%	UOT	Atualizações solicitadas à Unidades responsável pela gestão do site	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6132	Revisão/atualização das normas de procedimentos			Novo	1	0	2	25,00%	UOT	Atualizações solicitadas à Unidades responsável pela gestão do site	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6133	Conceção e implementação de Base de Dados Geográfica dos conteúdos da Carta da REN			Novo	242	10	174	50,00%	UOT	Apresentação de plano de conceção e implementação	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
614 Promover a clarificação e transparência dos procedimentos													PESO:	0,45%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6141	Elaboração de Diagnóstico das áreas de negócio com Manuais de Procedimentos desatualizados ou inexistentes, propondo linhas de atuação			Novo	222	20	152	100,00%	UGAFRH	Data da entrega do Diagnóstico em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
615 Dinamizar um novo modelo de gestão dos apoios financeiros do Estado													PESO:	0,45%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6151	Elaboração de proposta de revisão do Regulamento do Programa Equipamentos de Utilização Coletiva, tendo em conta as novas competências da CCDR			Novo	240	15	169	100,00%	USJAL	Prazo - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%
616 Dinamizar, capacitar e aprofundar a integração dos instrumentos de suporte à gestão da informação e do conhecimento da CCDR LVT, I.P.													PESO:	0,45%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6161	Elaborar uma estratégia que configure um plano de ação para o SIG da CCDR LVT, I.P., enquanto pilar transversal do seu SI			Em curso	1	0	1,1	100,00%	UCISTI	Entrega de proposta de plano de ação	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
													Taxa de Realização	0,00%

Objetivo Estratégico (OE) 6

[EFICIÊNCIA] Gestão orientada para a qualidade do desempenho organizacional, para a gestão do conhecimento e da inovação, que conduza à prestação de um serviço público de excelência aos agentes locais, regionais e cidadãos, suportado em manuais de procedimentos e processos transparentes, orientados para resultados e alinhados com as políticas públicas em matéria de transformação digital e de prevenção de riscos.

616 Dinamizar, capacitar e aprofundar a integração dos instrumentos de suporte à gestão da informação e do conhecimento da CCDR LVT, I.P.												PESO:	0,45%
Indicadores	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6161 Elaborar uma estratégia que configure um plano de ação para o SIG da CCDR LVT, I.P., enquanto pilar transversal do seu SI			Em curso	1	0	1,1	100,00%	UCSTI	Entrega de proposta de plano de ação	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%
617 Implementar uma metodologia de análise e resposta a denúncias												PESO:	0,75%
Indicadores	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6171 Taxa de implementação da interoperabilidade entre o Filedoc e o IFAMA			Novo	80	5	100	40,00%	UFCT	% de execução	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6172 Taxa de Implementação de ferramenta de análise e priorização de resposta a denúncias			Novo	85	5	100	60,00%	UFCT	% de execução	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%
618 Criar e implementar um sistema para aplicação de medidas de reposição da legalidade, prevenção e correção de ilícitos em sede de fiscalização												PESO:	0,75%
Indicadores	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6181 Criação de guia metodológico para aplicação de medidas de reposição da legalidade, prevenção e correção de ilícitos, por regime jurídico (RJ) associado às competências de fiscalização			Novo	30	10	50	60,00%	UFCT	N.º RJ com guia / N.º total RJ x 100	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6182 Implementação em Filedoc dos tipos de documentos, minutas e automatismos decorrentes da aplicação do guia metodológico aprovado			Novo	20	5	38	40,00%	UFCT	% de execução	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%
619 Promover a otimização de procedimentos de análise, controlo e monitorização para a área do investimento na Agricultura												PESO:	0,75%
Indicadores	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6191 N.º dias para implementação de modelo de análise para os Programas Operacionais			Novo	273	10	197	70,00%	UIAP	N.º Dias contados seguidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6192 N.º dias para implementação do modelo de funcionamento dos Pontos de Observação e Controlo dos Regadios (Carri e Alvorinha)			Novo	181	10	128	30,00%	UIAP	N.º Dias contados seguidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%
620 Promover a simplificação dos serviços prestados no âmbito da Agricultura												PESO:	0,60%
Indicadores	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6201 Implementação dos serviços desmaterializados no âmbito da RAN			Novo	334	10	243	50,00%	UAL	N.º Dias contados seguidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
Ind.6202 Implementação dos serviços desmaterializados no âmbito do Arranque do Olival			Novo	334	10	243	50,00%	UAL	N.º Dias contados seguidos	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%
621 Dar resposta à nova regulamentação comunitária e às orientações da OMS no domínio da avaliação e gestão da qualidade do ar												PESO:	0,45%
Indicadores	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.6211 Definição de prioridades que garantam a melhor resposta à nova regulamentação comunitária e às orientações da OMS no domínio da avaliação e gestão da qualidade do ar			Novo	241	10	173	100,00%	UACNB	Data de entrega - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%
												Taxa de Realização	0,00%



Objetivo Estratégico (OE) 7

[CAPITAL HUMANO] Reforço da capacitação, motivação, envolvimento e satisfação dos colaboradores.

701 Promover a Igualdade e a Não-discriminação														PESO:	2,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.7011	Implementar o Plano de Ação CCDR LVT, I.P.: Igualdade e a Não Discriminação 2024-2026			Novo	3	1	5	50,00%	UGAFRH	N.º de ações implementadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.7012	Elaborar o Relatório "Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar" (2025).	212	206	0	196	9	206	30,00%	UGAFRH	Nº de dias úteis para a elaboração do relatório	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.7013	Elaborar o Relatório Periódico de Execução 2024 do Plano de Ação CCDR LVT, I.P.: Igualdade e a Não Discriminação 2024-2026			Novo em 2024	239	20	164	20,00%	UGAFRH	Nº de dias úteis para a elaboração do relatório	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
702 Promover a Saúde e o Bem-Estar														PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.7021	Promover ações de saúde ocupacional	1	1	3	2	1	4	60,00%	UGAFRH	Nº de ações realizadas no ano	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.7022	Promover outras ações de saúde ou bem-estar			Novo	2	1	4	40,00%	UGAFRH	Nº de ações realizadas no ano	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
703 Fomentar a capacitação profissional na organização														PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.7031	Execução do Plano de Formação 2025-2026			Novo	30	10	50	30,00%	UGAFRH	N.º de modalidades de formação executadas/N.º de modalidades de formação planeadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.7032	% de trabalhadores que frequentaram 1 modalidade de formação			Novo	30	10	50	70,00%	UGAFRH	N.º de participantes em modalidades de formação/Total de trabalhadores	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
704 Promover a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores internos e externos														PESO:	1,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.7401	Auscultação e Diagnóstico da Satisfação dos Colaboradores	3,38	2,92	3,73	3,34	0,5	4,8	50,00%	UGAFRH	Grau de satisfação alcançado	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.7402	Auscultação e Diagnóstico da Satisfação dos Clientes Externos (cidadãos e entidades parceiros)	3,87	3,52	3,82	3,73	0,5	5	50,00%	UGAFRH	Grau de satisfação alcançado	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
705 Apoio à realização de ações de reforço da coesão interna														PESO:	1,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.7051	Realização de atividades culturais de coesão interna organizacional			Novo	3	1	5	100,00%	UC	Número de ações realizadas	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
706 Instituição Inclusiva e que promove a Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar														PESO:	1,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.7061	Elaboração de Relatório de diagnóstico de situação e de propostas de melhoria para a instituição			Novo	241	10	173	100,00%	UGAFRH	Prazo - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
707 Instituição atrativa para captar capital humano jovem e qualificado														PESO:	1,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.7071	Elaboração de Relatório de diagnóstico de situação e prospetiva para 2030-2040			Novo	241	10	173	100,00%	UGAFRH	Prazo - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	



Objetivo Estratégico (OE) 8

[ESTRATÉGIA] Elaboração de uma Estratégia para a Região LVT 2030-2040, que permita definir e planejar os desafios da Região nomeadamente em termos de reorganização, inovação perante o sistema de governação multinível, o novo modelo de governação administrativa e o novo ciclo de programação de Fundos Estruturais.

801 Operacionalizar a elaboração da estratégia regional LVT - ESTRATÉGIA DA DÉCADA														PESO:	4,50%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.8011	FASE 1: DIAGNÓSTICO			Novo	63	20	32	20,00%	UOT	Dias úteis para a elaboração do relatório	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.8012	FASE 2: REFLEXÃO E CONTRIBUTOS			Novo	106	20	64	20,00%	UOT	Dias úteis para a conclusão da fase	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.8013	FASE 3: ESTRATÉGIA (objetivos e metas)			Novo	188	20	126	20,00%	UOT	Dias úteis para apresentação da proposta final	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.8014	Apresentação da Estratégia regional LVT - ESTRATÉGIA DA DÉCADA			Novo	208	10	149	40,00%	UOT	Dias úteis para apresentação da publicação	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
802 Preparação institucional que garanta a qualidade de vida das populações e o ambiente face aos paradigmas de mudança que impactam na RLVT														PESO:	2,25%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.8021	Preparação do mapa ambiental da Região			Novo	241	10	173	100,00%	UACNB	Data de entrega - dias úteis contados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
803 Construção de dados de diagnóstico de suporte à elaboração de estratégia setorial														PESO:	3,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.8031	Elaboração do Diagnóstico cultural e artístico da LVT			Novo	1	0	1,1	60,00%	UC	Apresentação de Relatório Preliminar	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Ind.8032	Elaboração do Plano de Regional de Estudo e Salvaguarda do Património Cultural LVT			Novo	1	0	1,1	40,00%	UC	Apresentação de documento programático preliminar	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
804 Participar na construção de uma visão estratégica para a afirmação da Região de Lisboa e Vale do Tejo														PESO:	3,00%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.8041	Elaboração de Relatório de diagnóstico de situação e prospetiva para 2030-2040			Novo	241	10	173	100,00%	UPDR	Prazo de entrega do Relatório em dias úteis	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	
805 Afirmar a região plano LVT, com o empoderamento que foi atribuído com as NUTS 2024														PESO:	2,24%
Indicadores		Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.8051	Peso dos indicadores peso no país / principais indicadores			Novo	242	15	170	100,00%	ODR	Prazo de entrega dos relatórios apresentados	0	0,00%	Não atingiu	-100,00%	
Taxa de Realização														0,00%	



3. ATIVIDADES DE SUPORTE

Atividades de suporte 2025									
Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, Jurídica, Tecnológica, Informação e Comunicação, Documentação, Planejamento, Monitorização e Avaliação Internos									
N.º	Indicador de desempenho	Meta	Superação	Forma de cálculo	Início de medição	Fim de medição	Frequência de medição	Fonte de verificação	Área de intervenção
1	Livro Amarelo de reclamações e caixa de sugestões e elogios: cumprir o estabelecido legalmente quanto aos mecanismos de audição e participação.	1	0	realizado/não realizado	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços
2	LAE - Livro Amarelo Eletrónico: dar continuidade à adesão junto da AMA - Agência para a Modernização Administrativa.	1	0	realizado/não realizado	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços
3	SIADAP 1: Elaborar o Relatório de Atividades / Autoavaliação 2024	74 (15 abri)	0	Prazo	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços
4	SIADAP 1: Elaborar Plano de Atividades 2026	236 (9 dez)	15 dias	Prazo	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços
5	SIADAP 1: Monitorizar o Plano de Atividades 2025	1	0	realizado/não realizado	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços
6	SIADAP 2 3: Manter atualizada as plataformas GEADAP / SGU com a correta afetação de avaliadores e avaliados / movimentos de pessoal	1	0	realizado/não realizado	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços
7	SIADAP 3: implementar o processo de avaliação 2023-2024	1	0	realizado/não realizado	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Recursos Humanos
8	SIADAP 3: implementar o processo de contratualização 2025	1	0	realizado/não realizado	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Recursos Humanos
9	SIADAP 3: Impulsionar e acompanhar o processo de monitorização SIADAP 3 (biénio 2025)	1	0	realizado/não realizado	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Recursos Humanos
10	Manter atualizado o carregamento do sistema de gestão de assiduidade com os horários específicos aprovados e a correta afetação dos trabalhadores aos dirigentes de que dependem	Trimestral	Bimensal	Prazo	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc - email	Recursos Humanos
11	Elaboração, reporte dos mapas SIOE e carregamento destes dados estatísticos na plataforma informática da DGAEP	No prazo indicado pela DGAEP	Trimestral	Prazo	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Recursos Humanos
12	Gerir a Formação interna: Elaborar o Relatório de Formação Interna	No prazo superiormente indicado	15 dias úteis antes	Prazo	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Recursos Humanos
13	Elaborar a análise sintética dos indicadores do Balanço Social de 2024	15 dias úteis após o envio para a DGAEP dos quadros	10 dias úteis após o envio para a DGAEP dos quadros	Prazo	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Recursos Humanos
14	Elaborar o mapa de pessoal para 2026	No prazo superiormente indicado	Sem erros	Prazo	1/jan	31/dez	semestral	Filedoc	Recursos Humanos
15	Reconciliações bancárias mensais referentes a 2025	7 dias após fecho do mês	4 dias após fecho do mês	nº dias	1/jan	31/dez	mensal	Filedoc	Recursos Financeiros

Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, Jurídica, Tecnológica, Informação e Comunicação, Documentação, Planeamento, Monitorização e Avaliação Internos									
16	Garantir mensalmente o controlo contabilístico das receitas da CCDR LVT, I.P.	5 dias após o fecho do mês	3 dia após fecho do mês	nº dias	1/jan	31/dez	mensal	SINGAP	Recursos Financeiros
17	Proceder trimestralmente aos lançamentos manuais de especialização de Férias, Subsídio de Férias e Subsídio de Natal	20 dias após fecho do trimestre	15 dias após fecho do trimestre	nº dias	1/jan	31/dez	trimestral	SINGAP	Recursos Financeiros
18	Reporte mensal do Orçamento de Tesouraria Mensualizado na plataforma do serviço online da DGO	Até á data definida pela DGO	3º dia antes da data definida da DGO	nº dias	1/jan	31/dez	trimestral	SINGAP	Recursos Financeiros
19	Reporte Trimestral da Unidade de Tesouraria	8 dias após fecho do mês	5º dia após do fecho	nº dias	1/jan	31/dez	trimestral	DGO	Recursos Financeiros
20	Apresentação da conta de gerência sem limitações e/ou reservas relevantes	30-04- Prazo Legal	Antes do Prazo legal	nº dias	1/jan	31/dez	anual	TC e DGO	Recursos Financeiros
21	Reporte Trimestral do Sistema Central de Encargos Plurianuais	8 dias após fecho do trimestre	5º dia após do fecho do trimestre	nº dias	1/jan	31/dez	trimestral	SIGO	Recursos Financeiros
22	Reporte do Mapa de pagamentos em atraso	10º dia após o fecho do mês	6º dia após o fecho do mês	nº dias	1/jan	31/dez	mensal	SIGO	Recursos Financeiros
23	Assegurar a execução financeira das operações cofinanciadas que se encontram ativas, até ao seu encerramento (PDR2020 - 091893 (AT 2023), PDR2020-104646 (AT 2024), PDR2020-104813 (AT 2025), PDR2020-033247 Carril, PDR2020-041180 Alvorninha, PDR2020-342-083613 Carril, PDR2020-342-083614 Alvorninha)	50%	70%	Executado / aprovado	01/jan	31/dez	semestral	Balcão PDR2020	Recursos Financeiros
24	Assegurar a execução financeira da operação cofinanciada (MAR2030 - 051.1.1-FEAMPA-00005), desde a candidatura até ao encerramento da operação.	50%	70%	Executado / aprovado	01/jan	31/dez	semestral	Balcão MAR2030	Recursos Financeiros
25	Assegurar a execução financeira de todas as operações: submissão dos contratos (Contratação Pública) e submissão dos pedidos de pagamento das operações PDR, MAR e PRR	50%	70%	Executado / aprovado	01/jan	31/dez	semestral	IFAP	Recursos Financeiros
26	Apoiar na execução financeira de todas as operações em que somos parceiros (Agriplast, AML Alimentar) com reporte financeiro e documental por pedido de pagamento	50%	70%	Executado / aprovado	01/jan	31/dez	semestral	Universidade Nova de Lisboa, A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia	Recursos Financeiros
27	Assegurar a realização de todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas, em articulação com as demais unidades orgânicas em razão das respetivas competências, após a obtenção dos pareceres e autorizações prévias externas	Conclusão entre 60 e 70 dias	Conclusão em menos de 60 dias	Prazo	1/jan	31/dez	anual	Filedóc	Contratação Pública
28	Organizar, em articulação com as restantes unidades orgânicas, as ações necessárias à elaboração de previsões e planeamento das necessidades de aquisições de bens e serviços para a CCDRLVT, I.P. (Mapa de Planeamento anual da Contratação Pública)	1	0	Realizado/Não realizado	1/jan	31/dez	Anual	Excel	Contratação Pública

Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, Jurídica, Tecnológica, Informação e Comunicação, Documentação, Planeamento, Monitorização e Avaliação Internos

29	Garantir adequadamente o registo mensal das viaturas nos diversos sistemas informáticos	10 dias após o fecho do mês	5 dias após o fecho do mês	nº dias	01/jan	31/dez	mensal	ESPAP	Recursos Patrimoniais
30	Elaboração e submissão dos pedidos de contratação em regime de AOV (Aluguer Operacional de Veículos), referentes aos veículos que transitaram da ex-DRAPLVT para CCDRLVT, IP, na plataforma SGPVE, após autorização ministerial	50% dos pedidos submetidos	Mais de 50% dos pedidos submetidos	Nº de Viaturas	01/jan	31/dez	anual	ESPAP/SGPVE	Recursos Patrimoniais
31	Garantir e assegurar as solicitações relativas à manutenção do edifício sede	90%	100%	nº de solicitações resolvidas / Total das solicitações	01/jan	31/dez	mensal	Filedoc	Recursos Patrimoniais
32	Proceder trimestralmente às atualizações informáticas e patrimoniais de acordo com as alterações efetuadas nos bens de inventário relativos à ex - CCDD LVT	15 dias após o fecho do mês	10 dias após o fecho do mês	nº dias	01/jan	31/dez	trimestral	SINGAP	Recursos Patrimoniais
33	Elaboração e reporte do inventário do património móvel dos edifícios de serviços (ex-DRAP), para inserção na plataforma SINGAP	100%	0%	Realizado/Não realizado	01/jan	31/dez	anual	Excel	Recursos Patrimoniais
34	Garantir informação permanente à UGAFRH sobre os valores de coimas executados e os valores dos processos impugnados	80%	100%	Nº de informações disponibilizadas/ Nº de informações devidas	01/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Jurídica
35	Garantir informação periódica à UGAFRH sobre os valores das ações de contencioso administrativo interpostas contra a CCDD	80%	100%	Nº de informações disponibilizadas/ Nº de informações devidas	01/jan	31/dez	semestral	Filedoc	Jurídica
36	Assegurar a prestação de informação à UGAFRH sobre a afetação das receitas provenientes do contencioso contraordenacional transferidas pelo Instituto de Gestão Financeira da Justiça	80%	95%	N.º de respostas / N.º de solicitações	01/jan	31/dez	anual	Filedoc	Jurídica
37	Tratamento de Pedidos de Suporte Informático	35 Horas	30 Horas	Média (em horas) do tempo de fecho dos tickets helpdesk	01/jan	31/dez	mensal	siDSTI	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
38	Tratamento de Pedidos de Atualização de Conteúdos nos sites CCDD LVT, I.P. e Redes Sociais (tag conteúdos)	25 Horas	20 Horas	Média (em horas) do tempo de fecho dos tickets helpdesk com a tag conteúdos	01/jan	31/dez	mensal	siDSTI	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
39	Apoio ao sector financeiro na submissão dos contratos e submissão dos pedidos de pagamento relativos à operação LISBOA2030-FSE+00350400 2024-2025	50%	70%	Executado / aprovado	2025-01-01	2025-12-31	trimestral	Balcão dos fundos	ODR, UGAFRH
40	Elaborar um novo Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	1	0	Executado / Não executado	2025-01-01	2025-12-31	trimestral	Filedoc	UGAFRH

4. ATIVIDADES CORRENTES

Atividades correntes mais relevantes 2025			
N.º	Atividade corrente mais relevante	Fonte de verificação	Área de intervenção
1	Elaborar relatórios quinzenais das atividades desenvolvidas em teletrabalho	Quinzenal	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços
2	Recolha de Dados, na componente de recursos humanos, para elaboração do Orçamento	Email, Filedoc, Quidgest	Recursos Humanos
3	Efetuar o tratamento da assiduidade	SISQUAL, Gesponto e Filedoc	Recursos Humanos
4	Análise de pedidos de teletrabalho e de jornada continua	Filedoc	Recursos Humanos
5	Efetuar o processamento de vencimentos	Quidgest e Filedoc	Recursos Humanos
6	Análise de pedidos de acumulação de funções	Filedoc	Recursos Humanos
7	Instrução dos pedidos de contagem de tempo e de aposentação	Filedoc e plataforma da CGA	Recursos Humanos
8	Acompanhamento de ações de formação interna: Registo de participantes, listas de presenças; emissão de certificados	Filedoc	Recursos Humanos
9	Inscrição em ações de formação externa	Filedoc	Recursos Humanos
10	Procedimentos de recrutamento	Filedoc	Recursos Humanos
11	Formalização do Mapa de Fundos Disponíveis	Mensal	Recursos Financeiros
12	Reporte do Mapa de Pagamentos em Atraso e Dividas a Terceiros por Antiguidade de Saldos	Mensal	Recursos Financeiros
13	Reporte da Execução Orçamental e Financeira	Mensal	Recursos Financeiros
14	Solicitação de Transferência de Fundos	Mensal	Recursos Financeiros
15	Elaboração e registo das Alterações Orçamentais do Orçamento da CCDR L	Mensal	Recursos Financeiros
16	Reporte no Sistema Central de Encargos Plurianuais e atualização no SINGAP	Trimestre	Recursos Financeiros
17	Formalização dos Relatórios Trimestrais da Execução Orçamental	Trimestre	Recursos Financeiros
18	Apuramento e entrega da declaração do Imposto de valor acrescentado (IV	Trimestre	Recursos Financeiros
19	Reporte da Unidade Tesouraria	Trimestre	Recursos Financeiros
20	Elaboração do Orçamento da CCDR LVT, I.P.	Anual	Recursos Financeiros
21	Elaboração da Prestação da Conta da CCDR LVT, I.P.	Anual	Recursos Financeiros
22	Reporte Anual das Subvenções	Anual	Recursos Financeiros
23	Atualização dos Preços dos Serviços Prestados pela CCDR LVT, I.P.	Anual	Recursos Financeiros
24	Emissão das Declarações de Recebimentos e Pagamentos em Atraso	Anual	Recursos Financeiros
25	Registo dos Procedimentos Inerentes ao Parque Automóvel da CCDR LVT, I.	Mensal	Recursos Patrimoniais
26	Registo de todos os Procedimentos de Contratação Pública	Mensal	Recursos Patrimoniais
27	Assegurar o cumprimento de todas as formalidades legais prévias e subsequentes inerentes aos processos de contratação pública: GMACT, Portal Base, GMACT, ESPAP, AMA, IP.	Filedoc	Recursos Patrimoniais
28	Tramitação dos procedimentos obrigatórios nas plataformas eletrónicas de compras públicas	Filedoc	Recursos Patrimoniais
29	Assegurar a participação em procedimentos de aquisição centralizada da SG e da ESPAP	Filedoc	Recursos Patrimoniais
30	Assegurar o impulso processual de todas as manifestações de necessidade entradas na DCPGP	Até 5 dias	Recursos Patrimoniais

N.º	Atividade corrente mais relevante	Fonte de verificação	Área de intervenção
31	Registo e inventariação de todos os ativos tangíveis e intangíveis adquiridos	Mensal	Recursos Patrimoniais
32	Assegurar o impulso processual de todas as manifestações de necessidade	Até 5 dias	Recursos Patrimoniais
33	Assegurar todos os pareceres e protocolos referente à disponibilização do g	Filedoc	Recursos Patrimoniais
34	Assegurar todos os pareceres e protocolos referente à disponibilização do g	Filedoc	Recursos Patrimoniais
35	Registo e inventariação de todos os ativos tangíveis e intangíveis adquiridos	Mensal	Recursos Patrimoniais
36	Gerir e coordenar os procedimentos de avaliação ambiental de projetos pre	Filedoc	Ambiente
37	Emitir pareceres setoriais no âmbito da qualidade do ar, ruído, resíduos, em	Filedoc	Ambiente
38	Emitir pareceres sectoriais (Ruído, Qualidade do Ar, Resíduos e Emissões) n	Filedoc	Ambiente
39	Emitir pareceres setoriais (Ruido, Qualidade do Ar, Resíduos e Emissões) no	Filedoc	Ambiente
41	Gestão da RMQA LVT para garantir a máxima eficiência e qualidade dos dados na RMQA LVT (Validação dos dados, envio para a base de dados "QUALAR", deteção de avarias e outros problemas nas estações, definição e implementação de ações a realizar pelos técnicos de manutenção interna e externa e registo das intervenções na RMQA), e avaliar e monitorizar a qualidade do ar na região de LVT	Filedoc	Ambiente
42	Gerir e coordenar processos de AAE de planos e programas de âmbito regional, nacional e setorial	Filedoc	Ambiente
43	Resposta a solicitações de Tribunais, Tutela, Inspeção Geral, Municípios, Outros Organismos do Estado, ONG e exposições de particulares, no âmbito das temáticas de ambiente (AIA, Ruído, Qualidade do Ar, resíduos, emissões atmosféricas e licenciamento de Operações de Gestão de resíduos)	Filedoc	Ambiente
44	Emissão de pareceres de forma a assegurar o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, estabelecendo as medidas, os procedimentos e as obrigações dos operadores, nos termos do previsto no Decreto-Lei nº 39/2018, de 11 de junho (Emissão de TEAR; pareceres de Altura de chaminé; monitorização de emissões; periodicidade de monitorização; pedidos de isenção)	Filedoc	Ambiente
45	Emissão de pareceres no âmbito dos processos de licenciamento de atividades industriais de acordo com o DL 73/2015 de 11 de maio e com o DL 81/2013 e da exploração de massas minerais, de acordo com o DL 270/2001 de 6 de outubro na redação conferida pelo DL 340/2007 de 12 de outubro	Filedoc	Ambiente
46	Emissão de pareceres no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, designadamente a colaboração com a autoridade competente para a emissão da licença de acordo com o DL 127/2013 de 30 de agosto	Filedoc	Ambiente
47	Emissão de pareceres no âmbito dos processos de Licenciamento de operações de gestão de resíduos e aterros, de acordo com o DL nº 102-D/2020, de 10 de dezembro	Filedoc	Ambiente
48	Emissão de pareceres técnicos de apreciação da metodologia para a determinação do ruído residual	Filedoc	Ambiente
49	Participar na elaboração, acompanhamento dos Planos de Cogestão		Ambiente
50	Colaborar com o ICNF em ações de sensibilização		Ambiente
51	Emitir parecer sobre planos de controlo de invasoras		Ambiente
52	Emissão de pareceres de acompanhamento de PMOT		Ordenamento do Território
53	Emissão de pareceres de delimitação e alteração da REN		Ordenamento do Território
54	Emissão de pareceres em processos gerais de REN		Ordenamento do Território
55	Coordenação dos processos de AAE no âmbito dos IGT		Ordenamento do Território
56	Emissão de pareceres de ordenamento/localização no âmbito de Avaliações de Impacte Ambiental		Ordenamento do Território
57	Emissão de pareceres de ordenamento/localização no âmbito de Operações de Gestão e Resíduos		Ordenamento do Território
58	Resposta a solicitações de Tribunais, Tutela e Inspeção Geral, e exposições de particulares, no âmbito do ordenamento do território		Ordenamento do Território
59	Emissão de pareceres de ordenamento e de REN no âmbito de Planos de Gestão Florestais		Ordenamento do Território
60	Emissão de pareceres de ordenamento e de REN no âmbito de Operações de Valorização de Lamas		Ordenamento do Território
61	Emissão de pareceres no âmbito do RERAE		Ordenamento do Território
62	Emissão de Decisões RJUE nos prazos estabelecidos		Ordenamento do Território
63	Emissão dos pareceres de ordenamento/localização nos prazos estabelecidos		Ordenamento do Território
64	Atendimento ao público		Ordenamento do Território

N.º	Atividade corrente mais relevante	Fonte de verificação	Área de intervenção
93	Garantir a representação da CCDR LVT, I.P nos Conselhos Municipais de Educação, em articulação com a área de Coordenação Territorial e com a Presidência		Desenvolvimento Regional / Coordenação Territorial
94	Dinamizar Redes de stakeholders para a promoção de projetos alinhados com as Estratégias com incidência na RLVT		Desenvolvimento Regional
95	Acompanhar a implementação de programas e projetos de âmbito setorial com impacto na Região, nomeadamente nos domínios do Mar, da Saúde e do Agroalimentar		Desenvolvimento Regional
96	Participar no acompanhamento e monitorização dos Programas CTE (Cooperação Territorial Europeia) com incidência na Região de Lisboa		Desenvolvimento Regional
97	Acompanhar e participar nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do mandato da Vice Presidência da Comissão do Arco Atlântico e do Grupo de Trabalho da Inovação (GT Inovação), bem como de outras organizações internacionais das quais a CCDR LVT, I.P faz parte		Desenvolvimento Regional
98	Emissão de pareceres prévios nos termos do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual	Filedoc	Cultura
99	Emissão de pareceres sobre pedidos de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos e respetivos Relatórios, nos termos do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos	Filedoc	Cultura
100	Emissão de pareceres sobre intervenções em bens culturais imóveis classificados como de interesse nacional ou interesse público	Filedoc	Cultura
101	Atos instrutórios em processos de classificação de bens culturais imóveis como de interesse nacional ou interesse público	Filedoc	Cultura
102	Emissão de pareceres no âmbito do mecenato cultural	Filedoc	Cultura
103	Instrução de procedimentos de análise, e apreciação de candidaturas a programas de incentivo e apoio financeiro	Filedoc	Cultura
104	Ações de acompanhamento e fiscalização de trabalhos arqueológicos	Filedoc	Cultura
105	Ações de divulgação nos territórios de programas promovidos pela CCDR LVT	Filedoc e Intranet	Cultura
106	Ações de monitorização nos territórios de projetos apoiados pela CCDR LVT	Filedoc e Intranet	Cultura
107	Acompanhar a execução dos investimentos nos AH Carril e Alvorninha	Relatórios de acompanhamento	Apoio à Produção
108	Registo, atualização e revisão da tabela central de entidades externas da CCDR LVT, I.P.	Filedoc	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
109	Gestão (divulgação, manutenção e atualização) dos conteúdos do site da CCDR LVT, I.P., incluindo a presença nas redes sociais (Twitter, Facebook, Issuu, Youtube)	Site + redes sociais	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
110	Gestão (divulgação, manutenção e atualização) dos conteúdos da Intranet da CCDR LVT, I.P., incluindo o repositório de documentos/ficheiros de suporte a atividades da CCDR LVT	Intranet	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
111	Gestão biblioteconómica do acervo documental especializado da CCDR LVT, I.P., incluindo atualização da base de dados (OPAC e biblioteca digital)	Catálogo bibliográfico	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
112	Gestão do arquivo intermédio da CCDR LVT, I.P.	Filedoc + arquivo físico	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
113	Assegurar o atendimento externo no âmbito do acesso/consulta: documentação/biblioteca e processos arquivo intermédio	Filedoc	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
114	Apoio na aplicação do plano de classificação da CCDR LVT, I.P. (classificação dos documentos e processos) em conformidade à MEF/Lista Consolidada	siDSTI	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
115	Monitorização de equipamentos de rede	Data Center	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
116	Atualização e monitorização de software de segurança	Trend Micro	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação

N.º	Atividade corrente mais relevante	Fonte de verificação	Área de intervenção
117	Parametrização e monitorização da aplicação informática de gestão documental da CCDR LVT, I.P. - Filedoc	Filedoc	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
118	Parametrização e monitorização da aplicação informática de gestão SIGAI (Sistema de Informação de Gestão do Armazém e Inventário)	siGAI	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
119	Monitorização e suporte aos utilizadores do sistema SINGAP - Financeira, Património e RH	siDSTI	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
120	Monitorização de backups	Veeam	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
121	Gestão e apoio a eventos	Filedoc + siDSTI	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
122	Gestão sinalética	Sinalética	Comunicação, Inovação, Sistemas e Tecnologias da Informação
123	Apoio ao sector financeiro na submissão dos contratos e submissão dos pedidos de pagamento relativos às operações de 2021, Lisboa-09-6177-FEDER-0000 59, 61, E 62 (2021,2022 e 2023) E OP_LISBOA2030-FSE+-00350400_2024	Quadro de execução financeira correspondente	ODR (PORL2020) E UGAFRH
124	Monitorização da execução financeira do PRL2030	filedoc	ODR E AG
125	Atualização da informação do site da CCDR relativa a indicadores	Site	ODR
126	Elaboração de quadros e gráficos de indicadores para caracterização da região	Site	ODR E UGAFRH
127	Elaboração das Fichas das candidaturas e relatórios de execução do ODR	Site	ODR
122	Emissão de pareceres relativos ao mérito regional e de elegibilidade dos avisos do Lisboa 2030 (Objetivos estratégicos 1.1 Desenvolver e Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas e 1.3 Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PMEs, bem como a criação de emprego nas PMEs, inclusive através de investimentos produtivos)	SGO 2030	Desenvolvimento Regional
123	Emissão de pareceres no âmbito da CPAI relativos ao alinhamento com a RIS3 Regional de Lisboa nos processos de reconhecimento nacional - PIN	Filedoc	Desenvolvimento Regional
124	Licenciamento dos estabelecimentos industriais do tipo 1 e 2 nos termos do regime do Sistema da Indústria Responsável (SIR) na relação dada pelo Decreto-Lei 73/2015, de 11 de maio (análise dos pedidos de instalação, alteração, reclamações, realização de vistorias e outros)	Filedoc	Desenvolvimento Regional
125	Atendimento público com vista ao esclarecimento sobre licenciamento de estabelecimentos industriais, procedimentos, legislação aplicável, outros.	Filedoc	Desenvolvimento Regional
126	Colaboração com as entidades parceiras no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos industriais	Filedoc	Desenvolvimento Regional
127	Emissão de pareceres no âmbito de Avaliações de Impacto Ambiental (AIA)	Filedoc	Desenvolvimento Regional
128	Emissão de pareceres no âmbito dos processos de licenciamento industrial Caso a Caso (CAC)	Filedoc	Desenvolvimento Regional
129	Participação na elaboração do Plano da DIETA MEDITERRANICA	Filedoc	Desenvolvimento Regional
130	Análise e tramitação de processos de licenciamento de explorações pecuárias a	Sireap e Filedoc	Licenciamento
131	Análise de Planos de Gestão de Efluentes Pecuários	Filedoc e Sireap	Licenciamento
132	Análise e tramitação de processos de licenciamento de estabelecimentos indus	Plataforma SIR e Filedoc	Licenciamento
133	Tramitação de processos ao abrigo do RERAIE - NREAP e SIR	Filedoc	Licenciamento
134	Licenciamento de estabelecimentos de extração de mel	Filedoc	Licenciamento
135	Análise a aprovação de Planos de Gestão de Lamas	Filedoc	Licenciamento
136	Análise e aprovação de Declarações de Planeamento de Operações - DPO	Filedoc	Licenciamento
137	Emitir pareceres sectoriais em áreas agrícolas e recursos hídricos	Filedoc	Licenciamento
138	Realização de Ações de Sensibilização e Acompanhamento da ZV a Nitratos do	Site/Facebook	Licenciamento
139	Emissão de pareceres no âmbito de pedidos de Aparcamento de Gado	Filedoc	Licenciamento
140	Emissão de pareceres no âmbito dos processos de licenciamento ambiental - P	Filedoc/Siliamb	Licenciamento
141	Assegurar a aplicação do regime jurídico da RAN através da emissão dos pareceres:	Filedoc	Agricultura/Reserva Agrícola Nacional
142	Utilização não agrícola de solos da RAN	Filedoc	Agricultura/Reserva Agrícola Nacional
143	Edificação em Solo Rural - Apoio Agrícola a pedido das autarquias	Filedoc	Agricultura/Reserva Agrícola Nacional
144	Localização de prédio face à RAN	Filedoc	Agricultura/Reserva Agrícola Nacional
145	Atividade e viabilidade económica da exploração agrícola	Filedoc	Agricultura/Reserva Agrícola Nacional

N.º	Atividade corrente mais relevante	Fonte de verificação	Área de intervenção
146	Instalações ou equipamentos para produção de energia a partir de fontes de energia renováveis	Filedoc	Agricultura/Reserva Agrícola Nacional
147	Prospecção geológica e hidrogeológica e exploração de recursos geológicos, e respetivos anexos de apoio à exploração	Filedoc	Agricultura/Reserva Agrícola Nacional
148	Estabelecimentos industriais ou comerciais complementares à atividade agrícola, tal como identificados no regime de exercício da atividade industrial	Filedoc	Agricultura/Reserva Agrícola Nacional
149	Comprovação de atividade agrícola ou de atividade complementar à atividade agrícola	Filedoc	Agricultura/Reserva Agrícola Nacional
150	Emissão de Certidão Negativa para efeitos de exclusão de áreas de aproveitamento hidroagrícola	Filedoc	Agricultura/Reserva Agrícola Nacional
151	Preparar e submeter à apreciação da Entidade Regional da RAN os pedidos de parecer prévio vinculativos, a elaborar nos termos do regime legal da RAN	Filedoc	Agricultura/ERRA
152	Preparar e submeter à apreciação governativa as ações de relevante interesse público nos termos do regime legal da RAN	Filedoc	Agricultura/RIP
153	Assegurar o acompanhamento e aprovação da proposta de delimitação da RAN no âmbito dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal: Ordenamento do Território: Plano de Diretor Municipal (PDM), Plano de Pormenor (PP), Plano de Urbanização (PU)	Filedoc	Agricultura/Ordenamento do Território nos termos do regime legal da RAN
154	Emissão de pareceres AIA-Impacto ambiental em solo rural	Filedoc	Agricultura/Avaliação de Impacto Ambiental nos termos do regime legal da RAN
155	Pareceres RJAR_Regime Jurídico das ações de Arborização e Rearborização	Filedoc	Agricultura/RAN
156	Parecer sobre a atualização do Plano de Gestão Florestal (PGF)	Filedoc	Agricultura/RAN
157	Emissão de pareceres no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE) / (SIRJUE)	Filedoc	Agricultura/RAN
158	Emissão de pareceres e participação em conferências decisórias relativas à regularização extraordinária de atividades económicas (RERAE) que incidam em solo rural/rústico (em particular em Reserva Agrícola Nacional).	Filedoc	Agricultura/RAN
159	Assegurar a emissão de autorização do arranque e corte raso de oliveiras;	Filedoc	Agricultura
160	Assegurar a elaboração do Quadro Geral da Produção Vegetal e o acompanhamento	Site CCRDLVT IP	Agroalimentar
161	Assegurar a gestão de processos, incluindo a gestão de informação de contabilidades agrícolas (RICA)	plataforma informática Gestagro	Agroalimentar
162	Promover a recolha de informação de mercados agrícolas (SIMA)	plataforma informática SIMA	Agroalimentar
163	Garantir a gestão de informação estatística da área da agricultura (VPP)	Ficheiro de dados da DADR registado.	Agroalimentar
164	Apoiar a valorização, qualificação e promoção dos produtos sujeitos a regimes europeus de qualidade	Ficheiro de dados da DADR registado.	Agroalimentar/Desenvolvimento Rural
165	Receção, registo, arquivo e emissão de certidões de contratos de Arrendamento Rural, em conformidade com o n.º 3 do artigo 6.º Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de Outubro	Ficheiro de dados da DADR registado.	Agricultura
166	Promover a caracterização e avaliação dos sistemas de produção e das práticas culturais mais representativas, nomeadamente participação nos trabalhos da Rede FoodLink, AML Alimenta, Dieta Mediterrânica	Ficheiro de dados da DADR registado.	Desenvolvimento Rural em parceria com o Ordenamento do Território
167	Grupo Antennae cluster, ETA-AML: Estratégia para a Transição Alimentar na AML, Parceria Portuguesa para o Solo e RNAES		

5. ATIVIDADES EM GRUPOS DE TRABALHO / REPRESENTAÇÕES

Atividades em Grupos de Trabalho / Representações 2025				
Internas				
N.º	Grupos de trabalho/representação	Enquadramento	Periodicidade (previsão)	Área de intervenção
1	Grupo de trabalho - "MALA DE FERRAMENTAS" e sua operacionalização na aplicação de medidas de reposição da legalidade, prevenção e correção de ilícitos		Pontual	Fiscalização, Controlo e Transparência
2	"Think Tank", iniciativa liderada pela PGR para a definição de metodologias e instrumentos antifraude na aplicação de fundos da EU		Pontual	Fiscalização, Controlo e Transparência + Programa Regional de Lisboa 2030
3	Conselho Nacional de Cadastro Predial	Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 72/2023 de 23 de agosto	não periódica	Ordenamento do Território
4	Ponto Focal junto da Direção-Geral do Território no âmbito do Cadastro Predial	Nomeação da Srª PCCDR	não periódica	Ordenamento do Território
5	Representante da UPDR/DEIC na Comissão de Acompanhamento do procedimento Avaliação de Impacte Ambiental do estabelecimento Aurora Lith (Autoridade AIA CCDD LVT IP)	Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro / Decreto-Lei n.º 73/2015 de 11 de maio	não periódica	Licenciamento Industrial
6	Representante da UPDR/DEIC na Comissão de Acompanhamento do procedimento Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto VOLKSWAGEN AUTOEUROPA, LDA (Autoridade AIA CCDD LVT I.P.)	Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro / Decreto-Lei n.º 73/2015 de 11 de maio	não periódica	Licenciamento Industrial

Atividades em Grupos de Trabalho / Representações 2025				
Externas				
N.º	Grupos de trabalho/representação	Enquadramento	Periodicidade (previsão)	Área de intervenção
1	Rede Nacional IMPEL (European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law)		Semestral	Fiscalização
2	Protocolo de colaboração entre a CCDR-LVT e a GNR (SEPNA)		Pontual	Fiscalização
3	Implementação do Portal iFAMA		Pontual	Fiscalização
4	GTAr - Grupo Técnico da Qualidade do Ar (coordenação APA)		não periódica	Ambiente
5	Grupo de trabalho para a Implementação da Zona de Emissões Reduzidas (ZER) na cidade de Lisboa (coordenação CML)	Despacho n.º 20763/2009, de 16 de Setembro	não periódica	Ambiente
6	Grupo de Pontos Focais das autoridades de AIA	Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro	não periódica	Ambiente
7	Participação no projeto ECOXXI enquanto júri especializado nas áreas do ruído e qualidade do ar		anual	Ambiente
8	Grupo de Trabalho NREAP		bimensal	Ambiente
9	Grupo de trabalho interdisciplinar para a qualidade do ar no município do Seixal		não periódica	Ambiente
10	Observatório Nacional dos Círculos	Decreto-Lei n.º 3/2004 de 3 de janeiro (art. 93º)	não periódica	Ambiente
11	Observatório Ambiental de Alcanena		não periódica	Ambiente
12	Grupo de Apoio à gestão do PERSU 2030	RCM n.º 30/2023 de 24/03	não periódica	Ambiente
13	Grupo de Apoio à gestão do PensaAR 2020	Despacho n.º 6747/2015 de 16/06	não periódica	Ambiente
14	Comissão de Acompanhamento da CAGER	de setembro, na redação conferida pelo Decreto-	não periódica	Ambiente
15	Comissão de Acompanhamento para a atual instalação da CARMONA em Brejos de Azeitão e nova Instalação da CARMONA no Parque da Sapac Bay		não periódica	Ambiente
16	Grupo de Trabalho do Licenciamento Único Ambiental		não periódica	Ambiente
17	Conselho da Região Hidrográfica do Alentejo	Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	não periódica	Ambiente
18	Conselho da Região Hidrográfica do Centro	Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	não periódica	Ambiente
19	Conselho da Região Hidrográfica do Tejo	Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	não periódica	Ambiente
20	Grupo de Trabalho do Sistema Nacional de Políticas e Medidas (SPeM)	RCM n.º 45/2016, de 26 de agosto	não periódica	Ambiente
21	Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva Lamas			Ambiente
22	Comissão Técnica de Acompanhamento de Reciclagem de Navios	Art.º 5º Decreto-Lei n.º 66/2020 de 14 de setembro	não periódica	Ambiente
23	Conselho Municipal de Ação Climática (CMAC) de Torres Vedras		não periódica	Ambiente
24	Grupo de Trabalho para a revisão do Despacho Conjunto n.º 626/2000		não periódica	Ambiente
25	Grupo de trabalho do Regulamento das matérias-primas críticas	Despacho n.º 8335/2024, de 25 de julho	não periódica	Ambiente
26	Grupo de trabalho do Regulamento das matérias-primas críticas	Despacho n.º 8335/2024, de 25 de julho	não periódica	Ambiente
27	Grupo de Trabalho Plano Emergência Aterros	Desp 14013-A/2024 26nov	Não periódica	Ambiente
28	Programa LIFE Projeto de Capacitação Nacional - LIFE CAP II			Ambiente
29	ECO XXI Ordenamento do Território e Ambiente Urbano	Representação da CCDR-LVT no projeto da ABAE/FeeP - secção portuguesa da Fee internacional - Associação da Bandeira Azul da Europa		Ordenamento do Território / Administração Local
30	Comissão Permanente de Apoio ao Investidor	DL 154/2013, de 5 de Novembro		Ordenamento do Território
31	Comissão Nacional do Território	RJIGT - DL 80/2015, 14/05		Ordenamento do Território
32	Comissão de Acompanhamento da Execução da PEPU (Plataforma Eletrónica de Procedimentos Urbanísticos)	Lei 50/2023, de 28/08		Ordenamento do Território
33	Revisão dos PDM	RJIGT - DL 80/2015, 14/05		Ordenamento do Território
34	GT: A Plano de Ação para a Segurança Infantil (PASI) - Fase II	European Child Safety Alliance (Eurosafes) - Alto Comissariado da Saúde		Ordenamento do Território

Externas				
N.º	Grupos de trabalho/representação	Enquadramento	Periodicidade (previsão)	Área de intervenção
35	Artigo 70.º do DL209/2008,29/10 - REAI	Artigo 70.º do DL n.º 209/2008 de 29 de outubro. SIR (Art. 11º do DL 169/2012, de		Ordenamento do Território
36	Artigo 69.º do DL214/2008,10/11 - REAP	Artigo 69.º do DL n.º 214/2008 de 10 de novembro		Ordenamento do Território
37	Conferências Decisórias no âmbito do RERAE	Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, na sua redação atual		Ordenamento do Território
38	Conselho Estratégico do Parque Natural Sintra-Cascais	Lei Orgânica do ICNF		Ambiente e Ordenamento do
39	Conselho Estratégico do Parque Natural da Arrábida	Lei Orgânica do ICNF		Ambiente e Ordenamento do
40	Conselho Estratégico da Área Protegida da Arriba Fóssil	Lei Orgânica do ICNF		Ambiente e Ordenamento do
41	Conselho Estratégico do Parque Natural da Serra de Aires e Candeeiros	Lei Orgânica do ICNF		Ambiente e Ordenamento do
42	Conselho Estratégico da Reserva Natural do Estuário do Tejo	Lei Orgânica do ICNF		Ambiente e Ordenamento do
43	Conselho Estratégico da Reserva Natural do Estuário do Sado	Lei Orgânica do ICNF		Ambiente e Ordenamento do
44	Conselho Estratégico da Reserva Natural do Paúl do Boquilobo	Lei Orgânica do ICNF		Ambiente e Ordenamento do
45	Com. de Acompanhamento e Avaliação Rede Natura 2000	Diretiva 92/43/CEE - Proposta de Lista Nacional de Sítios - PSRN 2000		Ambiente e Ordenamento do
46	Entidade Regional da Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo - ERRALVT	DL 199/2015, de 16/09, e Despacho MADRP n.º 14321/2009 de 16 de junho		Agricultura
47	Reuniões da Comissão Regional de Gestão dos Fogos Rurais	art. 18º, Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro		Ordenamento do Território em parceria com o Desenvolvimento Regional
48	Secção Permanente de estatísticas de Base Territorial do Conselho Superior de Estatística (CSE)	Regulamento do Conselho Superior de Estatística		Ordenamento do Território em parceria com o Desenvolvimento Regional
49	Reuniões G.T. para regularização de explorações de pedreiras não tituladas por licença	Art. 5º, Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12/11		Ordenamento do Território
50	Conselho Estratégico da Reserva Natural das Berlengas - Instituto da Conservação da	Despacho 36/PRES/2008 do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da		Ordenamento do Território
51	Comissão Consultiva do Programa Especial de Albufeira de Castelo de Bode	Despacho n.º 5797/2018, de 12 de junho		Ordenamento do Território
52	Rede FoodLink			Ordenamento do Território em parceria com o Desenvolvimento Regional
53	Comissão de Acompanhamento (CA) da Conta Satélite do Mar (CSM)	RCM n.º 121/2024 de 02 de setembro		Ordenamento do Território
54	Acompanhamento da elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro)	Despacho da Srª PCCDR		Ordenamento do Território
55	Comissão Técnica de apoio ao Acordo Quadro Refeições Escolares Sustentáveis	Despacho da Srª PCCDR		Ordenamento do Território em parceria com o Desenvolvimento Regional
56	Estratégia Metropolitana para a Transição Alimentar	Despacho da Srª PCCDR		Ordenamento do Território
57	Representação da CCDR-LVT no Observatório da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial", em concreto no G.T.1 As Cidades no Pós-COVID: as Mudanças e os Desafios	Indicação de representantes através do e-mail S12471-202110-OADR		Ordenamento do Território em parceria com o OADR

Externas				
N.º	Grupos de trabalho/representação	Enquadramento	Periodicidade (previsão)	Área de intervenção
58	Representação da CCDR-LVT no Observatório da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial" - GT "Os novos desafios das políticas urbanas: do planeamento comercial ao urbanismo comercial"	Despacho da Srª PCCDR		Ordenamento do Território em parceria com o OADR
59	Grupo de Trabalho Prejuízos e Custos dos incêndios AGIF	Despacho da Srª PCCDR		Serviços Jurídicos, Agricultura, Cultura e
60	Grupo de Trabalho para o acompanhamento da revisão da Tipologia de Áreas Urbanas no âmbito do Conselho Superior de estatística - INE	Despacho da Srª PCCDR		Ordenamento do Território
61	Reuniões de Coordenação Jurídica	Despachos internos	semestral	Jurídica
62	Reuniões SATAPOCAL	Despachos internos	Variável	Administração local
63	Plataformas Supraconcelhias da Segurança Social - Grande Lisboa e Oeste, Península de Setúbal, Médio Tejo	Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho		Desenvolvimento Regional
64	Conselho Consultivo do IEFP,IP	Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho		Desenvolvimento Regional
65	Grupo de Acompanhamento do Plano Turismo +Sustentável 2020-2023	Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro		Desenvolvimento Regional
66	Comissão Regional do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais	Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro		Desenvolvimento Regional
67	Participação no Conselho Regional da Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril	Decreto-Lei n.º 101/2019 de 14 de agosto		Desenvolvimento Regional
68	Participação no projeto GeoFoodPlanning: desenvolvimento colaborativo de um Sistema Espacial de Apoio à Decisão para o planeamento de sistemas agroalimentares sustentáveis	Parceria com o IGOT e ISA	variavel	Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
69	Operação Comunidades Desfavorecidas - AML	AML PRR		Desenvolvimento Regional
70	Comissão Técnica de Apoio ao Acordo Quadro Refeições Escolares Sustentáveis	AML		Desenvolvimento Regional e Ordenamento do
71	Roteiros Capacitação 2030	AML		Desenvolvimento Regional
72	Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP)	Despacho 7109-A/2021, de 16 de julho		UPDR em parceria com UOT
73	Acompanhamento do PRR, enquanto Beneficiário Intermediário dos investimentos	PRR - EMRP		Desenvolvimento Regional
74	Grupo de Ação Local do Plano de Ação Local para a Economia Circular do Município de	Lisboa E-Nova		Desenvolvimento Regional
75	Conselho Consultivo da Hubs4Circularity Community of Practice	ISQ		Desenvolvimento Regional
76	Conselhos Municipais de Educação	DL n.º 21/2019, de 30 de Janeiro		Desenvolvimento Regional, em articulação com os Vice-presidentes
77	Grupo de Trabalho para a Avaliação e Implementação de Medidas e Ações tendo em vista a Dinamização da Atividade Termal	Despacho nº 8681/2023 SET, SECS, SEPS, SEEC,S EDR		Desenvolvimento Regional
78	Grupo de Trabalho para a Estratégia Nacional para a Conectividade Digital	RCM 139/2022		Desenvolvimento Regional
79	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Regional	MCT		Desenvolvimento Regional
80	Grupo de Trabalho para a Simplificação e Agilização da Participação dos Municípios em Autoconsumo Coletivo e Comunidades de Energia Renovável	Despacho nº 1088/2023 da MCT e SEEC		Desenvolvimento Regional
81	Comissões Flexíveis do Fórum Intersetorial do PNPOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território)	Acompanhar, monitorizar e avaliar a execução do PNPOT e a elaboração do REOT (Relatório do Estado do Ordenamento do Território); contribuir para a produção de informação e de conhecimento.		Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
82	ICN2 Iniciativa Nacional das Cidades Circulares	Garantir apoio técnico, científico e financeiro aos municípios que integrem Redes de Cidades Circulares em torno temas prioritários.		Desenvolvimento Regional

Externas				
N.º	Grupos de trabalho/representação	Enquadramento	Periodicidade (previsão)	Área de intervenção
83	Grupo de Trabalho Valorização e Salvaguarda de Dieta Mediterrânica	Organizado pela DRAP - LVT (Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo)		Desenvolvimento Regional
84	Comissão Temática Desenvolvimento Urbano Sustentável (CT DUS), no quadro do Fórum Intersectorial do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT)	Território (DGT) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros 48/2020, de 24 de junho. Engloba o Programa URBACT IV e a Iniciativa Urbana Europeia (IUE)		Desenvolvimento Regional
85	Grupo de Pontos Focais da CTE (Cooperação Territorial Europeia)	Criado pela SEVI (Secretaria de Estado da Valorização do Interior)		Desenvolvimento Regional
86	FoodLink	A CCDR-LVT coordena esta Rede em conjunto com a AML (Área Metropolitana de Lisboa) e o ICS (Instituto de Ciências Sociais)		Desenvolvimento Regional
87	Rede Regional de Cooperação para os ODS	Relatório Nacional Voluntário (RNV)		Desenvolvimento Regional
88	Grupo de Trabalho Programa Escolas - Empréstimo BEI	RCM nº 38/2024, de 4 março		Desenvolvimento Regional
89	Comité de Acompanhamento Técnico do Fundo para a Segurança Interna e do Instrumento de Gestão de Fronteiras e Vistos	RCM nº 66/2023, de 4 julho		Desenvolvimento Regional / AG PRL2030
90	Participação no Projeto SMARTDEC	Parceiro Associado		Desenvolvimento Regional
91	Participação no Projeto de Cooperação Europeia Alerta PFAS	Parceiro Associado		Desenvolvimento Regional
92	CPAI - Comissão Permanente de Apoio ao Investimento	Representação da CCDR LVT IP na Comissão		Desenvolvimento Regional
93	Rede de Cooperação para a Inovação no Domínio RIS3 da Saúde			Desenvolvimento Regional
94	Rede das Dinâmicas Regionais 2030	Modelo Governação PT 2030		Desenvolvimento Regional / ODR
95	EIP_AHA - Parceria de Cooperação para o Envelhecimento Ativo e Saudável	UNova no âmbito da Parceria Europeia de Inovação para o Envelhecimento Ativo e		Desenvolvimento Regional
96	Rede Regional de Cooperação para os ODS	Relatório Nacional Voluntário (RNV)		Desenvolvimento Regional
97	Comissão de Acompanhamento da “Agenda + Comércio 2030”	RCM nº13/2024		Desenvolvimento Regional
98	Grupo de Trabalho da Iniciativa “Selo de Qualidade e+” - Enquadramento: Grupo criado pela ERSE, em que participam a DGEG, o IAPMEI, a Rede Elétrica Nacional, a E-REDES, e a AICEP Global Parques, para desenvolver o conceito associado à Iniciativa “Selo de Qualidade e+”			Desenvolvimento Regional
99	Grupo de Trabalho “SME Greening and Green Entrepreneurship” – Enquadramento: Projeto “Strengthening Portugal’s policy frameworks to stimulate the greening of Small and Medium-sized Enterprises (SME) and green entrepreneurship and to support start-ups and scale-ups in industrial ecosystems through incubation and acceleration”, aprovado no âmbito do Instrumento de Assistência Técnica 2023 da Comissão Europeia, e que é implementado pela OCDE em colaboração com a Direção-Geral das Atividades Económicas			Desenvolvimento Regional
100	Participação no acompanhamento do ITI Redes Urbanas e ITI AML	PR Lisboa 2030		PRL e Desenvolvimento Regional
101	Conselho Consultivo do Património Cultural, Instituto Público	Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro		Cultura
102	Conselho Consultivo da Museus e Monumentos de Portugal, Entidade Pública Empresarial	Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro		Cultura
103	Rede Prescrição Social Portugal			Cultura
104	Rede Nacional do Património Cultural Imaterial	Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro		Cultura
105	Comissão Técnica de Acompanhamento Diretiva Nitratos	Diretiva Nitratos	Por convocatória (6/ano)	UAL + UFCT/DCAP
106	Grupo de Trabalho Lamas Diretiva Lamas	Diretiva Lamas	Por convocatória	Licenciamento
107	Grupo de Trabalho do Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária	NREAP	Por convocatória (8/ano)	Licenciamento

Externas				
N.º	Grupos de trabalho/representação	Enquadramento	Periodicidade (previsão)	Área de intervenção
108	Comissão Consultiva Setorial do PEPAC		Por convocatória	Investimento
109	Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca	Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca.	Anual	Agricultura
110	Comissão de Acompanhamento do Sistema de Seguros Agrícolas	Decreto-Lei n.º 162/2015; Despacho n.º 12043/2015	Anual	Investimento
111	Grupo de Trabalho - Programas Operacionais		Por convocatória	Investimento
112	Grupo de Trabalho – Organizações de Produtores		Por convocatória	Agricultura
113	Comissões de Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais	DL n.º 82/2021, de 13 de Outubro	Trimestral	Ordenamento
114	Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais de LVT		Por convocatória	Ordenamento
115	Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais de LT		Por convocatória	Ordenamento
116	Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do MT		Por convocatória	Ordenamento
117	Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais da AML		Por convocatória	Ordenamento
118	Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Oeste		Por convocatória	Ordenamento
119	Grupo de trabalho para Modelo de Avaliação Cadastral Simplificado de Prédios Rústicos	Despacho n.º 2974/2017 – Diário da República n.º 71/2017, Série II de 2017-04-10	Por convocatória	Ordenamento
120	Comissão de acompanhamento do estudo 'Valorização dos recursos hídricos para a agricultura no Vale do Tejo e Oeste'		Por convocatória	Agricultura
121	Observatório Ambiental de Alcanena		Por convocatória	Agricultura
122	Centro de Competências de Caprinicultura		Por convocatória	Agricultura
123	Grupo de Trabalho de Águas-Ruças		Por convocatória	Agricultura
124	Comissão Consultiva do Setor dos Cereais	Despacho Normativo 37/85, de 15 de Maio	Por convocatória	Agricultura
125	Ponto focal da Rede Nacional da PAC na região LVT	Decreto-Lei 69/2010 ; Portaria N.º 212/2015, de 17 de julho	Por convocatória	Desenvolvimento Rural
126	Observatório Nacional da Produção Biológica	Despacho nº 9093/2017	Por convocatória	Agricultura
127	Comissão Nacional da RICA	Regulamento (CE) 1217/2009; Regulamento de Execução (UE) 1975/2019	Por convocatória	Agricultura
128	Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa (Foodlink)	ESTRATÉGIA REGIONAL LISBOA <ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) • Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 – Terra Futura • Estratégia Nacional (e Plano de Ação) para o Mar 2021-2030 • Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas • Estratégia Regional Lisboa 2030 • Estratégia Regional de Especialização Inteligente 2030 (RIS3 2030) 	Por convocatória	Desenvolvimento Rural
129	Comissões Consultivas para a elaboração, alteração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território nos 52 municípios da região LVT	Portaria n.º 277/2015, de 10 de Setembro	Por convocatória	Ordenamento
130	Comissões Consultivas para a elaboração, alteração e revisão dos Programas Regionais e Programas Especiais de Ordenamento do Território na região da LVT	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio; Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio	Por convocatória	Ordenamento
131	Comissão de Acompanhamento no Âmbito do Protocolo de Delegação de Tarefas (Ajudas diretas e parcelário)		Por convocatória	Ordenamento
132	Membro da Autoridade de Gestão e do Comité de Acompanhamento do PEPAContinente		Por convocatória	Investimento
133	Comité de acompanhamento do Mar2030		Por convocatória	Investimento
134	Comissão de Avaliação para Avaliações de Impacto Ambiental		Por convocatória	Ordenamento
135	Associado cooperante da Tapada Nacional de Mafra – Presidência Conselho de Fiscal		Por convocatória (4 trimestrais + 2 anuais)	Administração
136	Parceria Portuguesa para o Solo		Por convocatória	Agricultura
137	Representação da CDDR na RDR Rede das Dinâmicas Regionais e em eventos similares	Rede, criada pelo Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro (artigo 61.º) no âmbito do modelo de governação do Portugal 2020 (PT2020), viu o seu mandato renovado e alargado pelo Decreto-Lei n.º 5/2023 de 25 de janeiro, para o período de programação do Portugal 2030 (PT2030), que decorre entre 2021 e 2027 - Nomeação pela Srª Presidente	Semestral	ODR
138	Representação Comité de Acompanhamento, do Programa de Assistência Técnica 2030	Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, é instituído um comité de acompanhamento para cada programa, cuja composição foi fixada pelo Despacho nº 2789-B/2023, de 27 de fevereiro, da Ministra da Presidência - Nomeação pela Srª Presidente Membro Suplente (c/direito a voto) – CDDR Drª Helena Tavares	Semestral	ODR e AG
139	Representação da CDDR na ENEI2030 - Estratégia de Especialização Inteligente	A Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENI) foi aprovada em junho de 2022	Semestral	ODR e PRL2030
138	Estrutura de Acompanhamento ENEAPAI	Efluentes Pecuários	Por convocatória	Licenciamento

Atividades em Grupos de Trabalho / Representações 2025				
Internacionais				
N.º	Grupos de trabalho/representação	Enquadramento	Periodicidade (previsão)	Área de intervenção
1	Programa CTE INTERREG EUROPE	A CCDR LVT, I.P. integra a representação Nacional nos Comitês de acompanhamento e programação do Programa		Desenvolvimento Regional
2	Programa CTE INTERREG EUROPE	A CCDR LVT, I.P. é Ponto Focal Nacional		Desenvolvimento Regional
3	Programa CTE ESPON (European Territorial Observatory Network)	A CCDR LVT, I.P. é ponto focal Regional colaborando com a DGT (Direção -Geral do Território) no contexto ESPON		Desenvolvimento Regional
4	CRPM - Conferência Regiões Periféricas Marítimas da Europa	Associados. Fundada em Junho 1973 agrupa 160 Regiões de 28 Países e representa cerca de 200 milhões de habitantes		Desenvolvimento Regional
5	CAA (Comissão do Arco Atlântico da CRPM)	Decisão de criação da CAA em Assembleia Geral da CRPM realizada em Faro em 1989 tendo nessa altura aderido todas as Regiões Portuguesas. A CCDR-LVT é a 1ª Vice Presidente da CAA pelo 2º mandato (2022-24)		Desenvolvimento Regional
6	CRPM/CAA (Comissão do Arco Atlântico)	Coordenação do Grupo de Trabalho Inovação		Desenvolvimento Regional

V. AFETAÇÃO DE RECURSOS 2025

1. HUMANOS

O total de 442 colaboradores/as previstos no Mapa de Pessoal 2025 (ANEXO C), aprovado em 14/08/2024, encontra-se distribuído por grupos profissionais conforme quadro em abaixo.

Grupo/Cargo/Carreira	Total
Dirigente Superior (i)	11
Dirigente Intermédio (ii)	36
Técnico Superior	266
Assistente Técnico (iii)	100
Assistente Operacional	16
Informático	13
TOTAL	442

(i) inclui 4 secretários técnicos, 2 vogais (executivo e não executivo) do PRLisboa 2030

(ii) Inclui 2 Coordenadores de Núcleo

(iii) inclui 1 carreira não revista de vigilantes da natureza (6 trabalhadores/as)

Destaca-se que na sequência da conversão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo em instituto público, operada pelo Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, e da reafecção de pessoal operada igualmente por força daquele normativo legal, o número global de postos de trabalho propostos para o Mapa de Pessoal 2025, resulta dos postos já aprovados para a CCDR LVT I.P. e dos decorrentes da reafecção de trabalhadores das áreas de atividades e serviços que transitaram para esta CCDR, nomeadamente da cultura, educação, conservação da natureza e cadastro, da agricultura, pescas e economia.

Dado que a missão da CCDR LVT, I.P. é bastante abrangente, os seus recursos humanos são qualificados e especializados em diversas áreas, o que se reflete na representatividade da categoria dos técnicos superiores prevista no Mapa de Pessoal, de cerca de 60% do total dos trabalhadores.

O total de postos de trabalho propostos para o ano de 2025 é imprescindível ao cumprimento da atual missão e atribuições desta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e Vale do Tejo, I.P. e corresponde às necessidades efetivas dos serviços rigorosamente analisadas. Contempla as necessidades de pessoal da CCDR LVT, I.P., mas também da Estrutura de Missão do Programa Regional Lisboa 2030 (PRL 2030), do Centro Qualifica AP da CCDR LVT, I.P. (CCDR LVT, I.P. - Beneficiário Final) e dos projetos PRR.

É, ainda, de referir que a CCDD LVT, I.P. tem 61 trabalhadores/as a exercerem funções noutras entidades, quer em cargos dirigentes, em cedência de interesse público em Gabinetes Ministeriais e em mobilidade, detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado com esta Comissão de Coordenação e que poderão regressar à CCDD LVT, I.P..

Relativamente aos recursos humanos planeados, a CCDD LVT, I.P. continuará a desencadear as devidas diligências por recurso aos mecanismos de recrutamento e mobilidade previstos para a Administração Pública.

RECURSOS HUMANOS 2025								Dias úteis até 31/03/2025	63	Dias úteis de 2025	226
DESIGNAÇÃO	Pontuação (Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços)	Pontuação efetivos para 2025			Planeados			Pontuação efetivos Executados em 2025	Desvio (em n.º)	Pontuação Executada / Pontuação Planeada	UERHE / UERHP
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação Planeada		N.º de efetivos a 31 de mar	UERHE	Pontuação Executada			
Dirigentes - Direção Superior	20	11	2486	220		0	0	11	0%	0%	
Dirigentes - Direção Intermédia e Coordenadores de Núcleo	16	36	8136	576		0	0	36	0%	0%	
Técnico Superior	12	266	60116	3192		0	0	266	0%	0%	
Especialistas de Informática	12	3	678	36		0	0	3	0%	0%	
Coordenador Técnico	9	1	226	9		0	0	1	0%	0%	
Técnicos de Informática e Técnico de Informática adjunto	8	10	2260	80		0	0	10	0%	0%	
Assistente Técnico	8	99	22374	792		0	0	99	0%	0%	
Assistente Operacional	5	16	3616	80		0	0	16	0%	0%	
Total		442	99 892	4 985	0	0	0	442	0%	0%	

2. FINANCEIROS

O orçamento da CCDD LVT, I.P. foi elaborado com respeito pelos princípios orçamentais e pelos normativos contabilísticos geralmente aceites, de acordo com a Lei de Enquadramento Orçamental e as instruções de preparação do Orçamento do Estado para 2025 (circular série A nº 1410 de 26 de julho de 2024).

A CCDD LVT, I.P. dispõe das dotações de Receitas de Impostos (Orçamento de Estado) que lhe são atribuídas pelo Ministério da Coesão Territorial ao nível do Orçamento de Atividades e de Investimento. Adicionalmente dispõe das Receitas Próprias, que arrecada durante o ano económico.

ORÇAMENTO DA RECEITA

O orçamento proposto para 2025, no que respeita à componente da receita, ascende a € 80.449.449, com a seguinte afetação ao Orçamento de Funcionamento, Investimento e Plano de Recuperação e Resiliência:

Funcionamento: € 24.113.362

Investimento: € 7.329.183

PRR: € 49.006.904

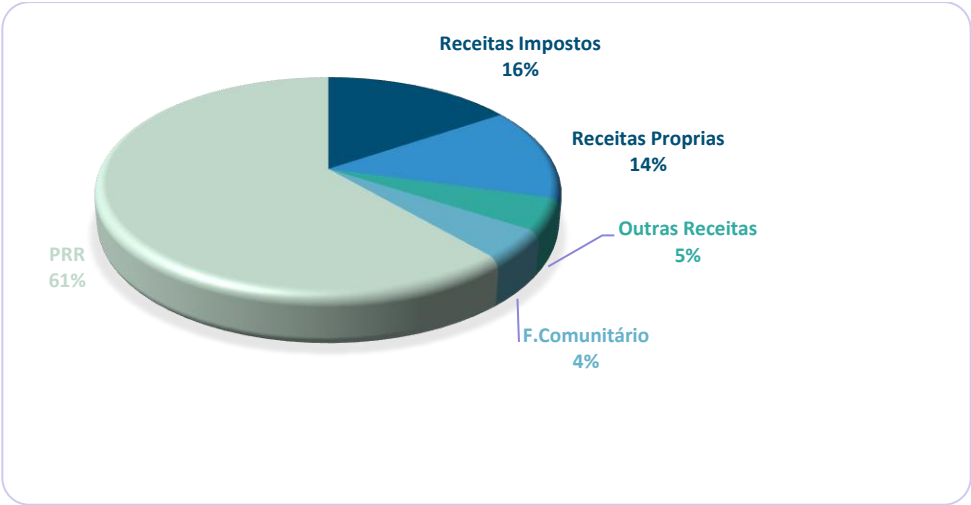
Em termos do seu orçamento global, a CCDDR LVT, I.P. dispõe da dotação atribuída via Orçamento de Estado (Fonte de Financiamento 311) e de Receitas Próprias ou autofinanciamento (Fonte de Financiamento 513) resultantes de cobrança de taxas sobre licenciamentos de operações de resíduos cobradas pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. da receita cobrada pela CCDDR LVT I.P., (pareceres em matérias de desenvolvimento agroalimentar e licenciamento, de desenvolvimento rural e outros serviços prestados no âmbito das competências) e da Receita Comunitária.

O Quadro 1 apresenta os valores das receitas globais, constantes na proposta de orçamento para o ano económico de 2025, repartidas pelas componentes Funcionamento, Investimento e Plano de Recuperação e Resiliência nas respetivas Fontes de Financiamento e áreas transferidas.

QUADRO I
ESTRUTURA DO ORÇAMENTO PARA 2025 - RECEITA
(Unid: Euro)

Fontes de Financiamento	Funcionamento	Investimento	PRR	Total	Taxa
Receitas Impostos	11 802 533	755 325		12 557 858	15,6%
Receitas Proprias	8 146 545	2 855 201		11 001 746	13,7%
Transferencias no AP	1 387 050	2 476 451		3 863 501	4,8%
FEDER		263 006		263 006	0,3%
FEOGA	2 367 016			2 367 016	2,9%
FSE		979 200		979 200	1,2%
Outros Fundos	410 218		49 006 904	49 417 122	61,4%
Total Orçamento	24 113 362	7 329 183	49 006 904	80 449 449	100,0%

Estrutura da Receita



✓ **Orçamento de atividades - Funcionamento**

As Receitas de Impostos, afetas à atividade Funcionamento, financiam exclusivamente 16% do orçamento de global de funcionamento, e sendo quase a totalidade afeta ao pagamento dos encargos com o pessoal, sendo o diferencial suportado pelas Receitas Próprias e outras receitas.

A Taxa de Gestão de Resíduos continua a ter peso substancial do valor global inscrito na componente de Receitas Próprias no Orçamento de Funcionamento. A sua inscrição foi efetuada de acordo com a informação transmitida pela Agência Portuguesa do Ambiente I.P., sendo esta a entidade que procede à liquidação da receita e à sua transferência para as CCDR.

Os projetos de Assistência Técnica no âmbito do MAR e PDR, estão inscritos no orçamento de atividades e representam, aproximadamente, 3% (componente nacional) e 12% (componente comunitária) do orçamento global de atividades.

✓ **Investimento**

As Receitas de Impostos afetas ao Investimento, foi apenas inscrita no projeto, Assistência Técnica ao Programa Operacional Lisboa 2030, e que suporta os encargos com os vencimentos do pessoal afeto àquela Estrutura, e corresponde a 14% do orçamento de global do investimento, sendo o diferencial suportado pelas Receitas Próprias e FSE.

Foi inscrita Receita Própria no âmbito da Taxa de Gestão de Resíduos (53%), FEDER (2,5%) e FSE (30,5%) para suportar as restantes despesas de todos os projetos inscritos.

✓ **Plano de Recuperação e Resiliência**

Foi inscrito no orçamento a receita de outros fundos, relativamente aos investimentos a realizar no PRR no âmbito nas seguintes componentes:

- RE-C07-i01 – Áreas de Acolhimento Empresarial de Nova Geração (PRR - Componente C07 – Infraestruturas)
- RE – C07-i04.02 – “Áreas de Acolhimento Empresarial” (AAE) Acessibilidades Rodoviárias: EN 10-4 Setúbal/Mitrena e Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras.
- RE- C06-i09.03 - Escolas novas ou renovadas - CCDR LVT.
- TD-C19-i07.01 Capacitação da AP – designado Programa Qualifica AP – Centro Qualifica AP para a Administração Central e Local 2021-2026.
- Polo de Inovação para a Conversão e valorização da Diversidade da Videira – Pegões
- SNM XYLELLAT – Sistema Nacional de Monitorização de Insetos Vetores da XYLELLA Fastidiosa

A CCDR é um organismo intermediário para as componentes RE-C07-i01, RE-C07-i04.02, e REC19-i09.03, para as restantes componentes é um organismo final.

ORÇAMENTO DA DESPESA

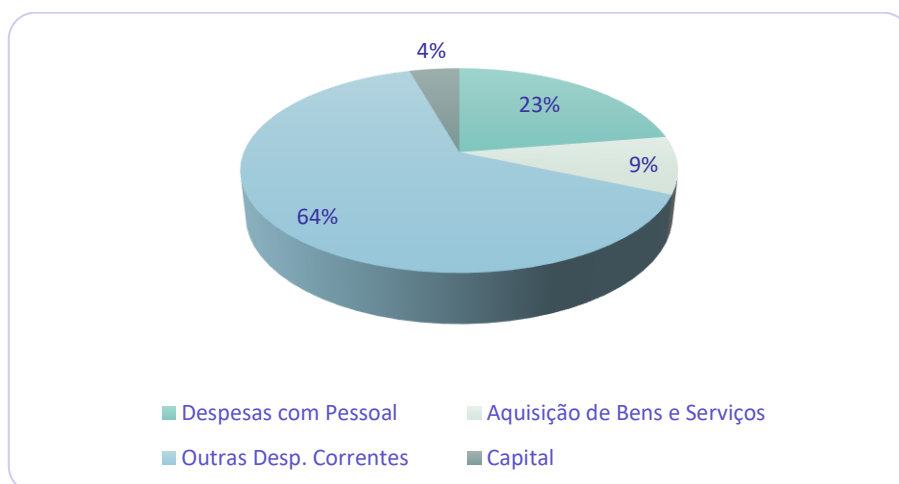
No Quadro seguinte apresenta-se a proposta de despesa para o ano de 2025, repartida pelas fontes de financiamento e agrupamentos económicos referentes à atividade de Funcionamento, Orçamento de Investimento e PRR:

Quadro 2
Orçamento de Despesa - 2025

(Unid:euros)

Fontes de Financiamento	Receitas Impostos	Receita Próprias	Transferencias AP	Receitas Comunitárias	Outras Receitas	Total
Encargo com o Pessoal	11 031 124	3 781 292	437 961	1 139 221	315 326	16 704 924
Aquisição de Bens e Serviços	585 674	3 197 588	139 274	418 551	49 734	4 390 821
Outras despesas (inclui reserva)		380 424				380 424
Despesas de capita	185 735	787 241	809 815	809 244	45 158	2 637 193
Total Orçamento Func. (1)	11 802 533	8 146 545	1 387 050	2 367 016	410 218	24 113 362
Encargos com o Pessoal	685 189			456 793		1 141 982
Aquisição de Bens e Serviços	70 136	1 998 232		626 434		2 694 802
Outras despesas		555 000				555 000
Despesas de capital		301 969		158 979		460 948
Total Orçamento Invest. (2)	755 325	2 855 201	0	1 242 206	0	4 852 732
Encargos com o Pessoal					217 429	217 429
Aquisição de Bens e Serviços			18 450		210 071	228 521
Outras despesas correntes			2 413 761		48 200 348	50 614 109
Despesas de capital			44 240		379 056	423 296
Total Orçamento PRR (3)	0	0	2 476 451	0	49 006 904	51 483 355
TOTAL Global	12 557 858	11 001 746	3 863 501	3 609 222	49 417 122	80 449 449

Estrutura da Despesa



As despesas com pessoal representam 23% do total das despesas do orçamento, sendo que 65% são suportadas por Receitas de Impostos, 21% por Receitas Próprias e 4%,9% e 1% de Outras Receitas, Receitas Comunitárias e PRR.

Quanto ao agrupamento de Aquisição de Bens e Serviços pretende-se manter a linha de contenção orçamental que tem sido adotada nos últimos anos, representando 9% do orçamento global. Estas despesas são suportadas por Receita de Impostos em 9%, receita própria em 71%, e 3%, Outras Receitas, 14% Receita comunitária e em 3% PRR.

A verba inscrita no agrupamento de Outras Despesas Correntes, representa 64% do orçamento global. Sendo que 98% das despesas são suportadas pelas verbas do PRR, e apenas 2% por Receita Própria.

As despesas de Capital, correspondem a 4% do orçamento global, sendo suportadas em 5% de Receita de Impostos, 31% por Receita Própria, 24% por Outras Receitas, 27% de Receita Comunitária e 13% por PRR.

No Quadro infra apresenta-se a proposta para o ano de 2025 repartida pelos projetos e fontes de financiamento, que preveem ações de carácter específico relacionadas com o desenvolvimento das atribuições da CCDR LVT, I.P., designadamente, em matérias da assistência técnica ao PR Lisboa, do ambiente, do desenvolvimento regional e da cooperação, cultura e no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Como referido anteriormente, a dotação atribuída pela Tutela, foi afeta o montante de € 735.325, apenas ao projeto da Assistência Técnica ao Programa Operacional de Lisboa 2014-2020. As necessidades globais para a componente nacional dos projetos inscritos estimam-se em € 3.610.526, pelo que a dotação atribuída é manifestamente insuficiente. Assim, houve necessidade de inscrever em Receitas Próprias o montante de € 2.855.201, condicionado à efetiva cobrança do valor global inscrito.

RECURSOS FINANCEIROS 2025		
DESIGNAÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Corrigida
Orçamento de Funcionamento (OF)	24 113 362,00 €	24 113 362,00 €
Despesas c/ Pessoal	16 704 924,00 €	16 704 924,00 €
Aquisições de Bens e Serviços	4 390 821,00 €	4 390 821,00 €
Outras despesas correntes	380 424,00 €	380 424,00 €
Despesas de Capital	2 637 193,00 €	2 637 193,00 €
Orçamento de Investimento (OI)	56 336 087,00 €	56 336 087,00 €
Despesas c/ Pessoal	1 359 411,00 €	1 359 411,00 €
Aquisições de Bens e Serviços	2 923 323,00 €	2 923 323,00 €
Outras despesas correntes	51 169 109,00 €	51 169 109,00 €
Despesas de Capital	884 244,00 €	884 244,00 €
Outras despesas		
Total (OF+OI+OD)	80 449 449,00 €	80 449 449,00 €

Quadro 3

Orçamento de investimento

CÓD	DESIGNAÇÃO	Receita de Impostos	Transferencias AP	Receita Propria	Fonte Comunitária	Total
4840	Monitorização Ambiental - Ar, Ambiente sonoro			171 000		171 000
9260	Promoção, Cooperação, Internacionalização e valorização Territorial da RLVT			110 000		110 000
13217	AT PORL 20230	755 325		713 475	979 200	2 448 000
14471	Avaliação da Qualidade do AR			344 645	229 763	574 408
14476	PROT -Novo			300 000		300 000
15503	PRAC - Plano Regional da Ação Climática LVT			36 000		36 000
15504	Comunicação Foodlink, PRAC, PROTLOVT			24 000		24 000
15505	Estudos para Avaliação -solo contaminado escavado			300 000		300 000
15506	LAAG - Lighthouse Atlantic Area Governance			11 081	33 243	44 324
15507	Sistema Integrado para a Coordenação do Licenciamento Industrial da CCDD LVT IP – SICLI LVT			300 000		300 000
15508	LVT+Cultura			500 000		500 000
15509	Plano Regional de Estudo e Salvaguarda do Património Cultural RLVT			20 000		20 000
15510	Conservação e Divulgação das coleções de arqueologia da Lezíria			10 000		10 000
15511	LVT Radar			10 000		10 000
15512	LVT Aproxima			5 000		5 000
		755 325		2 855 201	1 242 206	4 852 732

Plano de Recuperação e Resiliência

12893	TD-C19-i07.01 Capacitação da AP – designado Programa Qualifica AP -Centro Qualifica				372 000	372 000
12852	C07-i04.02 Area de Acolhimento Empresarial Acessibilidades Rodoviárias En10 e A8		2 413 761			2 413 761
12905	C07-i01.03 - Areas de Acolhimento Empresarial de Nova Geração				3 865 277	3 865 277
13274	Polo de Inovação para a Conversão e valorização da Diversidade da Videira – Pegões		62 690		426 238	488 928
14698	SNM XYLELLAT – Sistema Nacional de Monitorização de Insetos Vetores da XYLELLA Fastidiosa - Agri-Plast				8 318	8 318
15343	C06-i09.03 - Escolas novas ou renovadas				44 335 071	44 335 071
Total		0	2 476 451	0	49 006 904	51 483 355

3. PATRIMONIAIS

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Com a nova orgânica da CCDR LVT IP, decorrente do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio e Portaria n.º 404/2023, de 5 de dezembro, a Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento e Gestão Patrimonial (DCPAGP), integrada na Unidade de Gestão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos (UGAFRH) criada em maio de 2024, teve o desafio hercúleo de assegurar os procedimentos de contratação solicitados por: 11 unidades orgânicas, 23 divisões e 2 núcleos, em áreas e competências até então inexistentes.

Esta nova orgânica tem impacto na contratação, ao nível dos contratos correntes: comunicações fixas e móveis, limpeza, manutenção de edifícios, entre outros. Na medida em que requer um levantamento de necessidades por 19 instalações, dispersas por 12 locais, exigindo ainda uma nova avaliação das necessidades de comunicações móveis ajustado aos recursos humanos e funcionalidades como: barragens, monitorização do ar, entre outros.

Ao nível da infraestrutura informática, hardware, software, licenciamentos, foi igualmente necessário redimensionar a contratação para a atual dimensão da CCDR.

Outra área cuja dimensão ultrapassou largamente o universo, até então existente, prende-se com a frota que passou de 15 para 65 viaturas, nos seus diferentes regimes, viaturas próprias, em RaC, AOV, para abatimento, inoperacionais, afeta a diferentes unidades orgânicas, em todo o território da jurisdição da CCDR, que inclui os 52 concelhos.

Para além das contratações correntes que foram redimensionadas, surgiu uma nova vertente, complexa, morosa e tecnicamente desafiante relacionada com as empreitadas recebidas da área da agricultura e pescas.

Em 2025, sem prejuízo de se dar continuidade aos contratos em que a CCDR LVT sucedeu e que ainda estão em vigor, importa conseguir assegurar o maior número de contratos agregados ajustados à atual orgânica da CCDR.

O planeamento de necessidades materiais de bens e serviços para o ano 2025 consubstancia o ANEXO E.

PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

No que respeita à gestão do património Imobiliário, o impacto na gestão dos imóveis em que a CCDR LVT I.P. sucedeu, exige repensar esta divisão em termos de recursos humanos, sob pena de não ser possível assegurar a gestão do vasto património recebido da ex-DRAP e, que não se reduz à mera manutenção de instalações afetas a serviços ou arquivos, no total de 19, mas também à exploração de arrendamentos rurais (11) e edifícios, vários, que importa assegurar o destino e utilização dos mesmos.

FROTA

A gestão da frota é, atualmente, logisticamente complexa pela sua dimensão e dispersão geográfica: Lisboa, Santarém (em 4 localizações), Torres Novas, Caldas da Rainha, Abrantes, Tomar, Montijo, Setúbal, Vila Franca de Xira e é composta por 61 viaturas, 53 em regime de propriedade, 2 cedidas pelo IFAP, 5 em regime de AOV e 1 pendente de abate. Das 61 viaturas, 8 encontram-se em situação de total inoperacionalidade.

A gestão da frota implica não só os procedimentos de contratação como a gestão dos demais serviços associados: cartões de gasóleo, portagem, seguros, faturação a afetar a diferentes fontes de financiamento, reparações, inspeções, manutenção, multas, controlo de kms, bem como todas as obrigações de reporte à eSPap, para além da gestão diária de afetação das mesmas aos diferentes serviços, o que irá exigir o reforço de recursos humanos.

4. APLICAÇÕES INFORMÁTICAS

SINGAP	Aplicações de gestão de processos das áreas financeira, patrimonial e de recursos humanos.
GesPatrimónio	
GesFaturação	
GesBancos	
Analizador SAFT	
SGR	Aplicações para gestão e recolha de assiduidade.
Sisqual Ponto	
GesPonto	Aplicações informática para gestão de inventário e afetação de equipamentos informáticos.
siGAI	
AGI – Administração e Gestão de Parque Informático	Aplicação informática para gestão de suporte informático.
siHelpdesk	
SiID	Aplicação para gestão de indicadores de desempenho.
GesQuar	
Canal de Denúncia	Aplicação para tratamento de dados pessoais de trabalhadores e utentes.
GesArquivo	Aplicação para gestão de arquivo físico.
GesContactos	Aplicação para gestão de contactos institucionais e da área de comunicação.
GesLicenciamento	Aplicação para monitorização dos processos REAP 1 e 2.
GesMar	Aplicação para controlo interno da plataforma MAR2020 e iDIGITAL.
GASOLEO	Plataforma de apoio às candidaturas de GASOLEO (GCM).
Filedoc	Aplicação informática de gestão documental e gestão de processos.
GFIDOC - Simpleflow	
SIG	Sistema de informação para recolha e disponibilização de informação georreferenciada.
siOADRL	Sistema de indicadores do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais de Lisboa.

Intranet	Plataforma de colaboração e de disponibilização de informação aos colaboradores internos.
SIRJUE	Sistema de Informação de Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
SI Lisboa 2020-2030	Gestão do Lisboa 2030 - O Programa Lisboa 2030 destina-se a promover a competitividade da economia, a sustentabilidade ambiental e a valorização do território e das pessoas na região.
SIR	O Sistema de Indústria Responsável (SIR) estabelece os procedimentos necessários ao licenciamento dos estabelecimentos industriais e de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER), bem como ao processo de acreditação de entidades no âmbito deste licenciamento.
Endovélico e Ulisses	Sistema de Informação de Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
ATMIS	Gestão do Lisboa 2030 - O Programa Lisboa 2030 destina-se a promover a competitividade da economia, a sustentabilidade ambiental e a valorização do território e das pessoas na região.

VII. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Prevê-se a divulgação dos projetos aprovados na imprensa local, regional ou nacional de acordo com o artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

VIII. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

Considerando o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro que criou o MENAC – Mecanismo Nacional Anticorrupção e aprovou o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPD), as entidades devem dispor de um Programa de Cumprimento Normativo (PCN) prevendo determinados instrumentos e medidas de promoção da prevenção e despiste de conflitos de interesses e atos de corrupção e infrações conexas. Incluído no PCN da CCDR LVT, I.P. disponibiliza-se a versão do Código de Ética da CCDR LVT, I.P. (versão de novembro de 2023 – ANEXO F).

IX. ASSÉDIO NO LOCAL DE TRABALHO

No âmbito da sua Missão, a CCDR LVT, I.P., os/as seus/suas trabalhadores/as e dirigentes devem pautar-se, entre outros, pelos princípios do rigor e da transparência, da legalidade, da não discriminação e da boa-fé, e pelo cumprimento de uma política de tolerância zero relativamente a práticas de assédio moral ou sexual, por forma a manter a credibilidade e o prestígio da instituição, conferindo a todos/as uma responsabilidade acrescida no que respeita à sua conduta.

Assim, considerando:

- A Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, que veio reforçar o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à alteração do Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º

7/2009, de 12 de fevereiro, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro,

- b) O estatuído na alínea K) do número 1 do artigo 71.º da LTFP que determina: “Adotar códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho e instaurar procedimento disciplinar sempre que tiver conhecimento de alegadas situações de assédio no trabalho”,
- c) O compromisso público da defesa dos valores da não discriminação e combate ao assédio no trabalho,
- d) Ser inaceitável a existência de comportamentos indesejáveis por parte, quer de dirigentes, quer de qualquer trabalhador/a ou colaborador/a ou de terceiros que afetem a dignidade dos indivíduos, designadamente, no âmbito laboral,
- e) Que importa evitar que esses comportamentos de assédio possam ser, explícita ou implicitamente, utilizados como fundamento de decisões que afetem o o/a trabalhador/a, designadamente, no que concerne ao acesso ao emprego, à formação profissional, à sua promoção ou a quaisquer outras decisões relativas ao trabalho,
- f) Que tais comportamentos são passíveis de criar um ambiente intimidador, hostil ou humilhante para a pessoa a que se dirigem,
- g) O objetivo de impedir a ocorrência de assédio no trabalho e, caso ele ocorra, a necessidade de garantir a aplicação das medidas adequadas para punir e prevenir a sua repetição, foi aprovado (e alterado) o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho (ANEXO G), enquanto instrumento de regulação pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P..

X. GESTÃO DA PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

O Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro criou o MENAC – Mecanismo Nacional Anticorrupção e aprovou o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPD), concretizando a estratégia nacional estabelecida pelo Governo.

No âmbito do RGPC, as entidades devem dispor de um Programa de Cumprimento Normativo (PCN) prevendo determinados instrumentos e medidas de promoção da prevenção e despiste de conflitos de interesses e atos de corrupção e infrações conexas.

Incluído no PCN da CCDR LVT, I.P. disponibiliza-se no site institucional ainda a versão de 2023 do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) (ANEXO H), bem como, os relatórios de monitorização reportados à versão anterior do PPR.

Em 2025, será elaborado um novo Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, por via da conversão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo em instituto público, operada pelo Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, e da atual estabilização dos serviços integrados.

XI. IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Em 21 de maio de 2018, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/PCM/2018 que aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual 2018-2030 que se concretizou, numa primeira fase, na execução de 3 Planos nacionais de ação com medidas a 4 anos (2018-2021):

- a. Plano nacional de ação para a igualdade entre mulheres e homens (2018/2021) - PNAIMH
- b. Plano nacional de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (2018/2021) - PNAVMVD
- c. Plano nacional de ação de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais (2018/2021) – PNAOIC

Sob este enquadramento, a então CCDR elaborou, em 2018, o Plano de Ação CCDR LVT: Igualdade e Não-discriminação 2018-2021 (ações internas). Findo o período de execução do plano ora mencionado, foi elaborado o Relatório final 2018-2021 do Plano de Ação CCDR LVT: Igualdade e Não Discriminação 2018-2021, então destacado na Intranet institucional, bem como agora na página Igualdade e Não Discriminação dos conteúdos do Acompanhar / Instrumentos de Gestão Operacionais, no site deste organismo e, ainda, integrando o Relatório de Atividades / Autoavaliação 2021 da então CCDR.

Terminado o primeiro período de vigência dos Planos Nacionais de Ação (2018-2021), acima mencionados, procedeu-se à sua revisão para o período 2022-2025, *“com base em prioridades assentes nas metas da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual 2018-2030, que consolidem os progressos alcançados e que tenham em conta o diagnóstico entretanto realizado bem como os impactos da crise pandémica no acentuar de desigualdades de género, e os novos instrumentos de programação e de financiamento de que o país disporá”*, CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

A revisão dos Planos Nacionais de Ação esteve em consulta pública, entre 17/01/2022 e 7/02/2022 e em 14/08/2023, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023 que aprova os Planos de Ação no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual, para o período de 2023-2026.

Nessa fase de transição, a então CCDR e a atual CCDR LVT, I.P. elaboraram os seus PLANO DE AÇÃO CCDR LVT: IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO 2022 e PLANO DE AÇÃO CCDR LVT, I.P.: IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO 2023, cuja avaliação consubstanciou os respetivos Relatórios de Execução, parte integrante dos respetivos Relatórios de Atividades / Autoavaliação anuais.

No seguimento da publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023, em 14/08/2023, e baseado nos objetivos estratégicos / específicos / medidas / ações dos planos acima mencionados, foi elaborado e aprovado, em 2024, o “Plano de Ação CCDR LVT, I.P.: Igualdade e a Não Discriminação 2024-2026” que considera a possibilidade de realização 34 ações em 2024, 2025 e 2026. Quanto à sua monitorização e avaliação prevê-se elaborar:

- a. Relatório Periódico de Execução 2024, a apresentar até final de 2024.
- b. Relatório Periódico de Execução 2025, a apresentar até final de 2025.
- c. Relatório de Avaliação 2024-2026, a apresentar até final de 2026.

Em 2024, a proposta que integra os objetivos operacionais do Plano de Atividades de 2025 é a seguinte:

Objetivo Operacional (OP) 7.1. Promover a Igualdade e a Não-discriminação													Período de concretização 2025	Contributo para o OE 7
N.º	Indicador de desempenho	Meta	Tolerância	Concretização de 2021	Concretização de 2022	Concretização de 2023 ou "novo"	Forma de cálculo	Polaridade	Início de medição	Fim de medição	Frequência de medição	Fonte de verificação	Área de intervenção	Contributo para o OP
7.1.1	Implementar o Plano de Ação CCDD LVT, I.P.: Igualdade e a Não Discriminação 2024-2026	3	1	—	—	novo	N.º de ações implementadas	Positiva	1/jan	31/dez	Trimestral	Filodc / Intranet	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços	40%
7.1.2	Elaborar o Relatório "Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar" (2024).	231 (28 nov)	20 dias	185 (22 set)	212 (3 nov.)	205 (24 out)	Nº de dias úteis para a elaboração do relatório	Negativa	1/jan	31/dez	Trimestral	Filodc / Intranet	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços	40%
7.1.3	Elaborar o Relatório Periódico de Execução 2024 do Plano de Ação CCDD LVT, I.P.: Igualdade e a Não Discriminação 2024-2026	239 (12 dez)	20 dias	—	—	novo em 2024	Nº de dias úteis para a elaboração do relatório	Negativa	1/jan	31/dez	Trimestral	Filodc / Intranet	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços	20%

Nota: o indicador a verde, integra a proposta de QUAR 2025.

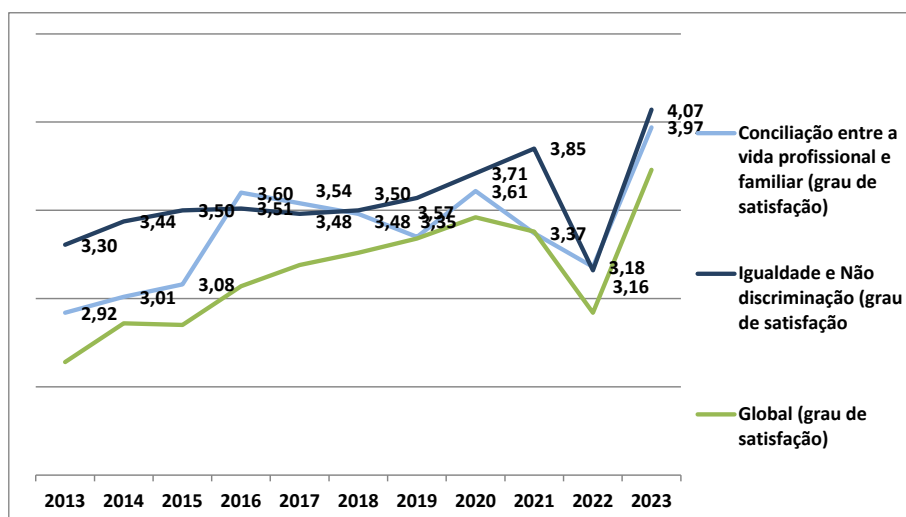
Da implementação dos Planos de Ação CCDD LVT, I.P., Igualdade e Não-discriminação é dada publicitação na Intranet para conhecimento de todos os trabalhadores e trabalhadoras na página da Intranet "Igualdade e Não Discriminação", bem como no site institucional desta CCDD.

De destacar, ainda que:

- a. A integração da perspetiva das temáticas Igualdade e Não Discriminação | Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação e Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar têm sido, nos últimos anos, asseguradas em capítulo próprio nos instrumentos operacionais Planos de Atividades e Relatórios de Atividade / Autoavaliação.
- b. Desde 2013, que a temática Igualdade de Género e Não-discriminação (desde 2018, designada Igualdade e Não Discriminação) integra os itens constantes da audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores/as – inquéritos de satisfação ao utilizador interno.

Do tratamento da informação dos inquéritos de satisfação aplicados, desde 2013, podemos verificar que a satisfação dos trabalhadores e trabalhadoras da então CCDD LVT, quanto à igualdade de género e não discriminação, teve uma tendência crescente desde 2013 e até 2023, sendo contrariada em 2022, com uma queda na satisfação, aliás a par da queda da satisfação global dos restantes itens em avaliação, quiçá fruto da adaptação pós-pandémica.

Quanto à satisfação dos trabalhadores e trabalhadoras da então CCDD LVT com as práticas organizacionais de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, que se têm institucionalizado no organismo, essa cresceu de forma consistente até 2016; desde 2017 que a tendência é de alguma estabilidade, sofrendo, no geral, ligeiros decréscimos anualmente, mas sempre com valores acima do grau de satisfação global anual, à exceção de 2021. Em 2023, o grau de satisfação com as práticas organizacionais de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar atinge a sua maior expressão desde 2013.



XII. PLANO INTERNO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No âmbito do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, que procedeu à revisão do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, foi aprovado, em 2015, o Plano Interno de Modernização Administrativa (PIMA) da então CCDD LVT. Sendo este um processo dinâmico, após as conclusões da monitorização dos PIMA anuais, elabora-se, anualmente, um novo PIMA com a definição de novas medidas/ações e manutenção de outras. Em 2024 deu-se seguimento à implementação do Plano Interno de Modernização Administrativa (PIMA) com a definição de novas ações e manutenção de outras não concretizadas em anos anteriores. A descrição da execução de 2024 será relatada no respetivo relatório de progresso anual PIMA 2024 e será parte integrante do Relatório de Atividades / Autoavaliação 2024 deste instituto.

Em 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, até à presente data, foram implementadas 71 ações, das 123 ações previstas, representando uma execução global de 58%.

Para 2025, prevê-se que sejam definidas ações para serem implementadas neste ano, nomeadamente, eventuais ações que não foram implementadas em 2024 ou outras (em número inferior que os anos anteriores por ser o ano de encerramento), tais como:

- Horários de atendimento: Adotar as medidas previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2024, de 9 de julho.
- Suportes de comunicação administrativa: Divulgar na Intranet o n.º 4 do artigo 14.º: "Quando nas comunicações dirigidas aos cidadãos se faça referência a disposições de carácter normativo ou a circulares internas da Administração, é obrigatório transcrever a parte que é relevante para o andamento ou resolução do processo ou anexar-se cópia digital ou em papel do documento que a consubstancia." - no caso de a comunicação ser digital, pode fazer-se a ligação aos diplomas.
- Elogios, sugestões e reclamações dos utentes: Dar seguimento ao processo de adesão à LAE - Livro Amarelo Eletrónico.

- d) Papel inovador dos dirigentes: Dar continuidade ao estabelecimento de protocolos com entidades nos domínios da saúde/desporto, acesso a atividades culturais e/ou artísticas.
- e) Promover ações de responsabilidade social.

No seguimento, prevê-se proceder à elaboração do Relatório de Encerramento do PIMA 2015-2025.

Objetivo Operacional (OP) 6.1. Promover Ações de Modernização Administrativa e de Eficiência de Recursos													Período de concretização	Contributo para o OE 6
													2025	5%
N.º	Indicador de desempenho	Meta	Tolerância	Concretização de 2021	Concretização de 2022	Concretização de 2023 ou "novo"	Forma de cálculo	Polaridade	Início de medição	Fim de medição	Frequência de medição	Fonte de verificação	Área de intervenção	Contributo para o OP
6.1.1	Definir e implementar as ações do PIMA 2025 - último ano de implementação (Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio)	3	1	7	11	6	nº de ações implementadas no ano	Positiva	1/jan	31/dez	Trimestral	Filedoc	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços / Qualifica	40%
6.1.2	Elaborar o Relatório de Encerramento do PIMA 2015-2025 (Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio)	239 (12 dez)	20 dias	238 (10 dez)	336 (12 dez)	245 (22 dez)	Nº de dias úteis para a elaboração do relatório	Negativa	1/jan	31/dez	Trimestral	Filedoc / Intranet	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços / Qualifica	20%
6.1.3	Apresentar uma proposta de revisão das ações previstas no Plano de Eficiência ECO. AP 2030 da CCDR LVT, submetido na Plataforma ECO.AP, em 2022	211 (31 out)	20 dias	---	---	---	Nº de dias úteis para a elaboração do documento	Negativa	1/jan	31/dez	Trimestral	Filedoc / Intranet	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços / Qualifica	40%

No âmbito, também, da eficiência dos recursos, encontra-se também previsto para 2025 a apresentação de uma proposta de revisão das ações previstas no Plano de Eficiência ECO. AP 2030 da CCDR LVT, submetido na Plataforma ECO.AP, em 2022.

A criação da página e dos conteúdos disponibilizados na Intranet desta CCDR quanto à temática "Modernização Administrativa" é um meio de constante publicitação das ações implementadas neste âmbito.

XIII. SAÚDE OCUPACIONAL E BEM ESTAR

Com vista a promover a saúde dos/as colaboradores/as no trabalho e prevenir os riscos profissionais, de acordo com o previsto na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e respetivas alterações, conjugada com a Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, prevê-se para o Ciclo de Gestão de 2025 dar continuidade às ações de Saúde Ocupacional, introduzindo também, numa ótica mais alargada o Bem-estar dos trabalhadores/as dentro e fora da instituição:

Desde 2018, têm sido implementadas ações no âmbito dos “Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho”, dirigidas a todos os trabalhadores e trabalhadoras deste organismo. Para tal, foram desenvolvidas, desde 2018, as seguintes ações através de estabelecimento de parcerias com os Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP) e uma Farmácia no âmbito do comércio local de proximidade desta CCDR, a seguinte tipologia de ações:

- a) Ginástica laboral: sessões presenciais iniciadas em 8/10/2018 e à distância, desde 16/03/2020, decorrentes das contingências da pandemia do COVID-19.
- b) Palestras: ginástica laboral, postura e ergonomia e “Quick Massage”.
- c) Rastreios gratuitos no local de trabalho: visão e glicemia.

d) Rastreios gratuitos em farmácia: cardiovascular e pele.

e) Nutrição: evento “Pequeno-Almoço Saudável”.

Pretende-se, pois, promover, para 2025, o planeamento e execução de ações no âmbito da Saúde Ocupacional e Bem-Estar que beneficiem as trabalhadoras e trabalhadores deste instituto, conforme o no Objetivo Operacional (OP) 7.2 Promover a Saúde e o Bem-Estar:

Objetivo Operacional (OP) 7.2. Promover a Saúde e o Bem-Estar													Período de concretização	Contributo para o OE 7
N.º	Indicador de desempenho	Meta	Tolerância	Concretização de 2021	Concretização de 2022	Concretização de 2023 ou "novo"	Forma de cálculo	Polaridade	Início de medição	Fim de medição	Frequência de medição	Fonte de verificação	Área de intervenção	Contributo para o OP
7.2.1	Promover ações de saúde ocupacional	2	1	1	1	3	Nº de ações realizadas no ano	Positiva	1/jan	31/dez	Trimestral	Filedoc / Intranet	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços	40%
7.2.2	Promover outras ações de saúde ou bem-estar	2	1	---	---	novo	Nº de ações realizadas no ano	Positiva	1/jan	31/dez	Trimestral	Filedoc / Intranet	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços	60%

A criação da página e dos conteúdos disponibilizados na Intranet desta CCDD quanto à temática "Segurança e Saúde no Trabalho" é um meio de constante publicitação das ações implementadas.

XIV. PLANO DE FORMAÇÃO INTERNA 2025

O Plano de Formação Interna 2025 (ANEXO I) integra as necessidades de formação identificadas pelas diversas unidades orgânicas da CCDD LVT, I.P. e pelos objetivos estratégicos e QUAR propostos.

XV. QUALIFICA AP DA CCDD LVT, I.P.

O Centro Qualifica AP da CCDD LVT, I.P. foi criado por Despacho Conjunto n.º 12126/2021, 14 de dezembro. Em 24/02/2022, foi celebrado contrato com Instituto Nacional de Administração, I. P., (INA) para financiamento comunitário no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, com aditamentos em 16/12/2022 e 19/04/2024.

Para o ano de 2025, prevê-se dar continuidade aos processos de certificação e encaminhamento dos trabalhadores dos Organismos da Administração Pública; neste contexto, encontra-se previsto no Plano de Atividades 2025, integrado no Objetivo Operacional 6.2 Promover o Programa Qualifica AP no Centro Qualifica AP da CCDD LVT, I.P.:

Objetivo Operacional (OP) 6.2 Promover o Programa Qualifica AP no Centro Qualifica AP da CCDD LVT, I.P.													Período de concretização	Contributo para o OE 6
N.º	Indicador de desempenho	Meta	Tolerância	Concretização de 2021	Concretização de 2022	Concretização de 2023 ou "novo"	Forma de cálculo	Polaridade	Início de medição	Fim de medição	Frequência de medição	Fonte de verificação	Área de intervenção	Contributo para o OP
6.2.1	% de Sessões de apresentação a dirigentes e trabalhadores	80%	10%	---	---	100%	Nº de Sessões de apresentação a dirigentes e trabalhadores executadas/Nº de Sessões de apresentação a dirigentes e trabalhadores planeadas	positiva	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços / Qualifica	25%
6.2.2	% de Sessões de orientação e encaminhamento	80%	10%	---	---	100%	Nº de sessões de orientação e encaminhamento executadas/Nº de sessões de orientação e encaminhamento planeadas	positiva	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc / Sigo	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços / Qualifica	25%
6.2.3	Taxa de execução da candidatura PRR	40%	10%	---	---	novo	Nº de participações emitidas em 2024/ Nº participações aprovadas para 2024 na candidatura PRR	positiva	1/jan	31/dez	trimestral	Filedoc/Sigo	Planeamento, Avaliação e Melhoria de Serviços / Qualifica	50%

De destacar, ainda:

- A celebração de Acordos de colaboração com Organismos da Administração Pública;
- A monitorização mensal a remeter ao beneficiário intermédio: Instituto Nacional de Administração, I.P., (INA, I.P.)
- O acompanhamento financeiro da candidatura na plataforma PRR;
- Os registos permanentes na plataforma SIGO (Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa);
- A aplicação, aos candidatos, dos Inquéritos de satisfação dos processos de RVCC (reconhecimento, validação e certificação de competências) e das sessões de apresentação e de orientação.

XVI. ANEXOS

A. CONTRATO-PROGRAMA CCCR LVT, I.P.

B. QUAR 2025

- 1. PDF**
- 2. EXCEL**

C. MAPA DE PESSOAL 2025

- 1. MAPA DE PESSOAL 2025: RESUMO**
- 2. MAPA DE PESSOAL 2025: POSTOS DE TRABALHO**
- 3. MAPA DE PESSOAL 2025: APROVAÇÃO DOS MAPAS DE PESSOAL DAS CCCR, I.P. PARA 2025**

D. ORÇAMENTOS PROPOSTOS 2025

E. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

F. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA PROFISSIONAL

G. CÓDIGO DE BOA CONDUTA PARA A PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO NO TRABALHO

H. PLANO DA PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

I. PLANO DE FORMAÇÃO INTERNA 2025